

SUBPROJETO VI
CONSTRUÇÃO DE PROPOSTA DE INSTITUCIONALIZAÇÃO
DE FORMAÇÃO CONTINUADA DE TRABALHADORES EM
QUESTÕES DO MUNDO DO TRABALHO

Atividades de Desenvolvimento Metodológico
(Outras atividades de desenvolvimento metodológico)

Relatório da construção de escopo metodológico e operacional da
proposta de formação universitária para dirigentes, assessores e
ativistas sindicais

(Curso Experimental de Graduação Interdisciplinar em Trabalho e Desenvolvimento)
Convênio MTE/SPPE/CODEFAT – N°. 075/2005

2007

DIIESE
DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE
ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS



Ministério do
Trabalho e Emprego



Presidente da República

Luiz Inácio Lula da Silva

Ministro do Trabalho e Emprego

Carlos Lupi

Secretário Executivo - SE

André Peixoto Figueiredo Lima

Secretário de Políticas Públicas de Emprego - SPPE

Ezequiel Sousa do Nascimento

Secretário de Relações do Trabalho – SRT

Luiz Antonio de Medeiros Neto

© copyright 2007 – Ministério do Trabalho e Emprego
Secretaria de Políticas Públicas de Emprego – SPPE
Departamento de Qualificação – DEQ
Esplanada dos Ministérios, Bloco F, 3º andar, sala 300
CEP 70059-900 – Brasília – DF
Telefones: (0XX61) 3317-6239 / 3317-6004 – FAX: (0XX61) 3317-8217
E-mail: qualificacao@mte.gov.br

Obs.: os textos não refletem necessariamente a posição do Ministério do Trabalho e Emprego.

DIEESE

Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos

Rua Ministro Godói, 310 – Parque da Água Branca – São Paulo – SP – CEP 05001-900

Fone: (11) 3874 5366 – Fax: (11) 3874 5394

E-mail: en@dieese.org.br

<http://www.dieese.org.br>

Direção Nacional

João Vicente Silva Cayres – Presidente - SIND Metalúrgicos ABC

Carlos Eli Scopim – Vice-presidente - STI Metalúrgicas Mecânicas Osasco

Tadeu Moraes de Sousa – Secretário - STI Metalúrgicas São Paulo Mogi Região

Direção Técnica

Clemente Ganz Lúcio – Diretor Técnico

Ademir Figueiredo – Coordenador de Desenvolvimento e Estudos

Francisco José Couceiro de Oliveira – Coordenador de Pesquisas

Nelson de Chueri Karam – Coordenador de Relações Sindicais

Claudia Fragozo dos Santos – Coordenadora Administrativa e Financeira

Ficha Técnica - DIEESE

Coordenação

Clemente Ganz Lúcio – Responsável Institucional pelo Projeto
Sirlei Márcia de Oliveira – Coordenadora Executiva
Mônica Aparecida da Silva – Supervisora Administrativa Financeira
Maria Valéria Monteiro Leite – Coordenadora Subprojeto I
Lavínia Maria de Moura Ferreira - Coordenadora Subprojeto II
Joana Cabete Biava – Coordenadora Subprojeto III
Pedro dos Santos Bezerra Neto – Coordenador Subprojeto IV
Paulo Roberto Arantes do Valle – Coordenador Subprojeto V
Suzanna Sochaczewski – Coordenadora Subprojeto VI
Ana Cláudia Moreira Cardoso – Coordenadora Subprojeto VII

Apoio Administrativo

Gilza Gabriela de Oliveira
Juliana da Silva Matos Leal
Maria Lúcia Leal de Oliveira
Maria Neuma Brito
Maria Nilza Macedo
Marleze Azevedo Fraga Elisiario
Natali Machado Souza
Rosane Emília Rossini
Terrânea Maria Bispo

Entidade Executora

Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos - DIEESE

Consultores

Marlene Seica Shiroma Goldenstein
Solange de Souza Bastos
Sônia Maria Gonzaga de Oliveira

Financiamento

Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT
Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos - DIEESE

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	06
1. DADOS GERAIS	08
2. BREVE HISTÓRICO DO DIEESE	09
2.1 PESQUISA E ENSINO	09
2.2 O PROJETO DE ESCOLA DE ENSINO SUPERIOR	12
3. CONTEXTUALIZAÇÃO E JUSTIFICATIVA DE CURSO	16
4. OBJETIVOS DO CURSO	23
5. PRESSUPOSTOS E PRINCÍPIOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS	23
5.1 FORMAÇÃO, PESQUISA E CONHECIMENTOS	26
5.2 A CONCEPÇÃO HISTÓRICO-CULTURAL DA APRENDIZAGEM	30
6. A ESTRUTURAÇÃO DO CURSO	34
7. CORPO DOCENTE E CORPO DISCENTE	37
8. CONTRIBUIÇÕES ESPERADAS	38
9. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E DOCUMENTOS CONSULTADOS	39
ANEXOS	45

APRESENTAÇÃO

A construção do escopo metodológico e operacional de uma proposta de formação universitária para dirigentes, assessores e ativistas sindicais foi desenvolvida de forma processual pelo DIEESE ao longo de dois anos de trabalho.

O presente relatório, que se refere à construção realizada em 2007¹, apresenta de forma organizada e sistematizada o momento alcançado pela trajetória de desenvolvimento da proposta em dezembro do ano passado.

Para a discussão e construção do projeto que se pretende implementar, foram realizadas várias atividades e incorporadas contribuições diferentes como a do movimento sindical – público alvo do projeto -, da academia, de consultoria especializada e da equipe de educação do DIEESE.

O resultado ora apresentado, como um etapa parcial da construção pretendida, foi produzido por meio dos seguintes momentos:

- Revisão bibliográfica da história e da teoria sobre a produção de conhecimento por trabalhadores e suas instituições de ensino;
- Revisão de algumas experiências de formação universitária de trabalhadores, ora em andamento;
- Visita a uma das experiências em andamento;
- Entrevistas com professores universitários especialistas e/ou interessados no tema;
- Organização e realização de quatro (04) Oficinas de Desenvolvimento Metodológico envolvendo de forma progressiva XX dirigentes sindicais e YY membros da equipe técnica do DIEESE;
- 02 reuniões com membros do movimento sindical participante das Oficinas de Desenvolvimento Metodológico para sistematização do conhecimento nelas produzido;
- 03 reuniões de trabalho com a equipe de educação do DIEESE para avaliação e aprofundamento do processo de construção em andamento.

Finalmente, a *releitura* da história da educação no DIEESE, como uma das três áreas em que a entidade atua, tanto em termos das atividades realizadas nos últimos trinta anos, como no que diz

¹ Ver relatórios referentes ao trabalho desenvolvido em 2006.

respeito à reflexão e produção teórica sobre a formação de pessoas, foi essencial para a construção do projeto de uma *Escola de Ensino Superior dos Trabalhadores* e de um *Curso Experimental de Graduação Interdisciplinar em Trabalho e Desenvolvimento* que institui a escola. Essa revisita crítica mostrou a necessidade, por um lado, e a viabilidade, por outro, da formalização do DIEESE como instituição de pesquisa e ensino no nível universitário.

1. DADOS GERAIS

Título: Trabalho e Desenvolvimento

Nível: Graduação

Tipo de curso: Experimental

Turno: Noturno, formação em alternância

Público alvo: Dirigentes, assessores e ativistas sindicais no primeiro ano do curso experimental

Área de conhecimento: Interdisciplinar em Ciências Sociais Aplicadas e Humanas

2. BREVE HISTÓRICO DO DIEESE

2.1 Pesquisa e ensino

O DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos - é uma entidade produtora de conhecimento, criada e mantida pelo movimento sindical brasileiro para desenvolver atividades de pesquisa, assessoria e educação.

A história do DIEESE começa, oficialmente, em 22 de dezembro de 1955, quando um grupo de vinte e um dirigentes sindicais de São Paulo decide construir um organismo próprio dos trabalhadores, não previsto pela estrutura sindical, com o objetivo de produzir dados que embasassem suas negociações com o patronato.

A entidade fundada há 52 anos, como órgão unitário do movimento sindical brasileiro, realiza estudos e pesquisas, produção e difusão de conhecimento e informação sobre o trabalho em um contexto interdisciplinar, tendo como instrumento de análise o método científico, a serviço dos interesses da classe trabalhadora.

A partir da década de 1970, o DIEESE torna-se uma entidade nacional e hoje está formalmente instalado em dezesseis unidades da federação e em trinta grandes entidades sindicais, por meio de suas subseções. Possui em seu quadro de sócios em torno de 500 entidades sindicais e as seguintes Centrais Sindicais: Central Única dos Trabalhadores – CUT, Força Sindical, Central Geral dos Trabalhadores do Brasil – CGTB, União Geral do Trabalhadores – UGT, Nova Central Sindical dos Trabalhadores - NCST e Coordenação Nacional de Lutas – Conlutas.

O corpo técnico do DIEESE é formado por 110 profissionais economistas, sociólogos, cientistas políticos, antropólogos, pedagogos, engenheiros de produção, engenheiros agrônomos, matemáticos, cientistas da computação, historiadores e geógrafos, sendo que aproximadamente a metade deles são mestres e/ou doutores nessas áreas de conhecimento.

Além do trabalho feito diretamente para o movimento sindical, o DIEESE tem celebrado convênios com o governo federal - em especial com o Ministério do Trabalho e Emprego; com governos estaduais onde se destaca a Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED realizada em seis regiões metropolitanas em conjunto com instituições dos governos dos estados de São Paulo, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Bahia, Pernambuco e do governo do Distrito Federal. Finalmente, vários

municípios têm contratado o DIEESE para atividades de pesquisa e formação. Os trabalhos executados para órgãos governamentais abordam não só temas de interesse estrito dos trabalhadores, mas também aqueles voltados para as necessidades da sociedade como um todo.

As transformações no mundo do trabalho ampliaram a atuação do DIEESE que, recentemente, estendeu à toda a sociedade o acesso a dados, informações e conhecimentos produzidos, por meio do sítio www.dieese.org.br.

As razões que motivaram a fundação do DIEESE se mantêm, mas seu objeto de estudo e trabalho ganhou novas dimensões acompanhando as mudanças sociais e econômicas que ocorreram no Brasil nos últimos 50 anos. No início, o principal objetivo da instituição era a produção de um índice que permitisse avaliar o comportamento dos preços, para se contrapor a dados oficiais apresentados pelos empresários nas negociações coletivas. Ao longo do tempo, essa atividade se diversificou. Hoje, o emprego e o trabalho, o processo de trabalho e a organização da produção, renda, salários, rendimentos e distribuição da renda, acordos e convenções coletivas, greves, qualificação social e profissional, políticas públicas, desenvolvimento são os principais temas que mobilizam as áreas de pesquisa, assessoria e educação do DIEESE.

O resultado desse trabalho do DIEESE é divulgado regularmente para o movimento sindical e para toda a sociedade em diferentes formatos. A divulgação dos índices do custo de vida, dos resultados da PED e da cesta básica são mensais. As pesquisas e estudos setoriais, regionais, sócio-econômicos constituem as séries de publicações regulares, assim como os anuários estatísticos dos trabalhadores, o da qualificação social e profissional, o do trabalho na micro e pequena empresa e o do meio rural. Os livros, coletâneas de textos, revistas e artigos são publicações sem periodicidade mas produzidas com frequência. As publicações constituem um enorme acervo de conhecimento sistematizado sobre temas econômicos, políticos, sociais, trabalhistas e sindicais que dizem respeito a toda a sociedade, disponível para consultas de pesquisadores, estudantes, sindicalistas e trabalhadores no endereço http://www.dieese.org.br/esp/lista_pub.xml.

Em 1955, os sindicatos fundadores do DIEESE, ao escolherem o nome *Departamento* para seu órgão técnico, pretendiam que este fosse o primeiro departamento de uma Universidade do Trabalhador a ser construída pelo movimento sindical brasileiro. Desde o início, o DIEESE aliou a produção de conhecimento a atividades informais de educação para dirigentes sindicais. A educação, enquanto área de atuação do DIEESE, está calcada no projeto político de uma classe, a classe trabalhadora, e considera a educação para adultos como a possibilidade de produção e de

apropriação de um conhecimento que responda aos interesses desta classe, visto que vivemos em um mundo “(...) *no qual o vínculo entre o saber e o poder tornou-se indissolúvel (...)*” (Chauí, 1989). O conhecimento que nasce na atividade formativa é produzido pela e para a classe trabalhadora e visa a transformação de sua realidade concreta.

Uma pesquisa realizada em 1979 com o movimento sindical, cujos resultados foram apresentados aos sócios do DIEESE em um seminário no ano seguinte, revela a demanda dos dirigentes por atividades de educação a serem realizadas sistemática e habitualmente por sua entidade técnica. É deste modo que o DIEESE inicia sua trajetória de entidade de educação criando o que se chamou *Escola Sindical do DIEESE*.

Em 1983, o DIEESE elabora o *Curso de Formação de Coordenadores de Programas de Educação Sindical*, em dois módulos que se estruturam não só em sala de aula mas como estratégia de organização sindical. O primeiro módulo, *A educação que interessa aos trabalhadores*, com duração de 48 horas foi realizado 92 vezes, formando em torno de 3.600 participantes. O segundo módulo, que propunha o exercício do conhecimento produzido no módulo anterior, teve duas versões: a primeira tratou de *Salário, Renda e Negociação Coletiva* e a segunda abordou o *Processo Constituinte*, em andamento naquela ocasião. A produção escrita referente aos dois módulos inclui o boletim “*É só fazendo que se aprende – 10 números publicados entre 1985 e 1990 – com ampla divulgação para os sócios do DIEESE e alguns textos metodológicos como Metodologia para reflexão e ação; O trabalho com grupos; A escolha de uma concepção e Cuidado! as técnicas e a metodologia não são varinhas mágicas*, destinados especialmente a formadores do movimento sindical.

Com a criação das Centrais Sindicais, o DIEESE, sensível às mudanças daquele momento, encerra a Escola Sindical e inicia um amplo projeto de formação de formadores para seus técnicos visando descentralizar suas atividades formativas. Ao mesmo tempo, dá continuidade à reflexão metodológica por meio do *Programa de Capacitação para a Negociação – PCN*.

Ao longo da década de 90 e no início de 2000, o DIEESE elaborou e desenvolveu um programa de formação audacioso, em conjunto com as Centrais Sindicais e a CONTAG – o *Programa de Capacitação de Dirigentes e Assessores Sindicais*, mais conhecido como PCDA.

O PCDA formou mais de 4.000 dirigentes e assessores em programas de seis semanas, 270 horas, sobre o *Processo de Reestruturação Produtiva*. Com turmas de 30 a 35 estudantes em regime de

imersão, o PCDA propiciou ao movimento sindical a produção de um conhecimento, do ponto de vista da classe trabalhadora, sobre as transformações no mundo do trabalho, a partir do conhecimento acadêmico de ponta, junto com pesquisas realizadas pelos participantes sobre os processos de mudança em andamento, levando em conta ainda a experiência direta dos trabalhadores e a intenção explícita de uma intervenção sindical qualificada.

Este programa, considerado pelos acadêmicos que fizeram parte de seu corpo docente, como de especialização em nível superior, teve como produto, além de seus formados, a constituição de um corpo docente multidisciplinar composto por técnicos do DIEESE, nos níveis de mestrado e doutorado, realizando a prática de ensino no próprio PCDA. Esses professores técnicos do DIEESE produziu, juntamente com os sindicalistas estudantes do programa, o conhecimento que a reestruturação produtiva exige. Com esse programa, o DIEESE inicia, na prática, uma formação de nível superior, sem entretanto abandonar a formação sindical.

2.2 O projeto de Escola de Ensino Superior dos Trabalhadores

Em 2005, ao comemorar os 50 anos, o DIEESE toma a iniciativa de abrir o debate com o movimento sindical sobre a oportunidade de uma faculdade dos trabalhadores, sentindo ser um bom momento para reavivar um sonho que estava presente desde sua criação.

Ao longo de 2006, com o objetivo de refletir sobre a viabilidade de uma escola de ensino superior, o DIEESE procurou conhecer experiências nacionais e internacionais de educação para trabalhadores e realizou oficinas de trabalho com dirigentes e corpo técnico da instituição. Finalmente, em outubro de 2006, foi encaminhada a todas as entidades sócias do DIEESE uma consulta com o propósito de pensar a viabilidade e conhecer e analisar o que pensa o movimento sindical sobre um projeto de escola de ensino superior dos trabalhadores.

Muitas contribuições vieram em resposta a essa consulta. Uma parte dos resultados foi utilizada nas Oficinas de Desenvolvimento Metodológico em 2007 na expectativa de ampliar o debate, divulgar as contribuições das entidades consultadas e discutir as perspectivas de desdobramento do projeto. Várias sugestões e propostas contidas nas respostas à consulta foram consideradas na elaboração do projeto de curso experimental.

Alguns resultados, apresentados a seguir, dão uma idéia das questões e preocupações manifestadas

pelos dirigentes, revelam a diversidade de visões da classe trabalhadora brasileira e a necessidade de um conhecimento amplo, interdisciplinar para a realização de seu projeto político.

Os dirigentes falam dos motivos que levam o movimento sindical a propor uma escola de ensino superior própria. Para a maioria dos consultados, uma escola superior dos trabalhadores é uma necessidade política, seja para construir um projeto político para o movimento sindical (27,2%) seja para formar quadros para o movimento sindical (26,7%). Assim, ao responder sobre o projeto de escola superior que interessa ao movimento sindical, 35,3% dos dirigentes afirmam que a faculdade deve se voltar *para a produção de conhecimento sobre a sociedade e o mundo do trabalho com um olhar filosófico, social, econômico e político*, ou seja, com uma abordagem que envolve várias áreas de conhecimento. Essa visão mais ampla pode conter uma outra, que deseja uma escola que *elabore junto aos trabalhadores a sua própria história para entender melhor a produção de riqueza e a luta de classe no mundo*. Os dirigentes falam também do compromisso que a escola precisa ter com a construção de um projeto político dos trabalhadores e que deve ser aberta à toda a sociedade (20,9%). Uma escola de ensino superior que prepare profissionais para o mercado de trabalho apareceu como sendo de interesse de 11 % dos consultados.

Por outro lado, os trabalhadores precisam de uma escola que seja diferente das que existem, devendo se distinguir das demais pelo caráter formativo que oferece e pelo projeto societário que poderá construir. Deve ainda possibilitar a formação de dirigentes com mais conteúdo para a luta dentro de uma perspectiva de classe (26.8%).

Uma parte dos consultados menciona a necessidade de rever o que tem sido historicamente a escola pública, a escola tradicional destinada aos trabalhadores. Outra parte tem a expectativa de suprir as dificuldades de conhecimento da realidade, da prática e do projeto político do movimento sindical (33,1%). O foco pode estar mais restrito ao mundo sindical ou mais aberto à sociedade como nesse desejo de *“participar da construção de uma proposta de educação para os trabalhadores”*, (25,7%) considerando a necessidade de se desenvolver um projeto educativo para o projeto de sociedade que pretende construir.

“ nós trabalhadores somos a maioria da sociedade e para disputarmos a hegemonia talvez precisemos deste tipo de faculdade. O mundo da instrução regular não é o da educação nem da cultura. A construção de uma faculdade do movimento sindical talvez seja uma maneira de abreviar a trajetória para chegarmos a uma sociedade igualitária e fraterna, onde a luta social seja um valor. Penso que esta é uma questão nova para mim, por isso deve ser bem debatida no movimento. A cultura

geral de uma sociedade é, ao meu ver, muito mais importante que a instrução. No Brasil a instrução é por demais valorizada, o conhecimento não é monopólio da faculdade, se tomarmos o cuidado de não contribuirmos para aumentar ainda mais este preconceito (contra o não escolarizado) a faculdade do trabalhador ganha sentido porque a disputa pela hegemonia da sociedade passa certamente pela formação.”

“Penso que a nossa faculdade terá a tarefa de exatamente romper com os paradigmas da educação tradicional, domesticadora, geradora de homens e mulheres submissos, capazes de tudo em nome do individualismo. Deve ser uma escola libertadora que incentive uma formação centrada nas conquistas do saber coletivo tendo como base o universo da classe trabalhadora.”

“a minha experiência pessoal mostrou que durante os meus estudos (fundamental e médio) aprendi apenas a ler e fazer contas, o que ao meu modo de pensar me limita apenas a executar tarefas e não a pensar. E aí é que entra a faculdade do movimento sindical, despertar nos trabalhadores o pensar para poder transformar o mundo em que trabalha.”

“Para o movimento sindical, formar quadros cada vez mais qualificados e que, inclusive, possam construir conhecimentos para o mundo do trabalho de uma outra perspectiva, mas com um olhar respaldado pelas contribuições dos diversos conjuntos de saberes que compõem as ciências humanas”.

Se a formação tradicionalmente oferecida pelas instituições patronais é caracterizada como domesticadora, disciplinadora, controladora, como no modelo fabril, como tem que ser a formação dos trabalhadores? Qual é o projeto quando se deseja uma escola superior que não reproduza o tradicional e o existente? Os empresários também querem reformular o ensino, porque este não serve mais aos interesses de acumulação do capital. Essa reformulação é a que interessa aos trabalhadores?

Como o projeto de uma escola de ensino superior pode contribuir para a formação das futuras gerações de trabalhadores, desde que entram na escola fundamental? A consulta aos sindicalistas revela que é preciso interferir para mudar a escola pública, considerando os interesses do movimento dos trabalhadores e o fato da educação servir ao desenvolvimento do trabalhador e à sua

capacidade para ser um coletivo dirigente.

As indagações e questões recolhidas na breve consulta, prosseguiram nos debates realizados nas quatro Oficinas de Desenvolvimento Metodológico em 2007 da qual participaram dirigentes e assessores das Centrais Sindicais e técnicos do DIEESE para pensar um projeto de educação superior dos trabalhadores e elaborar uma proposta de curso experimental. Esse processo está em andamento e os resultados das oficinas foi incorporado na proposta do curso.

3. CONTEXTUALIZAÇÃO E JUSTIFICATIVA DO CURSO

O *trabalho* é a atividade humana por excelência por meio da qual os homens constroem o mundo, se organizam para produzir a vida, exploram e são explorados, representam e legitimam o fazer, o pensar, o que sentem e com o que sonham, pelo que lutam e muitas vezes porque morrem.

Todas e cada uma dessas dimensões da vida humana têm, desde há muito, suas próprias e específicas áreas de conhecimento criadas com o objetivo de compreender e transformar continuamente a complexa e conflituosa trajetória da humanidade no mundo por ela construído e em permanente transformação.

O *trabalho* não é exceção. Desde que os homens reconheceram seu papel como atividade que possibilita a melhoria das condições da vida por meio da produção de riqueza social, o *trabalho* tem sido aperfeiçoado, inovado e seus processos investigados na teoria e experimentados na prática. Nos últimos quinhentos anos, a revolução no modos de fazer, pensar, sonhar e viver, resultado da organização capitalista da sociedade, fez com que o trabalho ganhasse uma importância inédita e explícita nas sociedades e na vida de cada um.

Junto com as transformações no cotidiano das pessoas, também a produção de conhecimento sobre *trabalho* atingiu um novo patamar. Seria um equívoco achar que não se produz conhecimento sobre *trabalho* e com isso justificar a necessidade de uma graduação sobre este tema. Ao longo da história do capitalismo, sempre se produziu e ainda hoje continua a produção de conhecimento sobre *trabalho*. Entretanto, o conhecimento é produzido do ponto de vista do capital para atender à sua necessidade de valorização.

Em outras palavras, o conhecimento sobre *trabalho* em uma sociedade de classes é campo de litígio. Por este motivo, o que se propõe é uma graduação sobre *trabalho da perspectiva da classe trabalhadora*, o que implica uma produção de conhecimento diferente daquela que atende os interesses do capital.

A criação do DIEESE há 52 anos e a retomada hoje do sonho original de seus fundadores de uma Universidade dos Trabalhadores baseiam-se não só em uma produção de conhecimento que se distingue daquela habitual, mas também em uma instituição de ensino que se diferencia pela formação que oferece em termos de aquisição de conhecimento e de construção de identidades sociais. A escola capitalista forma no mesmo processo elite e subalternos. Uma escola da classe

trabalhadora pretende formar homens e mulheres preparados para tomar parte sem distinção na construção de uma sociedade rica e justa.

O *trabalho* foi desde o início um tema estratégico na produção científica do DIEESE o que pode ser verificado em suas linhas de pesquisa e publicações, também pelo papel protagonista que ocupa na temática da formação realizada para o movimento sindical e, finalmente, por sua presença constante no conteúdo da assessoria que presta a entidades sindicais.

Entretanto, não é o lugar de destaque que o *trabalho* ocupa em suas áreas de atuação, mas a concepção de homem e de mundo que definem a abordagem com que o DIEESE trata a produção de conhecimento e a formação de pessoas e que, por sua vez, é o que justifica uma graduação em que a abordagem do trabalho poderá ser feita por diferentes áreas do conhecimento.

Alguns fundamentos dessa concepção podem ser traduzidos numa abordagem do *trabalho* nos seguintes termos:

- O reconhecimento do ser humano sujeito do *trabalho* e não objeto de um processo de *trabalho*;
- A convicção de que o produto do *trabalho* como atividade social destina-se fundamentalmente à construção de uma boa vida compartilhada por todos e não à apropriação privada da riqueza socialmente produzida;
- E finalmente, como diria Kropotkin “ mais do que direito ao *trabalho* o homem tem direito à vida” o que significa que a impossibilidade de trabalhar, por qualquer motivo, não pode tirar do ser humano a possibilidade de acesso à vida, ao contrário do que proclama a conhecida consigna “quem não trabalha, não come”.

A partir destes fundamentos é possível delinear alguns princípios que norteiam a produção de conhecimento sobre *trabalho* proposta neste projeto.

O primeiro deles é a abordagem do *trabalho* como parte do processo contraditório que chamamos de vida, contruída nas relações sociais entre os homens. Nesse sentido, o *trabalho* em cada momento histórico deve ser tratado como uma totalidade em movimento onde a atividade de *trabalho* em si e a tecnologia utilizada não têm autonomia mas são determinadas em um processo

dialético pelas relações sociais vigentes.

O princípio seguinte diz respeito à preservação da totalidade *trabalho* no processo de produção de conhecimento e de formação o que significa recuperar a cada momento a totalidade em movimento.

Outro princípio que estrutura essa proposta é a necessidade de uma abordagem interdisciplinar que considere e dê conta das diferentes dimensões que o *trabalho* como atividade humana apresenta. Assim, os elementos históricos da trajetória do *trabalho* em seu processo de humanização, as dimensões sociais, políticas e econômicas que se definem a partir das relações que se estabelecem para produzir riqueza, os processos de legitimação social para o *trabalho* e o papel e o lugar dessa atividade em cada momento histórico precisam ser compreendidos em suas formas histórica e atual e específica e a produção de conhecimento resultante deve se apropriar dessa diversidade de olhares e abordagens.

O *trabalho* hoje resultado de um intenso e radical processo de transformação em todas suas dimensões ocorrido nos últimos 50 anos, obriga a pesquisa daquilo que nos dias de hoje configura *trabalho*: o processo, a organização, os equipamentos, a força de trabalho, a produtividade, a capacitação, a remuneração, a proteção, o acesso à possibilidade de trabalhar, as relações sociais de trabalho vigentes, as estratégias patronais, o trabalho globalizado, a economia financeirizada, entre outros vários momentos deste processo.

Finalmente, o sujeito do trabalho, o trabalhador que é parte desta totalidade. Sua história, organização, sua contribuição para a produção de riqueza e para a humanização da humanidade, seus valores, necessidades, tudo isso é matéria de pesquisa e de ensino quando se quer produzir um conhecimento para a transformação.

O trabalho como objeto de conhecimento com a abordagem aqui proposta justifica um curso de graduação interdisciplinar voltado, embora não exclusivamente, para trabalhadores, porque responde à demanda e à luta histórica e atual do movimento sindical por uma formação de nível superior permanente, de qualidade e da perspectiva da classe trabalhadora, como parte de nosso Sistema Público de Ensino. O movimento dos trabalhadores brasileiros se insere na luta da classe trabalhadora por conhecimento e por educação em todo o mundo. Essa luta com muitas frentes e muitas formas tem um objetivo comum que é a transformação da sociedade.

O projeto discutido e construído em conjunto pelo DIEESE e pelo movimento sindical brasileiro apresenta-se como um projeto de intervenção propositiva na realidade brasileira a partir de valores e

necessidades da classe trabalhadora, o que neste momento histórico significa também intervir no projeto de desenvolvimento do país.

Por que uma intervenção dos trabalhadores organizados em matéria sobre a qual nunca foram sequer consultados antes se apresenta hoje como uma possibilidade concreta?

Alguns sinais apontam nessa direção. Em primeiro lugar, porque a questão do desenvolvimento nacional que foi mantida fora da agenda da sociedade brasileira durante muito anos - havia quase uma interdição ao debate sobre este tema - volta hoje com força e, mais que isso, se apresenta como um tema para discussão da sociedade como um todo. O desenvolvimento abandonou a companhia exclusiva de acadêmicos e políticos e permite que se fale e discuta suas formas e caminhos no rádio, em entrevistas na TV, charges da imprensa escrita, enfim o desenvolvimento está, como se poderia dizer, na “boca do povo”.

Por outro lado, coincide com esta mudança o amadurecimento de nosso processo democrático que reconhece a legitimidade de entidades da classe trabalhadora no cenário da discussão dos grandes temas da atualidade. Assim, os trabalhadores não são mais chamados apenas para discutir questões trabalhistas e sindicais mas são convidados a fazer parte de conselhos, fóruns e agendas que tratam o futuro do Brasil.

O terceiro motivo é o processo de descrédito e desgaste que o projeto de desenvolvimento, até recentemente, hegônico vem sofrendo em vista de seus lamentáveis resultados em termos de desigualdade social e econômica, e todos os efeitos colaterais dessa situação, que começam a ser conhecidos.

O mascaramento das diferenças de conotação do termo *desenvolvimento* expressa mais do que simplesmente uma discussão etimológica. Ele permite a legitimação de um processo social e econômico que traz benefícios apenas para uma pequena parte da população, ou seja, um processo que não significa em termos políticos, sociais, econômicos e ecológicos uma transformação para melhor de toda uma região, de toda uma população, de toda uma nação, de toda a humanidade.

O que se apresenta como *desenvolvimento* nos dias de hoje traz consigo, no mesmo processo, a desigualdade, em outras palavras, significa a criação, ao mesmo tempo, das melhores e das piores condições de vida para grupos diferentes da população.

Entretanto, é preciso lembrar que a atual forma de desenvolvimento não é desígnio divino nem produto de geração espontânea. Ela é matéria e resultado de disputa e de uma correlação de forças onde os trabalhadores estiveram ausentes até recentemente.

A concepção hegemônica que fundamenta o atual processo de *desenvolvimento* em quase todos os países capitalistas iguala *desenvolvimento* e crescimento econômico. Faz parte dessa maneira de considerar a questão a defesa de um Estado mínimo alheio ou abdicando da iniciativa e mesmo da responsabilidade pelos caminhos trilhados com o objetivo de levar o Brasil para o chamado grupo dos países desenvolvidos.

Entretanto, à medida que as conseqüências danosas do processo em andamento foram sendo conhecidas e reconhecidas no Brasil, à medida que a reconstrução da democracia alcançou patamares significativos, os trabalhadores reiniciaram a discussão sobre a concepção, objetivos e conseqüências do processo de *desenvolvimento* praticado sem sua participação, seja na escolha do modelo, seja no acesso a seus frutos e benefícios.

A produção de conhecimento do DIEESE no que se refere ao *trabalho* em todas as suas dimensões já é conhecida e apropriada pelo movimento sindical, pela academia e pela sociedade como um todo, em virtude do reconhecimento da entidade como um centro de excelência nesta matéria.

O tema do *desenvolvimento*, menos associado à produção do DIEESE, faz parte do conjunto de eixos estratégicos da entidade - para a produção de conhecimento, para a formação e para a acessoria - ao lado de trabalho e emprego, de renda do trabalho, da negociação coletiva da remuneração e das condições de trabalho e das políticas públicas que dizem respeito à vida do trabalhador.

No âmbito público, o DIEESE faz parte como conselheiro do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social – CDES – órgão da Presidência da República que congrega representantes de vários setores da sociedade para a discussão sobre o desenvolvimento brasileiro e a construção de uma Agenda Nacional de Desenvolvimento – AND. Neste último fórum, o DIEESE fez parte da comissão de sistematização das propostas apresentadas para a agenda.

Ainda na área das iniciativas governamentais relacionadas ao *desenvolvimento*, na acepção social do termo, o DIEESE foi convidado a organizar e coordenar um *Observatório da Equidade*, criado para construir indicadores para acompanhar e realizar diagnósticos da situação da igualdade no país e construir propostas para ações com diferentes atores sociais. É sabido que o modelo de

desenvolvimento praticado até recentemente tem a desigualdade crescente como um de seus desdobramentos mais freqüentes e perversos. O processo de reversão dessa realidade demanda um acompanhamento científico que o DIEESE realiza por meio deste novo observatório.

A programação para comemorar os 50 anos do DIEESE em dezembro de 2005 teve como momento mais importante de produção de conhecimento 16 seminários regionais promovidos e coordenados pela entidade para a discussão de *Desenvolvimento com Distribuição de Renda*. Nas mesas organizadas por temas relacionados aos processos de *desenvolvimento*, técnicos do DIEESE, membros do governo federal e de governos estaduais e municipais, professores da academia, dirigentes sindicais e convidados especialistas de outros países discutiram, ao longo do primeiro semestre de 2006, as possibilidades, os requisitos e os entraves a um processo de desenvolvimento do ponto de vista da classe trabalhadora.

O grande desafio para o movimento sindical hoje é incorporar a dimensão do *trabalho* aos processos de *desenvolvimento*, não só nos espaços de discussão e decisão do tema, mas também no ideário de uma sociedade que durante muitos anos foi levada a acreditar que “uma boa vida” é apenas o resultado de um esforço individual e não, também e principalmente, fruto de um projeto societário.

As recentes participações dos trabalhadores em fóruns de discussão e decisão sobre o tema têm levado a uma diferença importante na relação dos chamados “orientadores para o desenvolvimento”. Assim nas propostas da AND estão presentes valores como Democracia, Liberdade, Equidade, Identidade Nacional, Sustentabilidade, Respeito á diversidade sociocultural e Soberania, quebrando exclusividade dos tradicionais indicadores econômicos. O desenvolvimento capturado durante muito tempo pela economia começa a mudar de rumo e a considerar a sociedade como um todo.

O movimento sindical brasileiro tem, nesse momento, a oportunidade histórica de liderar a convergência para um processo de *desenvolvimento* não excludente, em outras palavras que inclua todos os brasileiros. Trata-se de uma construção política que as Centrais Sindicais propõem à sociedade por meio da *Agenda Nacional de Desenvolvimento*.

“Desenvolvimento é um processo no qual cabe aos atores sociais escolherem o caminho para que seja alcançado o bem estar comum” (CENTRAIS, 2007, p.5). Por este motivo, o *desenvolvimento* desejado pelos trabalhadores deve ser também sustentável do ponto de vista ambiental e considerar a diversidade social, política e cultural brasileira. A organização e a ação sindical devem ser

fortalecidas nesse processo que exige *formação, estudo e produção de conhecimento* para a articulação e a coordenação das escolhas e das decisões políticas.

Os grandes problemas nacionais que o *desenvolvimento* discutido pelas Centrais Sindicais e pelo DIEESE se propõe a tratar são:

- Concentração da renda e da riqueza;
- Exclusão social e pobreza;
- Desigualdades regionais, rurais e urbanas;
- Desemprego;
- Informalidade, precariedade e fragilidade do sistema das relações de trabalho;
- Baixa capacidade do Estado para promover o desenvolvimento;
- Espaços de poder e de participação insuficientes e inadequados;
- Organizações fracas da sociedade civil e incapazes de mecanismos ou processos de controle social.

O enfrentamento dos problemas relacionados pela Agenda Nacional de Desenvolvimento implica produção de conhecimento e formação para uma intervenção que integre o *trabalho* como uma dimensão necessária e intrínseca ao processo de *desenvolvimento* a ser definido.

A educação superior é ferramenta estratégica para o *desenvolvimento* de um país. A conjuntura atual, de reforma do ensino superior é favorável à apresentação de uma proposta da natureza que o DIEESE apresenta, voltada à inclusão social, à expansão de vagas no ensino público, à ampliação e interiorização da educação e ao sentido das atividades de pesquisa. A criação de novas universidades federais abre a possibilidade de inovar o que interfere de forma positiva na viabilidade do *desenvolvimento* com inclusão da dimensão *trabalho* como proposto pelas Centrais Sindicais.

Como disseram alguns sindicalistas ao defender sua participação na discussão sobre desenvolvimento: “*Nosso trabalho contruiu o presente, queremos contruir o futuro com a nossa concepção de desenvolvimento*” quem disse isso mesmo, Clemente?

O projeto de uma *Escola de Ensino Superior dos Trabalhadores* surge nesse contexto, se organiza para o ensino e a pesquisa em torno do binômio *Trabalho e Desenvolvimento*, para atuar na preparação dos trabalhadores para essa intervenção qualificada e diversificada na discussão nacional sobre os rumos do país.

4. OBJETIVOS DO CURSO

- Formar quadros para uma atuação interdisciplinar na sociedade, interferindo propositivamente para a solução de problemas regionais e nacionais;
- Contribuir para o avanço do estudo e da produção de conhecimento interdisciplinar sobre trabalho e desenvolvimento da perspectiva da classe trabalhadora;
- Contribuir para a criação de novas formas de estudar, de ensinar e de pesquisar da perspectiva da classe trabalhadora que também contribuam para melhorar a formação de trabalhadores em todos os níveis de ensino.

5. PRESSUPOSTOS E PRINCÍPIOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS

A educação formal do trabalhador sempre foi pensada segundo as necessidades da produção. Na segunda década do século XX, relacionado ao processo de industrialização, imigração e institucionalização da educação de massa nos Estados Unidos, houve disputas na sociedade norte americana sobre os objetivos da educação escolar do trabalhador: formar um trabalhador especializado ou dar educação geral? Ensinar habilidades básicas, habilidades técnicas ou disciplinas científicas? O currículo americano definido a partir de 1918 se baseava no modelo fabril, inspirado na administração científica de Taylor. Como na empresa, os padrões, os moldes, definem a formação. Esse modelo se consolida depois da II Guerra Mundial, e a partir de 1949 com a publicação de um trabalho de Tyler, passa a influenciar o currículo escolar no Brasil e em vários outros países, predominando até a década de 1980 (Silva, 2002).

Na década de 1920, os interesses que moviam a oferta de educação para os trabalhadores no Brasil, eram os da indústria nascente. Naquele momento, formar mão-de-obra para as necessidades produtivas deu origem ao ensino profissionalizante.² A proposta de formação profissional foi elaborada por intelectuais e empresários brasileiros ligados ao IDORT³, no modelo taylorista fordista visando a racionalização da produção, a modificação do local de trabalho e do trabalhador que deveria atender às novas demandas da indústria e da nova cultura do trabalho. (Zucchi, 2004; Dante, 2007).

² A educação profissional tem origem na sociedade civil com objetivos assistencialistas. As iniciativas públicas para organizar a educação profissional começa no início do sec XX com as escolas de aprendizes artífices urbanos, e de capatazes e administradores na area rural.

³ Roberto Mange, professor da Escola Politecnica, implementou a proposta de formação profissionalizante em 1924, era membro fundador do Instituto de Organização Racional do Trabalho (IDORT).

Na reforma educacional do início da década de 40, a educação fica estruturada em educação básica e superior. A educação básica compreendia o primário e o secundário subdividido em ginásio e colegial ou profissionalizante. O ensino profissionalizante, constituído pelos cursos normal, industrial técnico, comercial técnico e agrotécnico, não habilitava para o ingresso no ensino superior, mas tinha o mesmo nível e duração do colegial. Apesar da diferenciação, surge aí uma primeira possibilidade de aproximação entre os ramos colegial e profissionalizante, por meio de exames de adaptação. Essa reforma conferia importância estratégica ao sistema educacional, mas reafirmava a sua dualidade, pois o acesso ao ensino superior era possibilitado pelo “domínio de conteúdos gerais das letras, ciências e humanidades, únicos considerados válidos para a formação da classe dirigente (Kuenzer, 1997).

A criação do SENAI, em 1942, acontece no âmbito dessa reforma. Roberto Mange que na década de 1920 criava a escola profissional, colabora com industriais paulistas de 1940 a 1942 no projeto que dá origem ao SENAI. A concepção formativa é a mesma adotada por ele para as escolas profissionais. O surgimento do SENAC em 1946, e do sistema S ao longo das décadas seguintes, revelam a opção governamental de deixar para a iniciativa privada a tarefa de preparar *mão-de-obra* profissional. O ensino secundário e o normal formariam as elites e o profissional os filhos de operários para as artes e os ofícios, mantendo o caráter dualista da educação e sua função reprodutora da estrutura socioeconômica (Dante, 2007; Perrotta, 2002).

Na formação profissionalizante o modelo fordista taylorista de racionalização da produção, dá ênfase a descrição de tarefas e de técnicas restritivas, de modo que o trabalho é uma rotina onde tudo está previsto e dispensa reflexão. O conhecimento fornecido se aplica a uma realidade conhecida e não exige criação ou inovação. Não havia problema porque a formação escolar para trabalhadores era adequada a esse modelo. Essa formação se torna um problema quando um novo paradigma produtivo aumenta a complexidade da produção e coloca o trabalhador em confronto com situações que o obrigam a usar conhecimentos sem prescrições e sem restrições, ou seja, espera-se a partir de então que o trabalhador enfrente o imprevisível e inove em busca de uma boa solução. É nesse momento que aparecem as limitações da formação tradicional vigente porque para decidir diante de cada problema, é preciso que a produção de mercadorias incorpore a reflexão sistemática sobre o trabalho já que os imprevistos obrigam a pensar sobre a maneira de trabalhar e as soluções mobilizam conhecimentos (Zarifien, 1996).

Entretanto, o sistema educativo vigente incentiva o contrário, leva o aluno a repetir e copiar o

professor e não a desenvolver sua capacidade crítica e criadora. Apesar da formação escolar recebida, grande parte dos trabalhadores desenvolve capacidade crítica, analítica, reivindicativa e o novo paradigma produtivo se beneficia disso e incorpora também antigas pressões dos trabalhadores, revelando que as sucessivas gerações de reestruturação produtiva, não foram ditadas exclusivamente pelo mercado (Valle, 1996).

A crise do modelo de prescrição taylorista/fordista fez surgir novos conceitos para as situações produtivas, criou a necessidade de outro tipo de formação para o trabalho e trouxe para o centro das preocupações a educação formal do trabalhador. Inúmeros fóruns e seminários, reuniram no início dos anos 1990, trabalhadores e empresários que declararam ser *“impraticável a modernização da produção sem a universalização da instrução fundamental”*, e se propunham a *“uma ação concreta na recuperação educacional da força de trabalho”*, considerando que *“uma valorização do trabalho é fundamental na estruturação da sociedade brasileira, transcendendo a melhoria da qualidade da educação formal, incluindo mudanças comportamentais e de valores para que o trabalho passe a ser considerado uma atividade importante como valorização humana”* (Deleuze).

Tanto trabalhadores como empresários questionam a educação do trabalhador, mas os interesses que orientam as propostas de mudanças não são comuns. A crise abre oportunidade para os trabalhadores explicitarem seus projetos de formação.

A partir da década de 1990, a capacitação do trabalhador deixa de ser responsabilidade exclusiva do Estado ou da negociação Estado-empresas e se amplia para a participação de vários atores sociais como sindicatos, organizações da sociedade civil e passa a ser muitas vezes realizada de forma descentralizada e no nível local. A formação profissional muda na concepção, nos conteúdos e na responsabilidade de quem pensa e propõe o que deve ser a preparação para o trabalho por conta das transformações no mundo do trabalho, do modelo de integração e flexibilidade, globalização e competitividade e do aumento do desemprego (Perrotta, 2002).

Os sindicatos se abrem para a sociedade gerando programas para todos os trabalhadores, no âmbito das políticas públicas de trabalho e geração de renda. A formação profissional, campo do qual os sindicatos estiveram formalmente excluídos é matéria de interesse direto dos trabalhadores porque envolve um projeto político de educação. Nesse período de crise foram implementados programas de elevação de escolaridade, de inovação metodológica para formação dos trabalhadores, dialogando com as experiências realizadas por trabalhadores em vários outros países.

5.1 Formação, pesquisa e conhecimento

Uma proposta de formação é uma construção social e histórica. Se no início do século XX a disputa na sociedade se dava em torno do conteúdo da formação para trabalhadores, no início do século XXI são os projetos societários que estão em disputa e todo projeto envolve o conhecimento.

A reorganização e flexibilização no mundo do trabalho e a revolução na tecnologia da informação mudaram as possibilidades de produção e o acesso ao conhecimento. A velocidade com que os novos conhecimentos científicos e tecnológicos são desenvolvidos, divulgados e apropriados traz mudanças obrigatórias na formação porque toda a sociedade é afetada por essa nova tecnologia da informação. As instituições de ensino e grupos da sociedade civil buscam formas de pensar e lidar com o excesso de informação disponível, por um lado, e o necessário discernimento para usufruir a qualidade do que está disponível, por outro.

Para a classe trabalhadora a necessidade de estudar e produzir conhecimento próprio, existe desde a origem do capitalismo e por muito tempo se dava fora das salas de aula. Essa preocupação com o conhecimento foi retomada de uma forma muito particular no final dos anos 1960, uma década de contestação e crítica, de avanço dos movimentos civis nos Estados Unidos, dos movimentos de independência colonial, da contracultura e também uma década de produção intelectual teórica e crítica da educação e dos paradigmas educacionais vigentes. Os acontecimentos, o desejo de transformação e a produção crítica desse período, possibilitaram o surgimento de propostas pedagógicas voltadas para os grupos sociais subalternos e de inúmeros movimentos de educação popular e de alfabetização de adultos que puseram em prática essas propostas.

No início dos anos 1970, algumas experiências de educação formal de trabalhadores foram realizadas no ensino fundamental e superior. Na Bélgica, por exemplo, o ingresso em uma faculdade surge como uma oportunidade aberta por uma legislação de abrangência nacional que garante aos trabalhadores, direito à requalificação profissional por meio do *Decreto da Educação Permanente*. Aproveitando essa conquista, o Movimento Operário Católico propôs, em 1970, a criação de uma escola superior para sindicalistas, a *Faculté Ouverte de Politiques Économiques et Sociales* – FOPES que oferecia um curso de política econômica e social. Outro exemplo semelhante é o *National Labor College* da central sindical norte-americana AFL-CIO, que começou como um *Centro de Estudos do Trabalho* que oferecia formação profissional para sindicalizados em 1969 e a partir de 1974 passa a oferecer um programa de graduação para trabalhadores em geral, em convênio com diversas faculdades americanas. Essas duas experiências valorizam o conhecimento tácito dos trabalhadores, a formação obtida nas lutas, nos sindicatos, muitas delas reconhecidas na

forma de créditos para os cursos oferecidos, mas nenhuma delas explicita uma concepção formativa. Na mesma época, os operários metalúrgicos de Turim, iniciam um projeto de educação fundamental e desenham uma proposta política e pedagógica dos trabalhadores.

A experiência de educação formal do Sindicato dos Metalúrgicos de Turim começa com a conquista do direito a 150 horas de estudo para os trabalhadores. O chamado “direito às 150 horas” nasceu da luta social, conquistou o direito a três anos de estudo para trabalhadores com escolaridade básica incompleta. Era um projeto tripartite: o Estado pagava e cedia os professores, as escolas e o certificado escolar, os empresários remuneravam o tempo de estudo e o movimento operário definia o sentido e o conteúdo da formação e fazia a gestão desta conquista coletiva (Oliveira 1980, Ludovici, 1978).

Não era apenas o diploma que interessava. No contexto das transformações tecnológicas por que passavam as empresas e a economia italianas naquele momento, o *direito ao estudo e ao acesso à cultura* eram essenciais para os trabalhadores. Trabalhadores e dirigentes sindicais italianos se deram conta que o maior controle sobre o processo de trabalho requeria uma formação mais avançada do que aquela que os trabalhadores italianos, como classe, dispunham. O direito ao estudo pretendia possibilitar ao trabalhador, segundo Ludovici, (1978):

- a apropriação coletiva dos instrumentos de conhecimento que lhes permitisse intervir dentro e fora da escola;
- não descartar o conhecimento acumulado e disponível na escola e na Universidade, mas apropriar-se dele e colocá-lo na ótica e a serviço dos interesses da classe trabalhadora;
- a construção de um projeto educativo como meio de oferecer recursos à classe trabalhadora para potencializar sua capacidade de intervenção e alteração dos rumos da sociedade;
- suprimir a separação entre trabalho manual e trabalho intelectual;
- difundir uma formação cultural crítica;
- desenvolver um método de trabalho pedagógico para o desenvolvimento de capacidades básicas de utilização de meios de elaboração teórica.

A experiência dos sindicalistas italianos dialoga com os professores da rede pública de ensino de Turim com objetivo de interferir no ensino por meio da experiência e do debate. Os trabalhadores não desejavam conquistar o acesso à escola tal como ela era naquele momento, nem universalizar o ensino para possibilitar que trabalhadores, individualmente, elevassem seus conhecimentos técnico-

científicos e culturais de forma parcializada e fragmentada. Por isso, desafiaram os professores a discutir uma outra proposta e a desenvolvê-la junto com os operários, criando assim a possibilidade de professores repensarem o modelo de formação escolar vigente avaliado como tradicional, excludente e autoritário.

O que há de comum nas propostas de formação de trabalhadores adultos, incluindo a de Turim, é a *pesquisa* como possibilitadora da produção de um conhecimento próprio da classe trabalhadora, provavelmente porque “*enquanto sujeito, o conhecimento que o trabalhador busca na escola talvez não seja o saber historicamente acumulado sob hegemonia da burguesia, mas um saber articulado com os interesses das classes subalternas que implica a forma de produção do conhecimento.*” Frigotto (1998:19).

Esse conhecimento produzido pela classe trabalhadora é visto como possibilidade de:

- reforçar a capacidade de compreensão, direção e controle coletivo dos trabalhadores sobre as condições de trabalho e do processo produtivo (dentro e fora da empresa);
- fornecer os instrumentos fundamentais de elaboração teórica e de comunicação e superar o saber fragmentado e parcial da realidade, questionando, nesse processo, os métodos, conteúdos e objetivos da escola tradicional;
- lutar contra a organização capitalista do trabalho, almejando submeter o processo produtivo ao ser humano (invertendo a situação corrente de submissão da pessoa ao processo) .

As perguntas que os trabalhadores organizados fazem, com muita frequência, dizem respeito ao sentido da pesquisa enquanto produção de um conhecimento comprometido com seus interesses de classe. O que tem sido a pesquisa científica produzida na academia para o trabalhador militante ou sindicalista? Como a pesquisa feita sobre o trabalhador tem servido para seu auto-conhecimento? Como são reconhecidas nas pesquisas científicas suas práticas ou possibilidades de enfrentamento dos problemas cotidianos no mundo sindical e do trabalho? Como são divulgados esses estudos e como os trabalhadores tomam conhecimento do que foi produzido?

Entre as experiências conhecidas e utilizadas pelo movimento sindical está a *enquete operária* na versão atualizada da enquete surgida na segunda metade do século XIX nos países europeus industrializados, por iniciativa de grupos socialistas. A enquete operária é uma forma de investigação social, baseada nos pressupostos do questionário formulado por Marx em 1880, como

instrumento de auto conhecimento da classe operária, sem compromisso com as autoridades ou academias (Thiollent,1981:103). Esta forma de pesquisa adota uma perspectiva de classe, explicita a não neutralidade no processo de investigação e elabora perguntas fundamentadas teoricamente. As perguntas são elaboradas de forma a estimular o trabalhador a usar sua experiência de vida e sua capacidade de descrever, raciocinar e de investigar as relações de produção.

A *enquete operária* é uma proposta metodológica ligada à prática política dos trabalhadores e propõe sua participação ativa no processo de investigação, intervenção e produção de um conhecimento não livresco que ajuda os dirigentes em sua atuação cotidiana. Nesse sentido, a enquete altera a forma de pensar a produção de conhecimento e a relação sujeito-objeto de conhecimento uma vez que este conhecimento não é encomendado a um especialista.

A preocupação com o sujeito do conhecimento torna mais relevante a concepção de formação do trabalhador. O projeto de educação acadêmica dos trabalhadores depende de sujeitos capazes de mobilizar conhecimentos sobre a vida e o mundo trabalho, diante das solicitações da sociedade contemporânea.

Nas oficinas realizadas pelo DIEESE em 2007, os dirigentes definiram a necessidade de formar um pensamento autônomo, sujeitos inovadores, que interroguem, leiam a realidade, interpretem as várias linguagens atuais, atuem para democratizar o acesso à cultura, à informação, à formação e à expressão da diversidade cultural e social existentes. A cultura restituída como um direito, restitui o cidadão, permite que os atores sociais disputem a orientação que a sociedade dará a sua própria cultura, ocupem os espaços públicos, reivindiquem e participem da destinação dos fundos públicos (Janine, 2002).

Nesse sentido a proposta formativa mobiliza conhecimentos de várias áreas, é mais avançada que a departamentalização acadêmica do conhecimento, considerando que aos trabalhadores interessa produzir um conhecimento histórico, não fragmentado, da sua perspectiva.

O DIEESE traz uma contribuição metodológica para realização desse projeto acadêmico dos trabalhadores considerando que a questão não é o conhecimento disponibilizado para toda a sociedade mas o sentido e a forma de produzir o conhecimento que distingue esse projeto. A formação não envolve técnicas mas interações sociais entre sujeitos de diferentes mundos, culturas, práticas sociais, envolve uma concepção formativa que fundamenta e realiza o projeto acadêmico.

5.2 A concepção histórico-cultural da aprendizagem

O DIEESE produz, desde sua criação, estudos e pesquisas que subsidiam a atuação do movimento sindical com relação a questões econômicas, sociais e políticas que afetam toda a sociedade. Na área de educação, a equipe desenvolve projetos formativos e vem se dedicando a estudar e a elaborar sobre questões teóricas e metodológicas envolvidas na produção e apropriação do conhecimento e na relação conhecimento-ação. Essa produção está disponível e contribui para o avanço teórico e metodológico das questões de formação no movimento sindical, considerando a diversidade existente.

No período de 2000 a 2003, a equipe de educação realizou uma experiência educativa de desenvolvimento metodológico no âmbito de um projeto financiado pelo BID. A experiência mobilizou técnicos do DIEESE, formadores e dirigentes na formulação de seminários temáticos de 24 horas que envolviam a forma de elaborar e apresentar o conhecimento sobre as várias dimensões da relação capital trabalho. As atividades criadas para os seminários, realizadas com diferentes grupos⁴, resultaram em inúmeras possibilidades de conhecimento e ação.

A equipe de educação partia da afirmação que se obtém conhecimento por meio de um processo mediado e social e manteve, de diversas formas, uma permanente busca dos fundamentos teóricos e das implicações práticas dessa afirmação. Com intensidades diferentes, os grupos participantes tiveram acesso às contribuições de Vygotsky, Leontiev, Luria, Schaff, Cole, Moll, Wrestch, Smolka, entre os autores envolvidos com o estudo dos processos cognitivos e puderam experimentar distintas incorporações dessas reflexões às suas práticas. No processo, os itinerários formativos foram modificados, materiais e recursos pedagógicos interativos foram criados e muitas contribuições surgiram sobre as diferentes formas de pensar e atuar na relação técnico, dirigente e objeto de conhecimento. Nesse processo, a equipe de educação do DIEESE produziu conhecimentos sobre a aprendizagem dos participantes e fundamentou uma proposta formativa comprometida com um projeto político dos trabalhadores.

A concepção formativa elaborada nessa experiência fundamenta a proposta acadêmica de uma graduação em trabalho e desenvolvimento por ser uma concepção que acolhe a diversidade de propostas existentes no movimento sindical brasileiro.

⁴ Do programa participaram 80 técnicos de todo o país e 1204 dirigentes e formadores nos 41 seminários-teste e quatro oficinas de formadores, em três anos. Editou 16 cursos destinados a formadores e dirigentes sindicais, com diferentes percursos formativos.

Existem diferentes concepções sobre como se dá o processo de produção e apropriação de conhecimento. São formas diversas de ler o processo e de possibilitar que ele aconteça. Assim, a maneira de participar e produzir o conhecimento favorecerá a formação de sujeitos diferentes, capazes, ou não, de buscar ativamente o conhecimento, de ler com autonomia a realidade social como uma totalidade que se move, que muda com a interferência dos atores sociais, que se transforma segundo interesses conflitantes, que constrói projetos distintos, divergentes ou antagônicos.

Os pressupostos e princípios teóricos e metodológicos dessa concepção podem ser assim resumidos:

- *não é possível separar a produção das idéias das condições sociais e históricas nas quais elas foram produzidas. O conhecimento é socialmente produzido por sujeitos socialmente determinados, ou seja, o conhecimento é histórico, não é neutro, nasce comprometido com as indagações das classes, por necessidade das transformações que interessam a essas classes;*
- a produção do conhecimento é um campo em litígio. Diferentes classes sociais produzem conhecimentos distintos sobre o mesma realidade, porque partem de indagações e de concepções distintas;
- as contribuições dos estudiosos dos processos cognitivos começam por distinguir e mostrar que as funções psicológicas humanas diferem dos processos psicológicos de outros animais porque são culturalmente mediadas, historicamente desenvolvidas e surgem da atividade prática;
- o processo que torna o homem, um ser cultural, social, é resultado da atividade prática, da vida em sociedade, organizada sobre o trabalho. O trabalho modificou a natureza do homem e marcou o início de um desenvolvimento que, ao contrário dos animais, *não está submetido a leis biológicas mas a leis sociais e históricas*. Por meio da atividade prática, produtora e criadora, é que os processos mentais do homem se desenvolvem e se expressam. Investigações nessa direção permitiram evidenciar que a produção e aquisição de conhecimento é um processo em que a interação do sujeito que conhece com o objeto de conhecimento não é solitária, é social, não é direta, é mediada;

- o processo de aprendizagem não começa enunciando os conceitos mas construindo um objeto de conhecimento. Aborda o objeto de conhecimento como produção humana que produz relações sociais;
- O docente atua favorecendo a produção e não a transmissão do conhecimento formalizado, criando recursos pedagógicos para mobilizar o repertório dos estudantes
- O sentido político move o processo, evidenciando que há distinção entre conhecimento instrumental e práxis.

As novas necessidades na sociedade contemporânea provocadas pelo avanço da tecnologia gera movimentos de mudança que estão modificando e ampliando os sistemas universitários em todo o mundo desenvolvido e nos países em desenvolvimento. A retórica da globalização está sendo substituída em todos os níveis por uma ênfase crescente na produção do conhecimento por meio de redes de informação e comunicação. “A universidade precisa resgatar a convivência das áreas de conhecimento, práticas de produção de conhecimento e canais de comunicação com o contexto social e político envolvido em novos modos de refletir, pesquisar e responder aos anseios de estudar, tendo como norte a defesa dos espaços públicos interdisciplinares inovadores e críticos” (Schwartz, 2002:137).

O curso experimental de *Graduação Interdisciplinar em Trabalho e Desenvolvimento* proposto pelo DIEESE para as universidades federais se insere no programa do Ministério da Educação de expansão e ampliação da oferta de cursos superiores em instituições públicas. Pretende possibilitar a formação intelectual de quadros do movimento sindical e *políglotas culturais*, nas palavras de Renato Janine, para uma atuação interdisciplinar que permita ao trabalhador entender o mundo em rápida transformação e intervir na realidade brasileira.

O curso experimental de *Graduação Interdisciplinar em Trabalho e Desenvolvimento* propõe um programa a ser organizado em torno de problemas a serem abordados por diversas áreas de conhecimento. Cria-se deste modo um pólo de referência acadêmica comprometida com o conhecimento multidisciplinar dos problemas brasileiros numa perspectiva da classe trabalhadora visando o desenvolvimento social e a solução das grandes questões regionais e nacionais. A proposta estabelece uma formação de trabalhadores comprometidos com a solução de problemas que afetam toda a sociedade. A produção e a apropriação de conhecimento são processos simultâneos e levam à criação, pelos trabalhadores sujeitos destes processos, de procedimentos

novos, tanto de pesquisa quanto de possibilidades de estudo, reflexão e inovação do conhecimento.

A proposta envolve diversas áreas de conhecimento. Os projetos de pesquisa dos estudantes integram os conhecimentos a partir de indagações suscitadas pelos problemas a estudar que demandam uma intervenção inovadora. Nesse sentido a formação proposta considera:

- a necessidade de formar trabalhadores para indagar a política, a realidade, para interpretar e narrar as descobertas, considerando que a maior parte das questões cruciais na sociedade, em geral, e na ciência, em particular, são inter, multi e transdisciplinares e interprofissionais e que até hoje a formação dos trabalhadores sempre foi uniprofissional;
- a necessidade de acompanhar a rapidez com que novas tecnologias são geradas, difundidas, distribuídas, absorvidas pela sociedade;
- ampliar as opções de trabalho para áreas profissionais não regulamentadas sem se limitar às tradicionais, preparando os estudantes para atuar com desafios na fronteira do conhecimento que interessa a toda a sociedade;
- o conhecimento gerado a partir dos projetos de pesquisa e intervenção na realidade com ênfase nos conhecimentos considerados fundamentais para pensar *trabalho e desenvolvimento*;
- um currículo flexível, aberto a modificações, organizado de forma interdisciplinar, entendendo que o currículo tradicional não dá conta da formação na sociedade contemporânea nem incorpora os interesses da classe trabalhadora;
- a aprendizagem permanente mantendo um vínculo dos egressos do curso com a Escola para que continuem em formação com acesso ao conhecimento social e historicamente acumulados;
- a preparação para enfrentar problemas da realidade concreta de forma crítica e transformadora junto com a percepção de que a maior parte desses problemas ultrapassa os limites das disciplinas acadêmicas.

6. A ESTRUTURAÇÃO DO CURSO

O *Curso Experimental para Graduação Interdisciplinar em Trabalho e Desenvolvimento* institui e é instituído pela *Escola de Ensino Superior dos Trabalhadores* que deverá se incluir no espaço público de políticas educacionais como alternativa de ensino superior.

O projeto de um *Curso Experimental para Graduação Interdisciplinar em Trabalho e Desenvolvimento* se estrutura em três (03) anos de duração para uma formação densa, ampla para um Bacharelado Interdisciplinar. Com um ano de complementação, o bacharel poderá ter uma licenciatura. O curso é modular, com um ciclo básico comum de um (01) ano e dois (02) anos de formação optativa voltada para uma área de concentração.

A primeira turma do Curso Experimental tem início previsto para agosto de 2008 e sua formação se estende até julho de 2011.

A carga horária definida para o desenvolvimento do percurso formativo de três anos é de 2.400 horas compreendendo atividades formativas presenciais, incluindo atividades de pesquisa como disciplina curricular (80%), práticas profissionais e educação à distância com atividades acadêmico-científico-culturais (20%).

Trata-se de formação em alternância em que se sucedem seqüências de formação presencial ministrada na escola e formação virtual, por um lado, com seqüências de formação prática profissional, por outro. Um trabalho de conclusão de curso elaborado ao longo dos três anos será parte obrigatória do processo de obtenção do bacharelado e da licenciatura.

O curso se organiza em torno de questões suscitadas pela problemática que envolve *Trabalho e Desenvolvimento* no mundo contemporâneo e a partir dos projetos de estudo e pesquisa dos estudantes.

O caráter interdisciplinar do percurso formativo proposto permite o reconhecimento de créditos obtidos em cursos anteriores e facilita o intercâmbio acadêmico nas áreas cobertas pelo formato interdisciplinar do curso.

A definição das atividades obrigatórias e daquelas optativas, das realizadas de forma presencial e das não presenciais dependerá dos termos do convênio firmado com a instituição acadêmica que

acolherá o curso experimental proposto. O processo de definição será matéria de discussão e decisão nos primeiros meses de 2008.

O conteúdo programático será desenvolvido tendo como núcleo gerador problemas das realidades regionais, nacional e internacional tanto propostos pela escola como, prioritariamente, trazidos pelos estudantes e que se inserem nas áreas de conhecimento onde o curso se estrutura. O conjunto interdisciplinar necessário para desenvolver os processos de ensino-aprendizagem se define em torno e a partir destes problemas.

As Oficinas de Desenvolvimento Metodológico realizadas em 2007 trouxeram à baila questões e problemas da atualidade do trabalho e do desenvolvimento que constituem uma amostra significativa do que se espera contituir como núcleos geradores da produção de conhecimento no curso experimental proposto.

O estudante desse curso compõe seu itinerário formativo que deve se incluir na produção de conhecimento proposta pelo binômio *Trabalho e Desenvolvimento* e também aquela proveniente dos projetos trazidos pelo corpo discente de forma individual e/ ou coletiva. O programa de estudos e pesquisa que se pretende desenvolver implica o tratamento interdisciplinar das questões propostas, rompendo as barreiras das disciplinas e podendo provocar, ao mesmo tempo, diferentes deesdobramentos e abordagens relacionados aos projetos de pesquisa.

Cada estudante, ou um grupo deles, ou uma turma escolhe um problema relacionado a uma realidade local, a uma questão setorial, política, sócio-econômica, nacional, internacional ou outra, dentro das áreas de conhecimento tratadas pelo curso, como ponto de partida de um projeto de ensino e pesquisa a ser elaborado durante o curso e apresentado a toda a escola ao final de três anos

Os estudantes ou grupos podem envolver outras pessoas ou entidades na realização de seus projetos o que implica maior participação social no processo formativo e uma conseqüente multiplicação da discussão e difusão do conhecimento produzido. Os projetos serão supervisionados e acompanhados *in loco* e à distância pelos coordenadores da turma.

O curso exige tempo para atividades de estudo e pesquisa de forma individual ou coletiva. Ao tempo para leituras e estudo se acrescenta o tempo destinado à pesquisa, orientação e atividades culturais.

Todos os estudantes do curso experimental estarão contribuindo para elaborar e desenvolver a proposta da *Escola de Ensino Superior dos Trabalhadores* com base nas experiências estudadas e na experiência desse curso.

Ao final dos três anos de curso será proposto pela escola um encontro dos estudantes graduados para uma discussão do projeto experimentado. Essa discussão se dará em duas etapas: a primeira interna – corpo docente, corpo discente e administrativo - e a segunda ampliada para a sociedade representada por sindicalistas, acadêmicos, trabalhadores, membros de movimentos sociais e entre outros.

7. CORPO DOCENTE CORPO DISCENTE

Os docentes que irão atuar na formação interdisciplinar proposta precisam ser profundos conhecedores das diferentes áreas, ter identidade com o projeto, estarem envolvidos com questões da aprendizagem e interessados pelo desenvolvimento metodológico de um projeto de pesquisa e ensino em que os trabalhadores serão sujeito e não objeto de conhecimento.

O curso pretende que os docentes assumam os desafios apresentados pelo novo curso que, à semelhança do *Curso Experimental de Ciência Molecular da USP* (BEISIGEL, 2001), deverá ir adequando a proposta curricular, o tempo dedicado às atividades presenciais, ao trabalho de campo, aos seminários e a orientação.

O corpo discente, composto nas duas primeiras turmas experimentais por dirigentes, assessores e militantes sindicais, terá 50 membros em cada turma e deverá ser formado a partir seu compromisso e de suas entidades com o projeto de *Graduação Interdisciplinar em Trabalho e Desenvolvimento* em processo de construção.

A seleção para estas turmas se dará por meio de indicação das Centrais Sindicais observando alguns critérios:

- o candidato deverá escrever um *memorial*, em que apresenta sua trajetória e inquietações e explica porque se candida ao curso, que servirá como referencial para sua indicação como estudante;
- o candidato deverá ter disponibilidade para participar de todo o curso, entendido como um processo de formação continuada;
- o candidato deve ter possibilidade de dar contribuições;
- o candidato deve conhecer o que está sendo demandado pelo curso e concordar com isso;
- o candidato deve ter a co-responsabilidade de sua entidades sindical para liberação do trabalho sindical e de recursos;
- O ensino médio é exigência para obtenção da certificação.

8. CONTRIBUIÇÕES ESPERADAS

8.1 *Escola de Ensino Superior dos Trabalhadores*

O curso de graduação proposto tem a perspectiva de formular as bases para a criação da *Escola de Ensino Superior dos Trabalhadores*, sabendo que sua construção será processual e dentro das possibilidades existentes. As duas edições do curso, em caráter experimental que serão desenvolvidas em duas turmas de 50 dirigentes, cada uma, são parte integrante do processo de construção.

O curso poderá ser repensado, modificado, readequado durante seu desenvolvimento, com a participação do corpo docente e do corpo discente que nestas turmas, será formado por dirigentes, assessores e ativistas sindicais indicados pelas Centrais Sindicais.

Ao longo dos três anos de curso, os estudantes poderão conhecer várias áreas de atuação futura para os formados como a gestão de políticas públicas, a assessoria parlamentar, a docência, a pesquisa, o trabalho em novas áreas das ciências sociais aplicadas e das humanas que estão surgindo, a formação sindical e o trabalho sindical, entre vários outros. Pretende-se que a formação intelectual de quadros do movimento sindical possibilite ao trabalhador entender o mundo em rápida transformação e contribuir para a solução dos problemas da realidade brasileira.

8.2 *Registro e divulgação da produção*

- O *Curso Experimental de Graduação Interdisciplinar em Trabalho e Desenvolvimento* prevê as seguintes contribuições no que se refere a registro e divulgação da produção;
- Publicação da produção de conhecimento interdisciplinar com os resultados das pesquisas e das contribuições relevantes para toda a sociedade;
- Divulgação das inovações tecnológicas, científicas, metodológicas em ensino-aprendizagem e recursos pedagógicos interativos;
- A produção do corpo docente e dos estudantes, escrita, áudio-visual, plástica, deverá compor o acervo da escola para ser utilizado e divulgado nacionalmente;
- Textos, filmagens, diferentes manifestações que contribuam para a memória das produções desse primeiro curso.

9. BIBLIOGRAFIA E DOCUMENTOS CONSULTADOS

BAKHTIN, M. **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: Hucitec, 2002.

BIONDI, Antonio. Escola Florestan Fernandes, marco na história do MST. **Revista Adusp**, São Paulo, p. 15-22, jan. 2006.

BONILLA, Victor. Causa popular, ciência popular: uma metodologia do conhecimento científico através da ação. In: BRANDÃO, Carlos R. **Repensando a pesquisa participante**. São Paulo: Brasiliense, 1984. p. 131-157.

CHAUÍ, Marilena. A universidade pública sob nova perspectiva. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 26., Poços de Caldas. **Conferência de abertura**. Poços de Caldas, MG, out. 2003

CHAUÍ, Marilena. Resistir às determinações do mercado, em busca da autonomia do saber. **Revista Adusp**, São Paulo, p. 48-54, dez. 2000.

CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DEL TRABAJO, 87ª reunión. 1999. Ginebra. **Trabajo decente, Ginebra**: Oficina Internacional del Trabajo, 1999.

CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL – CDES. **Agenda nacional de desenvolvimento**: AND. Brasília: CDES, 2007.

COSTA, Hélio da; CONCEIÇÃO, Martinho da (Orgs.). **Educação integral e sistema de reconhecimento e certificação educacional e profissional**. São Paulo: CUT, 2005.

DANIELS, Harry (Org.). **Vygotsky em foco**: pressupostos e desdobramentos. Campinas: Papyrus, 2001.

DANTE, Moura Henrique. **Educação básica e educação profissional**: dualidade histórica e perspectiva de integração. Rio de Janeiro: ANPED, 2007. (Trabalho e Educação, 9).

DURHAM, Eunice Ribeiro. A autonomia universitária extensão e limites. In: STEINER, João; MALNIC, Gerhard (Orgs.). **Ensino superior, conceito e dinâmica**. São Paulo: Edusp, 2006. p. 79-123.

DURSTON J.; MIRANDA F. (Org.). **Experiencias y metodologia de la investigacion participativa**. Santiago: Division de Desarrollo Social – CEPAL, mar. 2002. (Série Políticas Sociales, 58).

FURTADO, Celso. **O mito do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

FURTADO, Celso. **Teoria e política do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

GAYFER, Margaret. Participatory research: developments and issues. **Convergence International Journal of Adult Education**, Toronto, v. 14, n. 3, 1981.

GELPI, Hector. La formación como proyecto de los trabajadores. In: RIASUTTO, Carlos (Org.). **Educación y clase obrera**. México: Editorial Nueva Imagen, 1978.

HALL, Budd L. Participatory research, popular knowledge and power: a personal reflection. **Convergence International Journal of Adult Education**, Toronto, v. 14, n. 3, 1981.

HILSDORF, Maria Lucia Spedo. **O aparecimento da escola moderna**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

HILSDORF, Maria Lucia Spedo. **Pensando a educação nos tempos modernos**. São Paulo: Edusp, 1998.

IESALC-UNESCO. **Informe sobre la educación superior en America Latina y el Caribe 200-2005**: la metamorfosis de la educación superior. Caracas: Editorial Metropolis, 2006.

IPEA. **Brasil**: o estado de uma nação. Rio de Janeiro: IPEA, 2005.

IPEA (Coord.). **Objetivos de desenvolvimento do milênio**: relatório nacional de acompanhamento. Brasília, 2005.

KAPLUN, Gabriel. Indisciplinar la universidad In: WALSH, Catherine (Ed.) **Pensamiento crítico y matriz (de) latinoamericanas**. Quito: Universidad Andina Simon Bolivar – ABYA-YALA, 2005. p. 213-250.

LANZARDO, Dario. Marx e a enquete operária. In: THIOLENT, Michel (Org.). **Crítica metodológica, investigação social e enquete operária**. São Paulo: Polis, 1981. p. 233-246.

- LEFEBVRE, Henri. **Lógica formal, lógica dialética**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983.
- LEONTIEV, A. **Problemas del desarrollo del psiquismo 2**. La Habana: Editorial Pueblo y Educación, 1981.
- LUDOVICI, Emilio Samek. Derecho de los trabajadores al estudio, organización del trabajo e institución escolar. In: RIASUTTO, Carlos (Org.). **Educación y clase obrera**. México: Nueva Imagen, 1978.
- LURIA, A. R. **Desenvolvimento cognitivo, seus fundamentos culturais e sociais**. São Paulo: Ícone, 1990.
- MANACORDA, Mario A. **Marx e a pedagogia moderna**. São Paulo: Cortez, 1991.
- MOLL, L. C. **Vygotsky e a educação**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2002.
- OLIVEIRA, Miguel Darcy de. Conhecer para transformar: os operários italianos compõem uma sonata para os patrões. In: CECCON, Claudius et al. **Vivendo e aprendendo**: experiências do IDAC em educação popular. São Paulo: Brasiliense, 1980. p. 15-36.
- PALAZZESCHI, Yves. **La formation syndicale**. Arcueil: Education Permanente, 2003. p. 3-92. (Education Permanente, 154).
- PEREIRA, Bresser. Reforma institucional, competitividade e autonomia financeira. **Revista Adusp**, São Paulo, p. 39-47, dez. 2000.
- PERES, Fernando Antônio. **Educação anarquista em São Paulo**. 2004. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação da USP, São Paulo, 2004.
- PERROTTA, Carmen, ZAMBERLAN, Fabio; THIOLENT, Michel. El programa Integrar y la formación profesional negociada en el sector metalmecánico brasileño. In: POSTHUMA, Anne Caroline Posthuma (Org.). **Diálogo social, formación profesional e institucionalidad**. Montevideo: Cinterfor; OIT, v.1, p. 23-62. 2002.
- PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**. São Paulo: Brasiliense, 1992.
- PRADO JÚNIOR, Caio. **História econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1995.

PREBISCH, Raul. O desenvolvimento econômico da América Latina e seus principais problemas. **Revista Brasileira de Economia**, São Paulo, ano 3, n. 3, set. 1949.

RIBEIRO, Renato Janine (Org.). **Humanidades**: um novo curso na USP. São Paulo: Edusp, 2001.

ROSTOW, W. W. **Etapas do desenvolvimento econômico, um manifesto não comunista**. Rio de Janeiro: Zahar, 1961.

SAIANI, Cláudio. **O valor do conhecimento tácito**: a epistemologia de Michael Polanyi na escola. São Paulo: Escrituras, 2004.

SCHAFF, A. **Historia e verdade**. São Paulo: Martins Fontes, 1978.

_____. **Linguagem e conhecimento**. Coimbra: Medina, 1964.

SCHWARTZ, Gilson. Capitalismo midiático e economia política da inovação. In: RIBEIRO, Renato Janine (Org.). **Humanidades**: um novo curso na USP. São Paulo: Edusp, 2001.

SCHWARTZMAN, Simon. A Universidade de São Paulo e a questão universitária no Brasil. In: STEINER, João; MALNIC, Gerhard (Orgs.). **Ensino superior, conceito e dinâmica**. São Paulo: Edusp, 2006. p. 25-40.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade, uma introdução às teorias do currículo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **O projeto educacional da “nova” direita e a retórica da qualidade total**. São Paulo: Andes, fev. 1996 (Universidade e Sociedade, 10).

SOCHACZEWKI, Suzanna. **A produção da vida**: estudo do papel e lugar do trabalho na vida contemporânea. 1998. Tese (Doutorado em Sociologia) – FFLCH, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

_____. Educação, trabalho e vida. In: BERNARDO, Paula Cristina (Org.). **Juventudes**

em debate: sindicalismo e mercado de trabalho. São Paulo: CUT, 2007.

STEINER, João; MALNIC, Gerhard (Orgs.). **Ensino superior, conceito e dinâmica.** São Paulo: Edusp, 2006.

THIOLLENT, Michel. **Crítica metodológica, investigação social e enquete operária.** São Paulo: Pólis, 1981.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente.** São Paulo: Martins Fontes, 1994.

_____. **Obras escogidas.** Madrid: Editorial Pedagógica, 1983. v. 3

_____. **O manuscrito de 1929.** Campinas: Unicamp; CEDES, 2000. Educação e Sociedade, 71).

_____. **Pensamento e linguagem.** São Paulo: Martins Fontes, 1998.

WERTSCH, J. **Vygotsky and the social formation of mind.** Harvard University Press, 1985.

_____. **Voices of the mind: a sociocultural approach to mediated action.** Harvard University Press, 1993.

ZARIFIAN, Philippe. Gestão da e pela competência. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL., 1996. Rio de Janeiro. **Educação profissional, trabalho e competência.** Rio de Janeiro: CIET: nov. 1996.

ZUCCHI, Bianca Barbagallo. **A criação da escola de ferroviários da Companhia Sorocabana.** Pesquisa de Iniciação Científica financiada pelo CNPq em 2004.

DOCUMENTOS CONSULTADOS

- O que é o Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE 2005 Disponível em:
<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pde/oquee.html>

- **Programa Reuni** - Reestruturação e Expansão das Universidades Federais- Diretrizes Gerais - PDE 2007. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil/_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm

- **Projeto REUNI/UFBA** – 2007. Disponível em:
<http://www.portal.ufba.br/destaques/reuni.pdf>

- **CAPES** – CAPES modifica áreas do conhecimento – 2007. Disponível em:
http://www.capes.gov.br/servicos/salaimprensa/noticias/noticia_0920.html

RELATÓRIOS ENTREGUES AO MTE - FEVEREIRO 2008

1. Relatório circunstanciado das 04 Oficinas de Desenvolvimento Metodológico 2007;
2. Relatório da elaboração de proposta de implementação de experiência piloto em 2008 de formação universitária para dirigentes, assessores e ativistas sindicais.

ANEXOS

Relação dos textos em anexo:

1. Anexo 1 - experiência Louvain Bélgica;
2. Anexo 2 - experiência Aix-la- Provence França;
3. Anexo 3 - National Labor College;
4. Anexo 4 - Escola MST;
5. Anexo 5 - Curso Humanidades Renato Janine;
6. Anexo 6 - Curso Molecular da USP;
7. Anexo 7 - PPP Federal do ABC;
8. Anexo 8 - Universid Madres;
9. Anexo 9 - Resultados consulta 2006;
10. Anexo 10 - Processo oficinas;
11. Anexo 11 - Apresentação oficina 04. doc;
12. Anexo 12 - Apresentação oficina 04.ppt.

ANEXOS

Anexo 1 – Experiência Louvain Bélgica

1.1 Histórico

Em 1970, por conta da crescente autonomização das regiões e comunidades lingüísticas (valões e francos) da Bélgica, a tradicional Universidade Católica de Louvain foi desdobrada em duas outras universidades: Universidade Católica de Louvain-la-Neuve (30 km ao sul de Bruxelas) para a comunidade dos valões e a Universidade Católica de Louvain – Bruxelas, voltada à comunidade dos francos.

Neste período, como resultado de pressões dos trabalhadores, havia sido aprovada uma legislação de abrangência nacional que garantia aos mesmos direitos à sua requalificação profissional por meio do Decreto da Educação Permanente. Tendo isto em vista, no momento da constituição de Louvain-la-Neuve, o Movimento Operário Católico (MOC) da Bélgica propôs à nova universidade a criação de uma escola voltada para o público sindical.

O MOC, representante da esquerda sindical católica, já possuía uma experiência com educação formal para o 2º grau, proporcionada por uma organização com a qual mantinha ligações, o ISCOS. Para a criação da escola de nível superior, o MOC convidou ainda o segmento dos trabalhadores socialistas belgas para um trabalho conjunto de organização e sustentação da nova instituição. Os socialistas optaram por não participar do projeto, que foi tocado exclusivamente pelo MOC.

Desta maneira, a *Faculté Ouverte de Politiques Économiques et Sociales* –(FOPES) foi criada no início dos anos 70 para oferecer um curso de políticas econômicas e sociais. Em 1974, a estrutura da FOPES ganhou corpo com um programa de mestrado na mesma área.

A FOPES pertence à Universidade de Louvain-la-Neuve e situa-se dentro do seu *campus*, mas tem autonomia em relação a esta. Além dos cursos de graduação e mestrado para trabalhadores belgas, a FOPES oferece vagas para interessados nas questões do desenvolvimento de países, com foco nas regiões central e oeste da África.

Entre outros aspectos, a FOPES caracteriza-se pelas atividades descentralizadas. Sua principal referência é a *Open University* da Inglaterra, umas das primeiras instituições bem-sucedidas no

mundo em termos de educação a distância.⁵

A FOPES tem ainda sólida parceria acadêmica com a *Facultes Universitaires Notre-Dame de la Paix* (FUNDP), situada a 60 km de Bruxelas, na vila de Namur, capital da Valônia.

1.2 Visão e Alcance

A FOPES resultou de um desejo de abertura da Universidade à sociedade. O objetivo era proporcionar o acesso ao conhecimento e formação a cidadãos preocupados com a justiça e a solidariedade do ponto de vista econômico e social. A formação pretendida pela FOPES caracteriza-se pelo uso dos aportes teóricos para a ação em termos sociais, culturais, associativos, familiares e profissionais.

1.3 Governança

A estrutura da FOPES é constituída por uma diretoria, um conselho de formação e coordenadores de curso. Atualmente está representada da seguinte forma:

⁵ A *Open University* (OU) foi criada entre o final dos anos 60 e começo da década de 70 durante o governo trabalhista Harold Wilson, a partir da estrutura da *University of London*. Seu propósito era viabilizar o acesso dos cidadãos das faixas de renda mais baixas ao ensino universitário por meio das alternativas oferecidas pela educação a distância. Na década de 80, a *University* possuía um total de cerca de 70 mil alunos, formando anualmente 6 mil deles. Em 1998, a OU comemorou a chegada ao número de 200 mil alunos graduados. Disponível em: <www.open.ac.uk>.

Nomes	Cargos
Pierre Reman	Diretoria
B. Bailleux,	Conselheiro
D. Bouchat	Conselheiro
M. Coenem	Conselheiro
D. Comerotte	Conselheiro
J. P. Deru	Conselheiro
G. Gobert	Conselheiro
A. Joris-Litt	Conselheiro
G. Pirotton	Conselheiro
M. Elias	Conselheiro
D. Ruquoy	Conselheiro
L. Albarello	Coordenadores
M. Barbeaux	Coordenadores
P. Saint-Georges	Coordenadores
D. Desmette	Coordenadores
M. de Vroey	Coordenadores
G. Herman	Coordenadores
G. Lienárd	Coordenadores
H. Pourtois	Coordenadores
J.M. Wautelet	Coordenadores
Joseph Godeau	Diretor Administrativo

1.4 Programas e Conteúdos

A FOPES oferece cursos de graduação e mestrado em políticas econômicas e sociais nas seguintes áreas:

a) *Licence en politique économique et sociale* (bacharelado)

Programa: compreende um total de quatro anos de curso (180 créditos). Neste período são cursadas disciplinas cuja atenção acadêmica concentra-se entre o econômico e o social.

Os quatro anos do curso têm como focos:

- 1º ano: disciplinas básicas (Filosofia, Economia Política, Contas Nacionais, Sociologia, Métodos de Pesquisa e Análise de textos científicos);
- 2º ano: Operacionalização de conceitos para reforçar a autonomia do estudante;

- 3º ano: Elaboração de monografia com disciplinas obrigatórias (Método de Pesquisa e Análise de Textos Científicos) e orientação para a escolha das disciplinas adequadas;
- 4º ano: término da monografia.

Os estudantes têm cargas horárias de trabalhos em grupo planejadas para elaboração de projetos coletivos e individuais. A intenção é tornar o curso exequível para estudantes que trabalham em horário comercial durante a semana.

O programa prevê a realização de seminários metodológicos e específicos com carga horária de 47 horas por ano (três horas por semana) e 15 horas por ano para coordenação pedagógica

Concretamente, os estudantes devem participar da seguinte programação estipulada para seus grupos:

- 32 seções de seis horas em trabalhos de grupo (normalmente aos sábados);
- dois fins-de-semana presenciais na Universidade (em fins-de-semana prolongados por feriados);
- 34 seções de três horas (geralmente à noite).

b) *Licence en Politique Économique et Sociale (Développement et Gestion de Projets)*

Este curso objetiva a formação universitária para agentes de desenvolvimento dentro do domínio econômico e social na África francófona subsahariana. O programa visa especialmente os responsáveis atuais ou potenciais de programas ou projetos de desenvolvimento em diferentes aspectos, tais como desenvolvimento rural, saúde, educação permanente e promoção de igualdades, entre outros.

O curso dura dois anos (em dedicação integral) e compreende 945 horas, com 240 horas de cursos opcionais:

- análise do ambiente do projeto;
- gestão de projetos de desenvolvimento;

- concepção, formulação e avaliação de projetos.

Os candidatos devem trabalhar na África francófona subahariana e ser engajados em projetos de desenvolvimento (com no mínimo quatro anos de experiência). Os candidatos também devem ter formação universitária equivalente ao primeiro ciclo universitário (BAC + 2).

c) *Máster en Politique Économique et Sociale*

A FOPES organiza este curso para adultos que não puderam realizar seus estudos universitários pelas vias tradicionais. O *Máster* está voltado para a compreensão dos mecanismos econômicos e dos fenômenos sociais, além da pesquisa acerca de mecanismos para obtenção de maior justiça e solidariedade.

O programa do curso conta com disciplinas obrigatórias e optativas, além de oficinas de trabalho.

O curso tem duração de três anos e é desenvolvido de maneira descentralizada em Bruxelas e outras cidades da Valônia. Todos os anos três novos grupos de alunos são criados, com 20 a 30 estudantes em cada grupo.

O curso é ministrado aos sábados e, eventualmente, durante um outro dia da semana. A programação de aulas também prevê uma reunião para trabalho de grupo durante uma noite da semana. Durante o ano letivo, são realizados ainda dois fins-de-semana de aulas em regime de internato na Universidade.

O programa é acessível para os candidatos que possuem pelo menos dois anos de experiência profissional.

1.5 Financiamento

A FOPES não dispõe de bolsas para este curso, devendo o próprio estudante financiá-lo. Como referência, para os alunos do *Licence en Politique Économique et Sociale* (que normalmente não são residentes na Bélgica), o custo estimado para um ano de estudos em Louvain-la-Neuve é de 7.800 euros (mais as despesas de passagens de avião), em valores de 2002.

1.6 Métodos de Ensino

Em seus cursos, a FOPES pratica o que ela chama de “Pedagogia do Êxito”. Este método possui as seguintes características:

a) Ao final do curso espera-se que o aluno tenha adquirido uma série de conhecimentos, digamos A, B, C e D. Ao longo do curso existem controles em relação ao domínio pelo aluno destes conhecimentos.

- 1º ano: É o ano de receber o aluno e colocá-lo em contato com as disciplinas básicas
- 2º ano: Neste ano o aluno tem contato com os conhecimentos operacionais do curso (voltados para realização da pesquisa). O objetivo é reforçar sua capacidade de autonomia. Ao final deste ano, o aluno deve escolher o rumo temático que dará à sua monografia
- 3º ano: Elaboração da monografia
- 4º ano: Elaboração e conclusão da monografia

b) A avaliação

1º ano: O objetivo é aferir se o candidato tem condições de evoluir nos estudos. Existem ainda controles de avaliação para o grupo em que o aluno se insere.

2º ano e demais: Deste ano em diante, são feitas avaliações por meio de notas atribuídas aos trabalhos.

Para que o aluno se forme é necessária a apresentação da monografia concluída.

A FOPES privilegia fortemente a realização das atividades formativas por meio de grupos de alunos, cuja composição se mantém ao longo dos anos. A existência dos grupos tem por objetivo privilegiar os aspectos coletivos do aprendizado. Os grupos encaminham seus estudos dentro de uma determinada temática, aprofundada individualmente pelos alunos em suas monografias.

1.7 Público-alvo

A FOPES desenvolve programas para atender às necessidades de adultos, cujo acesso às instituições educacionais tradicionais e seus métodos é muito difícil. Ao aluno é exigido um período mínimo de experiência profissional.

No caso do *Licence en Politique Économique et Sociale (Développement et Gestion de Projets)*, o candidato deve atender exigências mais específicas, como por exemplo, atuação profissional na África francófona.

1.8 Corpo Docente e Parceiros Acadêmicos

Corpo docente

A. Bastenier
I. Callens
B. Cockx
E. de Callatay
J. de Munck
T. de Smedt
P. Defeyt
F. Degavre
M. Dejemeppe
P. Deleener
G. Dmunijnck
F. Digneffe
G. Dutry
B. Fonteneau
A. Franssen
B. Fusullier
P. Georis
J.-L. Guyot
J.-P. Hiernaux
Pl Jonckheer
J.-M Lacrosse
P.-J. Laurent
S. Nassaut
J. Nizet
A. Nsabimana

Parceiros acadêmicos

Facultes Universitaires Notre-Dame de la Paix – FUNDP (na vila de Namur, capital da Valônia).

QUADRO 1
QUADRO SÍNTESE

Estrutura Diretiva	Diretoria, Conselho Formador e Coordenações de cursos
Instalações	Campus próprio com alojamentos
Biblioteca	Biblioteca e arquivos no próprio campus
Tecnologia	Estrutura para oferta de cursos de educação descentralizada
Corpo discente	Entre 600 e 800 alunos (dirigentes, ativistas e assessores sindicais) nos cursos regulares formais)
Corpo docente	Quadro próprio de professores titulados de formação variada
Parceiros acadêmicos	Facultes Universitaires Notre-Dame de la Paix – FUNDP (na vila de Namur, capital da Valônia).
Orçamento anual	NC
Ensino praticado	Considera experiências pessoais e/ou profissionais Cursos presenciais e descentralizados Privilegia a condução das atividades formativas através dos trabalhos de grupos cuja composição se mantém durante o curso Adota o que a FOPES nomeia de “pedagogia do êxito”
Avaliação externa	NC

Anexo 2 – Experiência Aix-la- Provence França

1.1 Histórico

Na França existem duas categorias de formação escolar de 3º. Grau, realizadas nos estabelecimentos universitários: a formação escolar geral e a formação escolar profissionalizante.

Entre os mais jovens (até 30 anos), 60% têm o diploma do *Baccalaurèat*. Este diploma é obtido ao final do 2º Grau e habilita o aluno para ingresso no ensino superior. Pode ser obtido em três diferentes tipos de cursos: geral (com certificação científica ou literária), técnico e profissional. Entre os estudantes que alcançam o *Baccalaurèat*, a metade ingressa na universidade.

No nível superior, até 2002, a educação era oferecida na França em duas formações. A primeira formação equivalia ao 1º ciclo de formação universitária (dois anos), enquanto o 2º ciclo compreendia os dois anos seguintes. A segunda formação era composta pelo 3º ciclo em que os diplomas obtidos eram de Mestrado e Doutorado.

A estrutura de ensino superior foi modificada em 2003 por meio da Reforma Universitária. Essa reforma reorganizou os ciclos de estudo da seguinte forma:

- *License*: três anos
- *Máster*: Mais dois anos
- *Doctorat*: Mais três anos

A formação realizada anteriormente à Reforma permitia que o estudante do quarto e quinto ano obtivesse um diploma (certificação) ao final do quarto ano (DU – Diploma Universitário) e outra ao final do quinto ano (DESS – Diploma de Estudo Superior Especializado). Após a reforma, a certificação deste período passou a ser realizada apenas ao final dos quinto ano (*Máster*), o que prejudicou a certificação dos trabalhadores, dada a dificuldade de conseguirem uma dispensa do trabalho por tanto tempo.

Vale destacar que, no caso do Departamento de Ergologia da APST, existe na França uma lei de 1971 garantindo o direito à formação continuada dos trabalhadores. Por conta desta lei, é possível que eles freqüentem a escola e tenham sua jornada de estudo remunerada, assim como sua jornada

de trabalho. Isto é possível com recursos de um fundo público criado para este fim e mantido com contribuições de empresas.

Esta lei abriu a possibilidade de ingresso de trabalhadores nos cursos em diferentes níveis escolares. Adicionalmente, a legislação permitiu o acesso direto de trabalhadores sem o diploma à Universidade por meio do procedimento de equivalência. Este procedimento consiste na organização pelo trabalhador de um dossiê sobre sua vida profissional e relata a frequência de cursos não-oficiais. O dossiê registra o acúmulo de experiência suficiente para o ingresso na escola e é submetido a uma comissão que, na instituição de ensino, delibera sobre a aceitação do candidato.

Este contexto da política pública educacional francesa abriu o caminho para a experiência da APST com formação continuada para trabalhadores. Em 1981, os sindicatos pediram à Universidade que organizasse um curso que refletisse sobre as mudanças em andamento no mundo do trabalho. Este curso inseria-se na proposta de formação continuada e não fornecia certificação formal. Foram oferecido entre três e quatro anos para os dirigentes sindicais e trabalhadores.

Após uma primeira fase, consolidou-se a proposta de criação de cursos com certificados/diplomas que garantissem a formação regular universitária. Nestes cursos, uma característica importante era contar com estudantes do currículo normal e também de trabalhadores em regime de formação continuada dentro das mesmas turmas. Para os sindicalistas e trabalhadores, o curso proporcionou a oportunidade de uma requalificação profissional.

O curso com diploma oficial no Departamento de Ergologia começou a funcionar em meados da década de 80. Nesta ocasião, a primeira formação (oferecida em 1987) equivalia ao 1º ciclo e já garantia o diploma universitário. A segunda formação (oferecida em 1990) equivalia ao nível de mestrado com diploma em “estudos especializados”.

O *Master* de Ergologia surgiu após a reforma de 2003. A exemplo do ocorrido no início da década de 80, após um curso feito por sindicalistas (de especialização, sem o diploma formal), a própria Universidade solicitou ao Departamento de Ergologia que fosse oferecido um curso com certificação. O pedido da Universidade foi embasado no desejo manifesto dos trabalhadores em um curso com certificação oficial.

Desde então, o Departamento de Ergologia da APST acumula cerca de 25 anos de experiência com

curso de nível superior voltados para a formação profissional, cujo público inclui sindicalistas, trabalhadores e estudantes.

1.2 Visão e Alcance

O departamento de ergologia tem como princípios:

- A pluridisciplinaridade é concebida não como uma justaposição de disciplinas independentes, mas como uma integração de diversas ciências humanas e sociais com o objetivo de analisar as atividades humanas e notadamente o trabalho.
- A participação de profissionais engajados no meio do trabalho, tanto no nível dos estudantes (em formação contínua) como dos professores que aportam também seus saberes e suas experiências e os confrontam com os saberes disciplinares acadêmicos dos estudantes em formação inicial e os dos universitários.
- A convicção que uma profissionalização eficaz nos seus domínios deve ser generalista, o que não exclui a aprendizagem técnica e de instrumentos específicos.

1.3 Governança

O Departamento de Ergologia pertence à estrutura da Universidade de Provença (Aix-Marselha - França) e conta com três níveis de professores em seus cursos:

- Professores **pesquisadores** (universitários)
- Professores associados (professores de meio período que são consultores período)
- Professores convidados

O núcleo próprio de professores do Departamento tem por funções:

- Atividade letiva
- Acompanhamento dos alunos
- Garantia da coerência do curso

A equipe de docentes organiza-se da seguinte forma:

- Conjunto de todos os professores.

- Equipe ampliada: grupo de dez pessoas que se reúne uma vez por mês.
- Equipe pedagógica (núcleo) de cinco pessoas:
 - dois professores pesquisadores
 - dois professores associados
 - um integrante que não é professor mas faz parte da equipe (é um doutor em Sociologia e ocupa posição administrativa)

Em cada um dos quatro semestres do curso *Máster* existe um professor no acompanhamento pedagógico dos alunos.

1.4 Programas e Conteúdos

O conteúdo do curso da APST é voltado para a formação de profissionais nas áreas de análise pluridisciplinar das situações do trabalho.

QUADRO 4
ESTRUTURA DO CURSO MÁSTER

1º ano	1º semestre (disciplinas tradicionais) <ul style="list-style-type: none"> • Filosofia • Economia • Sociologia • Psicologia • Direito 	2º semestre (módulos transversais) <ul style="list-style-type: none"> • Abordagem ergológica • Empresa • Ergonomia • 1º módulo Trabalho: abordando questões como salário, movimento sindical, organização do trabalho
2º Ano	3º semestre <ul style="list-style-type: none"> • Epistemologia • Gestão/Administração 2º módulo Trabalho: <ul style="list-style-type: none"> - preparação para estágio (para a via profissionalizante) - preparação memória (para a via de pesquisa) - preparação para o trabalho em grupo (semana no final do curso) 	4º semestre <ul style="list-style-type: none"> • pela via profissional: estágio de 3 a 6 meses • pela via da pesquisa: elaboração da dissertação • semanas temáticas: uma vez por mês • acompanhamento de estágio e da dissertação

Há ainda um módulo opcional chamado Oficina de Redação, acompanhando o trabalho da escrita, proposto como uma semana suplementar em cada ano (dividida dentro do período letivo). Estes

módulos são realizados com cinco dias de curso, com oito horas diárias.

1.5 Financiamento

De forma geral, o ensino superior na França é gratuito. No curso *Máster* do Departamento de Ergologia existe uma taxa de inscrição anual cujo valor é de cerca de \$ 500,00 Euros (para fins de comparação, o salário mínimo na França é de \$ 1.000,00 euros líquidos). Esta taxa é uma referência, pois para os estudantes de formação contínua existe um valor especial.

Nos casos em que o trabalhador aceite no curso é enviado pela empresa, a taxa é paga pela própria empresa. Se o trabalhador estiver desempregado, existe um desconto sobre a mesma.

A participação dos trabalhadores nos cursos é viabilizada por meio de fundo público constituído para a formação contínua, a partir de recolhimento das empresas. Este fundo paga o salário do trabalhador no período em ele está na atividade de formação.

Exemplos:

1) O trabalhador está na empresa:

- pede licença para fazer formação
- fundo banca o salário
- ao fim do curso o trabalhador volta para a empresa

2) O trabalhador está desempregado: ele está por conta do seguro desemprego e o fundo paga a taxa de inscrição.

1.6 Métodos de Ensino

Os cursos do Departamento de Ergologia são presenciais (não há recursos para o *e-learning*). As atividades educacionais mesclam trabalhos individuais e em grupos (mistos de trabalhadores e estudantes).

No último dia da semana, o professor responsável pelo semestre faz uma recapitulação de todo o conteúdo desenvolvido para os alunos e realiza uma avaliação desta semana. Durante uma semana de cada mês as aulas são em tempo integral. Durante quatro semanas por ano há uma atividade organizada, também em tempo integral, e concebida para grupos de estudantes (oito a dez pessoas

no grupo) desenvolverem um tema, sob responsabilidade de um professor.

No final da formação (2º semestre), os grupos cuidam de toda uma semana de programação sobre o tema escolhido (aulas, conteúdo e métodos) e, eventualmente, podem trazer convidados especiais para estas atividades.

Como parte integrante da formação, os alunos da via profissional precisam fazer estágio de duas a seis semanas, enquanto os alunos da via de pesquisa devem desenvolver uma monografia.

1.7 Público-alvo

Em sua origem, os cursos de formação do Departamento de Ergologia tinham como público prioritário sindicalistas e trabalhadores, mas também eram abertos a outros alunos. Os alunos são sempre da região e não se alojam na Universidade. A aceitação dos sindicalistas que não possuíssem o diploma era feita, antes da Reforma de 2003, por meio do acesso direto, permitido pelo procedimento de equivalência previsto em lei para todos os trabalhadores.

O trabalhador deveria comprovar, por meio de um dossiê, uma experiência profissional equivalente ao exigido dos demais alunos em termos de certificação. Os sindicalistas tinham capacidade de compor por meio de suas atividades de representação, cursos e treinamento, dossiês consistentes a partir de suas experiências profissionais.

Nos primeiros anos dos cursos oferecidos pelo Departamento, o público era basicamente de sindicalistas. Apesar da possibilidade de aceitação de outros alunos, eram poucos os de origens distintas. No começo do curso existiam 25 vagas distribuídas entre trabalhadores e demais estudantes. Embora as vagas sejam divididas pela metade entre sindicalistas, trabalhadores e estudantes, houve no início a predominância de dirigentes sindicais.

Ao longo do tempo, duas tendências foram observadas na composição das turmas. Em primeiro lugar, a participação dos sindicalistas diminuiu e aumentou a participação de trabalhadores em busca da formação continuada. Em segundo lugar, tornou-se maior a proporção de estudantes.

As turmas compostas possuem alunos trabalhadores e demais estudantes. A convivência, no entanto, apesar de permitir a troca de experiências, precisou ser facilitada por meio de atividades de integração. Como forma de facilitar a adaptação, são oferecidos cursos de reforço para alunos

trabalhadores que vão para a Universidade como, por exemplo, oficinas de redação. Para os demais estudantes, oriundos do currículo tradicional, as salas mistas representam uma mudança de hábito, dadas as características da participação e perfil dos trabalhadores admitidos.

Além das mudanças no perfil das turmas, também se verificou uma mudança no perfil do próprio curso. No começo, eram identificados com os trabalhadores, no sentido da profissionalização, e atualmente estão mais próximos da visão tradicional de Universidade.

Com as mudanças implementadas a partir da reforma universitária de 2003, existem algumas dificuldades na nova forma do *Máster*. Com o aumento dos anos de estudo, é mais difícil para o trabalhador obter uma formação remunerada por mais dois anos. São oferecidas 35 vagas no 1º ano do *Máster* e outras 35 no 2º ano. (ver item 1 – histórico)

1.8 Corpo Docente e Parceiros Acadêmicos

Renato di Ruzza – diretor do *Máster*

Edouard Orban – responsável pelo percurso profissional

Equipe pedagógica

Universitários

René Amigues, professor da Université, ciência da educação (IUFM)

Ana Luisa Correa Telles, ATER, ergonomia

Renato Di Ruzza - professor das universidades, economia política

Dominique Efros, engenheiro, sociólogo

Daniel Faita, professor das universidades, ciência da linguagem (IUFM)

Samira Mahlaoui, ciência da educação

Christine Noel, professor-pesquisador na escola de comércio

Xavier Roth, ARM, filosofia

Frédéric Saujat, mestre de conferência, psicologia (IUFM)

Yves Schwartz, professor das universidades, filósofo

Profissionais

Laurence Belliès, ergonomia em empresas

Dominique Chabas, advogado

Christian Jayet, psiquiatra, médico do trabalho

Rémy Jean, consultor em condições do trabalho, professor associado

Jean-Luc Kazmarck, consultor em análise financeira

Axel Martini, consultor em relações sociais

Dominique Morizot, consultora em comunicação, professora associada

Edouard Orban, correios, mestre de conferência associado

Emmanuelle Puigserver, consultora em ergonomia

Raphaël Taller, diretor de uma sociedade de consultores

Parceiros acadêmicos

O Departamento de Ergologia conta com uma rede de organizações (sindicais, patronais, entre outras) para observação e debate das questões do mundo trabalho.

QUADRO 5
QUADRO SÍNTESE

Estrutura Diretiva	O Departamento de Ergologia é subordinado à Universidade de Provence. Os cursos oferecidos são coordenados por uma equipe pedagógica de 5 professores (dos quais um em cargo administrativo)
Instalações	Pertencem à estrutura da Universidade de Provence
Tecnologia	Não utilizam o <i>e-learning</i>
Corpo discente	Sindicalistas, trabalhadores e estudantes
Corpo docente	Composto de professores próprios, associados e convidados
Orçamento anual	Cursos públicos e gratuitos, com a cobrança de taxa de inscrição anual
Ensino praticado	Atividades individuais e de grupos

Anexo 3 – National Labor College

HISTÓRICO

Em 1969 a AFL-CIO - central sindical norte-americana - fundou um *Centro de Estudos do Trabalho* em Washington DC com o objetivo de oferecer oportunidades de educação e treinamento para lideranças sindicais e trabalhadores sindicalizados.

Em 1971, a AFL-CIO comprou um terreno em Silver Spring estado de Maryland e construiu uma sede.

Em 1974, a central sindical inaugura oficialmente, em Maryland, o Centro de Estudos do Trabalho ou *George Meany Center for Labor Studies – GMC* que passou a oferecer cursos de nível médio. Também iniciou aí um programa de graduação para trabalhadores, através de uma parceria com o Antioch College do Estado de Wisconsin. Durante mais de 20 anos, sindicalistas que estudaram nos cursos do GMC, obtiveram diploma de nível superior junto ao Antioch College.

Em 1995, com o crescimento das atividades desenvolvidas no Centro de Estudos GMC, fortaleceu a idéia de criar, a partir daí, uma faculdade independente.

Em 1997, o GMC recebeu autorização para se tornar uma instituição educacional de nível superior.

Em 1999, a Universidade de Baltimore começou a oferecer cursos de nível superior no campus do GMC, especialmente voltados para os estudantes do Centro.

Em 2000, o nome do Centro de Estudo GMC passou a ser *GMC- The National Labor College*.

Em março de 2004, GMC-NLC, recebeu autorização do Ministério da Educação e do *Council for Higher Education Accreditation*, atestando que o GMC-NLC havia atingido os padrões de excelência estabelecidos pela Comissão, depois de um processo de avaliação de quatro anos. Nesse ano se completou o longo processo de transformação do centro de treinamento em uma faculdade autorizada, o National Labor College.

VISÃO E ALCANCE

O NLC e o movimento sindical americano visam proporcionar oportunidades educativas para que os trabalhadores realizem suas aspirações por um ensino de nível superior, que enfatize a excelência acadêmica, as exigências da carreira profissional e também as da família.

Estrutura

O National Labor College possui uma estrutura formada por:

- um Conselho Diretor presidido pelo presidente da Central Sindical AFL_CIO
- e um quadro administrativo.

PROGRAMAS E CONTEÚDOS

O NLC oferece 4 tipos de programas educacionais.

1- Programas de Graduação (bacharelado):

a) Bacharelado de Artes em Estudos do Trabalho

Programa: compreende um total de 120 créditos semestrais a serem cumpridos da seguinte forma:

Disciplinas Básicas (a serem cursadas em no máximo três semestres):

Cursos centrais : são de iniciação em estudos do trabalho e metodológicas

Áreas de concentração : envolvem áreas de interesse como saúde, educação, história, economia, etc.

Os estudantes cursam quatro cursos em suas áreas de concentração e escolhem uma disciplina optativa que pode ser de sua área de concentração ou não. Um dos cursos de concentração pode ser escolhido a partir de cursos do Programa de Educação Continuada para alunos graduados. Os estudantes contam com orientadores para realização o seu Projeto Sênior,

b) Bacharelado de Estudos Técnicos e Profissionais

Voltado para os membros do sindicato que participaram de programas de treinamento ou processos importantes de aprendizado na vida sindical. São aceitos no curso estudantes com diploma de 2º

grau ou equivalente, que tiverem participado de programas de treinamento e aprendizado nos sindicatos (com no mínimo 45 horas por semestre), ou que participaram de programas de cursos associados a NLC (no mínimo 45 horas semestrais). O NLC também aceita para este curso, créditos de treinamentos realizados em programas independentes de aprendizado e treinamento. O curso obedece a mesma agenda do Bacharelado de Artes. A maior parte dele é realizada *online* ou à distância.

2- Programas de Pós Graduação

O NLC possui cursos de Pós Graduação que são oferecidos em seu campus através de parcerias com duas Universidades.

a) Universidade de Baltimore

Mestrado em Estudos Legais e Éticos com concentração em Negociação e Gerenciamento de Conflitos.

Mestrado em Administração Pública.

b) Universidade de Massachusets

Mestrado em Liderança Sindical e Administração. O curso é oferecido no Centro de Pesquisa e Relações de Trabalho em Amherst. É um curso de tempo parcial, com períodos de permanência no *campus*.

3 - Educação Sindical Continuada: São cursos de uma semana oferecidos há quase 40 anos para sindicalistas e assessores. Contam créditos para os cursos de graduação do NLC. A faculdade concede certificados para estudantes que completarem 12 créditos semestrais nos cursos de educação continuada.

4 - Programas Especiais: Cursos para o enfrentamento das necessidades presentes do movimento sindical.

FINANCIAMENTO

O orçamento anual do NLC é de aproximadamente US\$ 10 milhões, sendo metade deste com doações da Cenral Sindical.

Cada crédito-hora nas disciplinas cursadas é de US\$ 150,00. Um curso com 120 créditos semestrais seria de US\$ 18.000,00 mais taxas e despesas de hospedagem (custos com aluguel de quartos e alimentação representariam US\$ 500,00 por semana).

A Faculdade concede bolsas de estudos, programas de financiamento dos cursos para pagamento ao longo de seu desenvolvimento ou após o término dos cursos.

MÉTODOS DE ENSINO

Os cursos do NLC têm por características a flexibilidade e a intenção de viabilizar a compatibilização entre o estudo e o trabalho junto ao sindicato. Para isto, os cursos combinam uma parcela de estudos *online* (à distância) com períodos de dedicação integral e intensiva durante uma semana no semestre. No período não presencial os estudantes podem receber materiais e instruções diretamente dos professores por *e-mail* e telefone, no mínimo uma vez por semana. No Bacharelado de Artes há crédito para o aprendizado fora da sala de aula, conferido para quem tem experiência profissional ou sindical.

ADMISSÃO

O NLC desenvolve programas para atender às necessidades dos dirigentes e assessores sindicais.

Não há vestibular. O estudante pode ser admitido no curso :

- através da comprovação de curso de dois a quatro anos em faculdade reconhecida regionalmente;
- através da realização de programa de treinamento militar ou técnico reconhecido pelo Conselho Americano de Educação
- através da aprovação de programa de aprendizado em programas reconhecidos pelo Conselho Americano de Educação
- através de apreciação de processo ao programa para aprovação de crédito.

PARCEIROS ACADÊMICOS

Bacharelado em artes tem parceria com 8 universidades em diferentes estados

Quadro Síntese

Estrutura Diretiva	Conselho Diretor (com predominância de dirigentes da AFL-CIO e participação de outros atores) e Diretoria Administrativa
Instalações	Campus próprio com alojamentos em Silver Spring (Estado de Maryland, próximo de Washington D.C.)
Biblioteca	Biblioteca e arquivos no próprio campus
Tecnologia	Estrutura para oferta de cursos de educação à distância
Corpo discente	Aproximadamente 100 alunos (dirigentes, ativistas e assessores sindicais) nos cursos regulares formais (graduação e pós-graduação <i>stricto sensu</i>)
Corpo docente	Quadro próprio de 17 professores titulados de formação variada
Parceiros acadêmicos	Graduação: oito universidades Mestrado: três universidades
Orçamento anual	Em torno de US\$ 10 milhões anuais (metade da dotação por conta da AFLCIO)
Ensino praticado	Considera experiências pessoais e/ou profissionais

Anexo 4 - Escola MST

Escola Nacional Florestan Fernandes

Guararema – São Paulo

A escola Nacional Florestan Fernandes do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra, foi inaugurada em janeiro de 2005, no município de Guararema, Vale do Paraíba.

A criação da Escola consolida um novo momento do MST, que na década de 1990 passou a lutar não apenas pelo direito à terra, mas também por direito à educação para os trabalhadores que vivem nas áreas rurais. Educação com realidades, cursos e dinâmicas bem específicos. A inação do Estado nessa área levou o movimento a ampliar as ações no setor, mas o MST não quer e não pode substituir o Estado nesse papel. Outro lado, a luta do movimento pela educação permite que suas ações e materiais de ensino estabeleçam a relação que visualizam entre reforma agrária, educação e socialismo. “Vários objetivos concretos ligados à educação no campo, para o MST e para outros setores, foram conquistados.

“o objetivo central só será alcançado com a realização da reforma agrária, com a transformação efetiva da sociedade, com a construção do socialismo”.

Antes de inaugurar a Escola Nacional Florestan Fernandes, o MST contava com uma escola em Caçador, Santa Catarina, que oferecia cursos técnicos e de ensino superior. O espaço foi desativado com a criação da nova escola. O MST também possui instalações próprias de ensino em algumas localidades e desenvolve atividades de educação em todos os níveis.

A realidade do campo brasileiro, com sua mescla de agronegócio, latifúndio, trabalho escravo e violência contra os trabalhadores rurais, está presente nos textos, nos materiais, nas preocupações e debates.

Boa parte das atividades de ensino do MST desenvolve-se em parceria com outras instituições, especialmente as universidades públicas federais e estaduais e as católicas em diversos estados do país, além de outros órgãos como a Unicef, Unesco, Conferência Nacional dos Bispos do Brasil e Ministério do Desenvolvimento Agrário. A escola criada em Guararema permitirá ao movimento centralizar e potencializar uma parcela importante dessas atividades.

O terreno foi comprado com doações e construção foi iniciada em 2000. A mão-deobra e demais recursos empregados na construção vieram da solidariedade de militantes e entidades. Em abril de 2005, um encontro que reuniu quase 200 intelectuais foi realizado no local, definindo o envolvimento inicial deles e abrindo espaço para sugestões e indicações de como os professores poderiam colaborar futuramente.

A Escola reúne no mesmo espaço cursos de formação para integrantes do MST e de outros setores e entidades ligados ao campo e às lutas sociais.

A Escola foi pensada e construída sob a concepção de que reforma agrária e o direito à educação estão intimamente ligados.

Três elementos têm sido priorizados para organizar a escola:

- auto-gestão,
- a disciplina consciente
- a liberdade para produzir conhecimento.

Os cursos da escola :

- Cursos livres
- Graduação
- Especialização
- pós-graduação,

Parcerias

parcerias que viabilizam cada um deles são várias, contemplando desde financiamentos oriundos do Ministério do Desenvolvimento Agrário até convênios com instituições de ensino médio e superior, que garantem a certificação das autoridades educacionais.

A exceção são os cursos livres, elaborados e aprovados no âmbito da escola.

Em julho de 2005, a escola oferecia nove cursos, ligados à área de Humanas.

O objetivo é abarcar todas as áreas, desenvolvendo uma educação voltada para o campo. O acesso à educação está ligado a possibilidade de discutir métodos de formação e questionar a produção de conhecimento ligada às empresas e voltada para poucos. O objetivo é permitir mudanças estruturais na qualidade de vida dos sem-terra”. Por isso os cursos apresentam uma alternância de períodos concentrados de aulas na escola com atividades desenvolvidas pelos estudantes em suas

idades de origem.

Curso	Tipo	Convenio
História	Mestrado	UFPB/Pronera
Educação no Campo	Especialização	Diversas
Agroecologia	Especialização	Fatec
Gestão organizações sociais e cooperativas André	Graduação	Fundação Santo
História	Graduação	UFPB/ Pronera
História da Luta de Classes	Graduação	Diversas
Pedagogia da Terra	Graduação	Diversas
Produção da Teoria	Graduação	Diversas
Sociologia Rural	Livre	—
Economia política na agricultura	Livre	

A criação da escola permitiu a ampliação do diálogo entre diversas universidades públicas, especialmente a USP, e os movimentos sociais.

Cerca de 50 docentes da USP colaboram com a escola. Na experiência, inédita para a maioria deles, um dos aspectos mais destacados é o intenso envolvimento dos estudantes com as aulas. A origem humilde e a diversidade cultural e racial dos estudantes saltam à vista, bem como as lacunas na formação e o esforço por superá-las.

Paulo Arantes, professor titular aposentado do Departamento de Sociologia da FFLCH e que coordena em Guararema um curso livre de formação sobre o Pensamento Político Brasileiro.

Neste curso, o professor conta com a colaboração de 15 monitores, mestrandos e doutorandos da USP, sobretudo de sociologia. Entre os 17 docentes, vindos em sua grande maioria da USP, mas também da Unicamp, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Universidade Federal de Juiz de Fora, Universidade do Estado do Rio de Janeiro e Universidade do Grande ABC (UniABC, instituição privada), encontram-se grandes nomes da universidade brasileira, como Francisco de Oliveira, Roberto Schwartz e Alfredo Bosi.

As aulas trabalham de textos mais densos a obras do cinema, teatro e música. Arantes acrescenta que existe uma grande cumplicidade dos estudantes com os professores em compartilhar saberes. Para ele, essa química tem gerado um “verdadeiro curto-circuito, os professores se transformam, com aulas das mais brilhantes de suas carreiras”. Na avaliação de Arantes, o número de professores da USP envolvido no projeto é altamente significativo em termos de mudanças que podem ser geradas pela “irradiação acadêmica” de cada um deles, mas pequeno no que diz

respeito ao universo de docentes da universidade Após ponderar que “nem interessaria que toda a USP se dedicasse à escola” e a seus objetivos, Arantes registra que “é como se encontrássemos,cerca de meio século depois, o projeto da FFLCH, de uma faculdade que formasse cidadãos com pensamento humanizante e com capacidade profunda de intervenção na realidade, como se você voltasse a juntar tijolinhos para a construção de uma nação brasileira verdadeiramente dita”.

Números da educação no MST em 23 estados	
Escolas de ensino fundamental	1.200
Educadores voltados ao ensino fundamental	3.800
Estudantes no ensino fundamental	150.000
Jovens e adultos em cursos de alfabetização	25.000
Educadores de jovens e adultos	1.500
<i>Fonte: MST (dados referentes a julho de 2000)</i>	

O MST só tem encontrado resistência em instituições públicas do Sudeste, “onde os vínculos ainda se dão de forma pessoal ou junto a grupos mais específicos”.

Desde 2004 a Faculdade de Educação da USP tenta aprovar nos órgãos superiores da universidade um curso de graduação denominado *Pedagogia da Terra*, desenvolvido em colaboração com o MST. O curso, aprovado na congregação da Faculdade, já é realizado pelo MST em parceria com outras universidades públicas do Brasil, mas na USP encontrou resistências na Coordenadoria Jurídica importante órgão assessor da Reitoria e que costuma expressar a posição dos setores mais conservadores da universidade.

“A universidade não foi ao movimento no campo, de modo que o movimento foi à universidade. Agora, a universidade tem obrigação de ampliar suas parcerias com os trabalhadores”. Chico de Oliveira

VISÃO E ALCANCE

A finalidade principal do Instituto é “...participar de um projeto de humanização das pessoas, que ajude também a formar os sujeitos sociais da construção de um projeto de desenvolvimento do campo e de um país comprometido com a soberania nacional, com a Reforma Agrária e outras formas de desconcentração da renda e da propriedade, com a solidariedade, com a democracia popular e com o respeito ao meio ambiente”. (Cadernos do Iterra, 2001:12)

Princípios filosóficos:

- Educação para a transformação social
- Educação para o trabalho e a cooperação
- Educação voltada para as várias dimensões humanas
- Educação com/para valores humanistas
- Educação como um processo permanente de formação e transformação humana

1. Estrutura

A escola conta com uma coordenação geral e com a coordenação pedagógica, ambas fixas; uma coordenação política; uma coordenação por curso; e um conselho que se reúne duas vezes ao ano. Possui, ainda, equipes ligadas à auto-gestão, dedicadas às áreas de cultura e segurança, cujos integrantes provêm dos cursos realizados a cada época.

Os integrantes do movimento que colaboram permanentemente com a organização da escola (administração, cozinha, pedagogia, manutenção) são cerca de 20. Cabe-lhes a gestão de uma área que comporta quatro salas de aula, uma auditório para 200 pessoas, um telecentro, uma biblioteca, um laboratório, uma sala de cinema, área de vivência, quatro alojamentos com capacidade total para 200 pessoas e um refeitório. Estão previstas, ainda, a inauguração de uma sala de cultura, a construção de uma praça, de um segundo auditório para até 1.000 pessoas e de mais quatro alojamentos, dobrando a capacidade atual. A escola encontra-se em permanente construção, inclusive no que diz respeito aos programas dos cursos.

2. PROGRAMAS

3. Metodologia

Os cursos do IEJC estão organizados em etapas, cada uma constituída por dois Tempos (Escola e Comunidade):

- Tempo Escola

Ocorre através da presença direta dos educandos no IEJC para as atividades do curso e participação no projeto pedagógico geral do Instituto. Este tempo é de um a três meses.

Durante o Tempo Escola, os alunos participam das atividades operacionais da instituição de ensino (limpeza, lavanderia, recepção, entre outras) e também trabalham duas horas por dia em atividades como roçar e plantar em propriedades da região. Nos últimos anos, a proporção de tempo de estudo relativamente ao de trabalho está diminuindo.

- Tempo Comunidade

O método pedagógico do IEJC determina que a inserção de educandos e educadores na sua organicidade e na do MST tenham uma intencionalidade própria. Desta forma, é indispensável o envolvimento de todos na distribuição e realização de tarefas da organização, assim como o acompanhamento, crítica e autocrítica nos processos de construção coletiva.

4. PÚBLICO ALVO

O IEJC desenvolve seus cursos para os integrantes do MST (acampamentos e assentamentos) de todas as regiões do país. Recentemente, com a chegada de novas escolas do MST em outros estados, tem havido um pequeno aumento na proporção de trabalhadores da região sul.

5. CORPO DOCENTE E PARCEIROS ACADÊMICOS

O MST tem realizado parcerias com universidades públicas do Nordeste.

- Universidade Federal da Paraíba (UFPB), oferece dois cursos de História graduação e mestrado
- Universidade Federal do Ceará (UFCE) curso de Pedagogia
- Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)
- Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)
- Universidade Federal do Pará (UFPA)
- Universidade do Estado do Rio Grande do Sul (Uergs)

50% dos professores são das universidades parceiras e 50% podem ser convidados pela Escola.

Quadro Síntese

Estrutura Diretiva	Coordenação Geral colegiada
Instalações	Instalação própria com salas de aula, auditorio, refeitório, área comum, alojamento, horta.
Biblioteca	Biblioteca própria com acervo para os cursos da faculdade
Tecnologia	Possuem área com instalações de informática para uso dos alunos
Corpo discente	A escola tem capacidade para 200 alunos em diferentes cursos
Corpo docente	Professores convidados
Parceiros acadêmicos	63 parceiros acadêmicos
Orçamento anual	Sem referências
Ensino praticado	alterna períodos presenciais e de atividades junto às comunidades de origem dos estudantes

Fontes: Visita a Escola Nacional Florestan Fernandes, agosto 2007

Anexo 5 - PROJETO DE CURSO EXPERIMENTAL DE GRADUAÇÃO INTERDISCIPLINAR EM HUMANIDADES Universidade de São Paulo – 2000

O projeto do Curso Humanidades foi elaborado em fins de 1999, por Renato Janine Ribeiro, professor da Faculdade de Filosofia da USP. A primeira versão foi divulgada, discutida em diversos foruns e teve seu mérito aprovado pelo Conselho de Graduação em 2000. Não foi implementado mas foi publicado em 2001. Em sua elaboração levou em conta o Curso Experimental em Ciências Moleculares de 1991.

Desde a reforma universitária de 1970, a universidade discute a atualização científica e tecnológica do país, investido recursos no desenvolvimento da pesquisa e na expansão da pós-graduação. Vários diagnósticos internos apontam os inúmeros problemas surgidos nas décadas seguintes, nos programas de graduação. A reforma curricular ocupou o lugar importante nessa discussão e as mudanças dependiam sobretudo do empenho dos professores e da administração acadêmica de cada unidade. Este projeto foi proposto no final da década de 1990, num processo de quase vinte anos desde os diagnósticos internos e certamente acelerado pelo processo de mudança que acontecia fora da universidade, intensificado no começo dos anos 90. A discussão agora era inovar e desafiar a imaginação criadora na melhor universidade do país.

O curso não tem especialidade e não está voltado para formar para uma profissão. Não tem currículo fixo, o diploma do curso servirá para o ingresso na pós-graduação ou servirá para a formação intelectual aprofundada ou para o livre exercício da crítica de artes, da cultura, da produção nas ciências humanas. Em todos esses casos, o estudante desse curso compõe seu itinerário formativo e estará “seguindo sua inteligência e não um currículo previamente fechado, por melhor que ele seja.”

Objetivos:

- Formar jovens pesquisadores familiarizados com a diversidade de linguagens das Ciências Humanas ou Humanidades;
- Ampliar no plano da qualidade e da quantidade, o quadro de pesquisadores em Humanas e Humanidades capazes de dialogar, interdisciplinarmente, no meio acadêmico brasileiro
- Orientar preferencialmente para a pesquisa acadêmica
- Orientar para o meio profissional inovando em profissões de perfil intelectual como o jornalismo cultural, a crítica de artes, etc

- Contribuir, por seu exemplo, para difundir em cursos de graduação, novos modos de refletir e de estudar.

Andamento do curso

- Carga horária em sala de aula é menor para valorizar o tempo de leitura e redação.
- Curso exige tempo integral e dedicação exclusiva para que essas atividades aconteçam no espaço da Faculdade, de forma individual ou coletiva;
- Horários de encontro com o professores de plantão, tempo de formação cultural (artes, cinema, literatura, concertos) ou de leituras;
- Horários de monitoria com o assistente do professor, complementando a formação mais panorâmica com a monográfica;
- Seminários de pesquisa com professores de dentro e de fora da universidade.
- Quadro de professores não permanente para ampliar a participação de professores que correspondam e atendam aos diferentes interesse dos alunos com itinerários individualizados.

Curriculo Inicial

Seleção dos alunos:

- poderá se candidatar qualquer aluno matriculado em qualquer unidade da universidade, independente do ano que esteja cursando;
- a prova priorizará a reflexão, o conhecimento histórico e literário, o conhecimento da lingua inglesa. Diferente do moldelo do vestibular, pretende verificar a capacidade de raciocínio
- entrevista oral para conhecer o potencial do aluno

Proposta de organização do curso:

Dividido em dois ciclos de atividades formativas:

1. 2 anos - área comum
 1. quatro ou cinco matérias obrigatórias articuladas em torno do tema *modernidade*
 2. *Projeto* pode ser o nome de uma disciplina comum e seleciona um fio condutor comum ao longo do primeiro ciclo e envolve trabalho de campo;
 3. o projeto estará voltado para a ação, servindo de catalisador do conhecimento obtido nas disciplinas obrigatórias;
 4. as disciplinas dialogam entre si e precisa da colaboração entre professores de diferentes unidades da universidade e convidados de fora;
 5. uma proposta é que professores de uma área preparem um curso sobre uma materia que não seja a sua, como uma nova forma de produção interdisciplinar;
 6. o desenvolvimento de um tema não está restrito ao calendário escolar
2. 2 anos “Itinerários” - trajetória individual
 1. esse ciclo tem uma materia obligatoris comum a todos
 2. tem uma atividade comum: seminários sobre os projetos da área de interesse de cada aluno
 3. *Escrita* pode ser o nome de uma disciplina que prepara o aluno a escrever criativamente;
 4. nesse ciclo o aluno tem um tutor responsável e define com ele um *itinerário individual* e escolhe os cursos de seu interesse de pesquisa;

Direção do Curso:

3. Conselho Supervisor que se reúne uma vez por ano e designa a Comissão Diretora
4. Comissão Diretora com perfil institucional e acompanha o andamento do curso
5. Coordenador do curso que implementa o curso sem as tarefas burocráticas

Titulação:

- Os alunos que concluem o curso se tornam Bacharel em Humanidades. O diploma não dá uma profissão. Não forma um especialista. A formação torna os estudantes um pesquisador que domina criticamente algumas linguagens que permite ler a realidade de forma interdisciplinar.
- O diploma não certifica que ele pode exercer uma profissão só, mas que ele possa ser um poliglota cultural que domina várias linguagens ao contrário do monoglota científico que tem uma única ferramenta para abordar o mundo.

Considerações sobre o projeto:

- O curso é experimental e pretende ser modificado no andamento, na medida que funcione, por que não é possível detalhar um curso sem levar em conta quem serão os alunos de carne e osso que frequentarão o curso e os professores convidados para dar o curso.
- O curso não favorece o ensino de manual. Requer que o professor seja convidado por ser capaz de introduzir o aluno no inesperado. As disciplinas de filosofia, história, artes plásticas ou música, não são estanques, tratam do mesmo tema de formas diferentes;
- Os eixos do curso não busca informar dando grande volume de conteúdos e sim formar. O mais importante por isso não é a época que se estuda, por exemplo, a antiguidade, a modernidade ou o que se chama de pós-modernidade, mas o modo de ler cada época, as formas de leitura. Existem leituras mais utilitárias, mais rigorosas, mais sensíveis.
- O monoglota tem só uma ferramenta para abordar o mundo, para ler e interpretar o que vê e vive. Isso é que dificulta inovar e dificulta o avanço da ciência e o amadurecimento do pesquisador que quer produzir conhecimento.
- A inovação do projeto para enfrenar o confinamento das diversas teorias “não é sobrepor linguagens ou línguas mas alterar a própria forma como elas se relacionam e se contestam.” Isso significa que se propõe enfatizar diversas formas de abordar o mundo rompendo as barreiras e identidades de cada disciplina. Não é um curso de *ciências sociais aplicadas*, mas um curso de Humanidades: as artes, literatura e filosofia que não são ciências, não se submete ao critério de produção da ciência, mas seu corpo de conhecimentos constitui um patrimônio ou melhor, uma tradição que não é estática, o que não teria sentido para as ciências. “tudo que nela se produziu continua dotado de validade.”
- Recomendação do projeto: o curso não funcionará se não inovar na parte administrativa que deverá estar a cargo de funcionários. Os professores e pesquisadores das comissões e coordenação não podem se afogar nas tarefas burocráticas.
- “um curso como esse só pode ser posto em prática num quadro normativo aberto e generoso que permita transcender as estruturas tradicionais com novas formas de pensar as relações ensino/aprendizagem”

Anexo 6 - CURSO EXPERIMENTAL DE CIÊNCIAS MOLECULARES

Universidade de São Paulo

O Curso experimental de Ciências Moleculares foi regulamentado em 1991, vinculado a Pró-reitoria de Graduação e administrado por um Conselho Diretor, uma Comissão Coordenadora e uma Coordenação de Curso.

O curso surgiu de um longo período de discussão sobre a qualidade dos cursos de graduação e para dar maior flexibilidade no sistema de formação de cientistas em uma área de ponta. Isto significava evitar que o estudante fosse para uma faculdade profissionalizante e se encaminhasse diretamente para um curso em que se formaria para produzir ciência.

O curso é interdisciplinar, envolve vários institutos e professores de diferentes unidades da universidade e se propõe a “desafiar a imaginação criadora da universidade” inovando no uso do tempo, diminuindo a carga horária das aulas expositivas tradicionais, nas relações de aprendizagem, explorando possibilidades de flexibilizar currículos.

Objetivos do curso:

- Iniciar na graduação a formação de pesquisadores em áreas de ponta na investigação científica
- Demonstrar a possibilidade de inovar radicalmente as orientações e os procedimentos de trabalho docente nos estudos de graduação.

Admissão:

- máximo de 25 alunos
- selecionados através de uma prova classificatória e uma entrevista
- só podem concorrer alunos aprovados na Fuvest e
- matriculados em algum curso da USP
- todos os alunos recebem uma bolsa de estudo.

Proposta do Curso

- Dividido em dois ciclos que totalizam 3 mil horas de atividades formativas:
 - 2 anos de 6 períodos - área comum
 - Biologia, Física, Matemática, Química
 - Filosofia da Ciência, Computação e Inglês Instrumental

- Esses cursos envolvem professores de 5 institutos da USP e de fora.
- 2 anos ciclo avançado - trajetória individual
 - tem uma única disciplina comum de iniciação a pesquisa;
 - nesse ciclo o aluno passa a ter um orientador e define com ele um currículo individual e passa a cursar disciplinas em diversas unidades da USP
 - o currículo individualizado leva em conta o interesse de pesquisa do estudante.

Carga horária :

- Curso de tempo integral com:
 - horas aula 4 dias da semana
 - horas laboratório, seminários,
 - horas de trabalho individual
 - horas de atividades culturais

Avaliação:

- Provas escritas, atividades de laboratório, trabalhos coletivos e acompanhamento dos tutores.
- A relação professor-aluno é tutorial por isso as aulas expositivas são reduzidas, o trabalho didático é de orientação quase individual o que permite uma avaliação contínua de cada estudante;
- A relação tutorial permite um aconselhamento e o retorno do aluno ao seu curso de origem se for o caso.

Titulação:

- Os alunos que concluem o curso se tornam Bacharel em Ciências Moleculares e vão diretamente para um doutorado, formando uma nova geração de doutores com pouco mais de vinte anos.

Avaliação da experiência:

- o curso vem se modificando, desde sua criação, a partir das avaliações
- muitos problemas foram apontados e enfrentados ;
- inova no desenho curricular tradicional, no uso do tempo, no processo de avaliação contínua e individualizada, na carga horária, na inclusão de atividades culturais,
- O nível de exigência, a carga horária pesada, vem fazendo o número de concluintes e candidatos diminuir. Até 2001 se formaram duas turmas e uma de doutores ;
- o resultado é considerado positivo tomando a formação de pesquisadores cientistas
- positivo o fato de muitos ex-alunos do curso realizarem a pós-graduação em instituições

internacionais de grande prestígio;

- o curso promoveu uma sólida formação básica com desenhos curriculares orientados para projetos de formação mais individualizados, aprofundou a colaboração professor-aluno;
- contribuiu para que os professores da área de humanas discutissem problemas dos cursos de graduação: currículos sobrecarregados e desarticulados, programas desatualizados, classes numerosas que despersonalizam a relação entre professores e alunos; altas taxas de desistência dos alunos principalmente dos cursos noturnos.
- Esse curso de 1991 serviu de base para a proposta de um curso experimental de Humanidades, elaborado por Renato Janine Ribeiro, em 2001 mas que não foi aprovado e não foi implementado.

Anexo 7 – UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC

PROJETO PEDAGÓGICO

1. Antecedentes Conceituais
2. Princípios Ordenadores e Identidade Institucional
3. Características da formação na UFABC
4. A Organização Acadêmica
 - Centro de Ciências Naturais e Humanas
 - Centro de Matemática, Computação e Cognição
 - Centro de Engenharia, Modelagem e Ciências Sociais Aplicadas
5. Graus universitários conferidos pela UFABC: descrição e requisitos
 - O Grau de Bacharel em Ciência e Tecnologia
 - Formação Profissional em Engenharia
 - Formação Profissional: Bacharelado e Licenciatura
6. A Pós-Graduação
7. Unidades Complementares

A UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC

1. ANTECEDENTES CONCEITUAIS

Durante o século passado, a Ciência permeou como nunca a visão de mundo das pessoas. Mudanças tecnológicas ampliaram a vida humana, e o conhecimento se tornou um fator crítico de independência. Entretanto, as reformas educacionais ocorridas ao longo do século XX ficaram aquém dos desafios e necessidades que ele próprio criou. Daí a intensificação, neste alvorecer do novo século, da busca de novos modelos educacionais que preparem as pessoas para participar, seja como profissionais ou como cidadãos, das difíceis decisões que deverão conformar o futuro.

O conhecimento científico e tecnológico está no âmago das novas reformas educacionais, seja pela centralidade que ele adquiriu na vida moderna, seja pelas transformações que vem sofrendo em decorrência do aprofundamento da sua própria dinâmica. Assim sendo, a Universidade Federal do ABC, ao ser criada em 2005 com enfoque tecnológico, não poderia deixar de propor um modelo pedagógico novo, assentado sobre as conquistas científicas do século XX, mas voltado para a apropriação deste conhecimento pela sociedade num contexto mais construtivo e humano. Os princípios deste novo modelo são explicados a seguir a partir dos seus antecedentes conceituais.

1.1 – Integração do Conhecimento

A impossibilidade do conhecimento enciclopédico (ou seja, do conhecimento de “tudo sobre tudo”) já é reconhecida pelo menos desde o século XVIII. Diante dela, a apropriação do conhecimento passou a ser feita por partes (ou por espécie), num movimento que ficou conhecido como especialização. Nele, a busca do saber é focada sobre certa espécie de fenômeno ou técnica, geralmente caracterizada pela sua natureza (p.ex. elétrica, mecânica, química, etc.). Na medida em que esta tendência foi se aprofundando, as especialidades foram se estreitando, abrangendo aspectos cada vez mais limitados da realidade. Durante a segunda metade do século XX, surgiram os primeiros indícios de insuficiência deste modo de apropriação do conhecimento no trato de questões complexas, que atravessam diversas especialidades sem ser capturada por nenhuma.

O próprio século XX, ao perceber essas dificuldades, gerou alguns novos conceitos que pretendem lidar com esta situação. O primeiro deles é a noção de sistema, que em poucas décadas se incorporou à visão do homem moderno. Ela permite abstrair a natureza física dos fenômenos, colocando-os num universo novo, abstrato, onde só interessa a relação entre as grandezas em jogo. A natureza sistêmica está na relação entre as coisas, e não nelas em si. Através do seu estudo, é possível compreender ao mesmo tempo diversas instâncias de uma mesma fenomenologia, ainda que sua manifestação se dê em contextos físicos bastante distintos.

Na segunda metade do século XX, a necessidade de resgatar a integridade do conhecimento levou a

uma nova abordagem, que consiste na articulação de várias disciplinas para atacar determinado problema ou problemática, caso a caso: é a chamada interdisciplinaridade. Essa técnica valoriza naturalmente o trabalho de equipes de pesquisadores filiados a diferentes disciplinas, empenhados na busca de soluções para o problema-caso em estudo.

Para isso, os pesquisadores precisam freqüentemente deixar de lado temporariamente a lógica e o jargão disciplinares em favor de uma maior abrangência do escopo das suas pesquisas num contexto real.

De um modo geral, as Universidades vêm incorporando as novas tendências através da criação de pequenos núcleos interdisciplinares, apensos à sua estrutura institucional. Porém, o núcleo duro da Universidade, baseado na velha estrutura departamental, permanece intocado, para não dizer intocável, nas Universidades do século XX.

O problema da apropriação do conhecimento, no âmbito da sociedade mais justa e humana desejada para o século XXI, ainda não está resolvido. Porém, acreditamos que a visão sistêmica e a abordagem interdisciplinar apontam na direção correta. Por isso, a Universidade Federal do ABC será dotada de uma estrutura maleável e aberta, sem Departamentos, permeável aos novos modos e ritmos de apropriação do conhecimento.

Essa estrutura prevê, para o campus de Santo André, a existência de apenas três grandes Centros, sendo um voltado para todas as Engenharias, outro para as Ciências Naturais, e o terceiro para a Matemática e a Computação. São eles, respectivamente:

- Centro de Engenharia, Modelagem e Ciências Sociais Aplicadas;
- Centro de Ciências Naturais e Humanas e
- Centro de Matemática, Computação e Cognição.

A estrutura institucional, por si só, não garante a desejada integração do conhecimento, mas a idéia é que ela facilite e induza a interdisciplinaridade, promovendo a visão sistêmica e, através delas, a apropriação do conhecimento pela sociedade, sem esmorecimento da rigorosa cultura disciplinar. Para que isso ocorra, será necessário que a Universidade tenha um olhar voltado para o mundo, e ande de mãos dadas com a sociedade e com o setor produtivo, buscando e iluminando-lhes o caminho do futuro.

1.2 – Novas Dinâmicas do Conhecimento Tecnológico

Até o século XIX, o conhecimento humano parecia ter uma dinâmica essencialmente cumulativa, ainda que pontilhada por correções ocasionais de rumo. O extraordinário crescimento da Ciência e da Tecnologia ocorrido no século XX revelou a existência de uma dinâmica própria, mais complicada, que caracteriza a evolução do conhecimento em nosso tempo. A obsolescência deixou

de ser um acidente, e passou a ser um fato esperado, e até programado.

Em última análise, o conhecimento tecnológico é dirigido para a sua incorporação em artefatos que multiplicam as potencialidades da vida humana. Automóveis são dirigidos por motoristas que não precisam conhecer os princípios da mecânica nem da combustão. O mesmo ocorre com geladeiras, celulares, etc., mostrando que o conhecimento tecnológico tem notável capacidade de ser encapsulado em artefatos cujos usuários podem então esquecer-lo ou ignorá-lo, viabilizando a massificação da tecnologia.

Com a crescente sofisticação dos artefatos modernos, esse processo de encapsulamento é trazido para dentro da própria cultura tecnológica, de maneira que cada subsistema é projetado a partir de uma abstração dos demais. Artefatos muito complexos como, por exemplo, redes de computadores, são organizados de antemão em camadas hierárquicas, para cada uma das quais sistemas são projetados e comercializados a partir de uma abstração dos demais.

Conjugado ao desenvolvimento da microeletrônica, o conhecimento encapsulado permite a rápida geração de novas tecnologias que se sucedem em ritmo cada vez mais acelerado. Nas áreas mais dinâmicas, os ciclos tecnológicos já são reduzidos a poucos anos.

Nas últimas décadas do século passado, um surto de desregulamentação atingiu importantes setores da economia, como o setor elétrico e as Telecomunicações, exacerbando o processo de obsolescência tecnológica, na medida em que o ambiente competitivo pressiona as empresas para fazer chegar ao mercado os produtos de próxima geração antes de seus competidores.

Esta situação tem importantes repercussões sobre a empregabilidade dos profissionais das áreas tecnológicas. Enquanto a duração de uma carreira profissional no século XXI poderá se estender a 40 anos ou mais, a duração dos ciclos tecnológicos se reduz tipicamente a menos de cinco anos, podendo chegar a um ou dois anos em períodos de grande dinamismo. Se considerarmos um aluno que ingressa num curso tecnológico superior em 2006 para chegar ao mercado de trabalho em 2010, certamente a maior parte do conhecimento profissional que ele terá de aplicar entre 2010 e 2045-2050, quando se aposentar, ainda não existe hoje nem estará disponível durante o seu curso universitário.

Assim sendo, o profissional terá que renovar o seu conhecimento várias vezes ao longo da carreira, se quiser manter a sua empregabilidade. Isso nos levará a um processo contínuo de renovação cognitiva, conhecido como educação continuada. Ainda não está muito claro o papel que a Universidade terá neste processo, mas, tendo em vista o tamanho da população envolvida – no limite, a totalidade dos profissionais em atividade, – é óbvio que a responsabilidade principal pela sua contínua reeducação deverá recair sobre os próprios profissionais e suas empresas, quando diretamente interessadas. Assim sendo, é função precípua da graduação preparar os futuros profissionais para conduzirem a sua educação continuada no futuro. Essa preparação deve

privilegiar um conjunto de conhecimentos básicos e o desenvolvimento de atitudes de questionamento científico que, devidamente balizados pelo senso de responsabilidade social derivado da formação humanística, serão usados pelo futuro profissional como plataforma de educação e reeducação profissional ao longo da vida.

Os cursos de graduação estruturados pela Universidade durante o século XX, tanto no Brasil como no Exterior, partem de pressupostos muito diferentes dos descritos acima. Os cursos tradicionais procuravam dotar o aluno de uma “bagagem” de conhecimentos que o acompanhariam pelo resto da vida, para serem usados na solução de questões pertinentes a uma problemática mais ou menos permanente. Neste contexto, parecia razoável manter o aluno durante cinco anos na Universidade antes de colocá-lo no mercado de trabalho, de onde ele provavelmente não voltaria mais. Hoje, porém, esse pressuposto está superado, uma vez que o profissional terá que renovar seus conhecimentos ao longo da carreira, mantendo para isso alguma forma de interação com a Universidade. Daí a ênfase absoluta numa preparação calcada em conceitos básicos e postura científica, mediada por visão humanística abrangente e aplicada, voltada para o enfrentamento de problemáticas novas, e não num conhecimento acabado para ser aplicado em situações repetitivas.

O descompasso entre as velhas estruturas e as novas necessidades está gerando movimentos de mudança que estão renovando e ampliando os sistemas universitários de países desenvolvidos e em desenvolvimento. Na Europa, a necessidade de uniformizar os sistemas de ensino dos países da Comunidade Européia suscitou a Declaração de Bolonha, que propõe um sistema inovador com ampla mobilidade.

No Brasil, a criação de novas Universidades Federais, e em particular da UFABC, gera uma importante oportunidade de inovar, que não deve ser desperdiçada. Por isso, a Universidade Federal do ABC propõe o Curso de Bacharelado em Ciência e Tecnologia, que deverá ser o carro-chefe da graduação. Com uma duração de três anos, o novo Bacharelado conferirá aos graduandos um diploma que o habilitará a:

- a) apresentar-se ao mercado de trabalho como cidadão de nível superior, dotado de visão atualizada da dinâmica científica e tecnológica na sociedade moderna, bem como de base analítico-conceitual necessária para futura profissionalização; ou
- b) cursar Bacharelado em Física, Química, Matemática, Computação ou Biologia, com duração mínima de um ano, na própria UFABC; ou
- c) cursar Licenciatura em Física, Química, Matemática, Computação ou Biologia, com duração mínima de um ano, na própria UFABC; ou
- d) fazer um dos cursos de profissionalização em Engenharia da UFABC, com duração mínima de dois anos; ou ainda
- e) candidatar-se ao Mestrado ou Doutorado em uma das áreas acima indicadas.

Assim sendo, o Bacharelado em Ciência e Tecnologia é a porta de entrada para um amplo conjunto de opções profissionais, todas elas assentadas sobre o mesmo substrato teóricoconceitual. Todos os alunos ingressantes na UFABC deverão cursá-lo, estabelecendo assim linguagem e visão comuns aos futuros físicos, engenheiros, químicos, matemáticos, etc.

Assim, além de contribuir para a integração do conhecimento e justamente por isso, estaremos conferindo maior mobilidade ao sistema de formação superior, desacoplando a formação básica, que é permanente, da formação profissional, que o mundo moderno coloca em ebulição incessante. Esta turbulência, por sua vez, reduz as distinções entre cientistas e engenheiros, bem como entre as diversas modalidades destes e daqueles.

Na medida em que os cursos pós-Bacharelado partem de um substrato analítico-conceitual único, a Universidade ganha liberdade de referir suas opções de graduação diretamente às diversas problemáticas da sociedade moderna, ao invés de defini-las em função de distintas fenomenologias físicas, como fez o século XX ao criar as Engenharias Elétrica, Mecânica, Química, etc. Por isso, o conjunto de opções de cursos de Engenharia da UFABC deverá adotar recorte flexível, voltado para distintos universos de aplicação, tais como: Informação, Energia, Logística, Gestão, etc.

1.3 – Integração da Sociedade

O valor do conhecimento é percebido hoje por todas as camadas sociais. Cursar uma Universidade tornou-se uma aspiração universal à qual o Estado não pode deixar de responder, sob pena de frustrar a população e desgastar a crença nos valores republicanos e democráticos. A criação da UFABC está inserida num programa federal de expansão da Universidade pública que pretende promover a inclusão de segmentos sociais até agora ausentes ou com muito pouca participação, gerando condições para finalmente suprimir a herança maldita da escravidão e unir a sociedade brasileira.

A UFABC está comprometida com ações voltadas para a inclusão social, que tenham por objetivo assegurar que todos os segmentos da sociedade estejam nela representados. Essas ações não se esgotam no âmbito do processo de admissão com sistema de cotas de recorte sócio-econômico e racial, que está em discussão no Congresso Nacional. O processo pedagógico deve repudiar a postura elitizante em favor da integração social do estudante, levando-o a se debruçar sobre a História para compreender o mundo em que vivemos numa perspectiva pluralista.

1.4 – A Universidade no contexto nacional e regional

Inaugurada no início do Século XXI, a UFABC nasce com forte potencial para a inovação e a

diversificação, sem os vícios e as mazelas das máquinas burocráticas e assim propõe uma estrutura que permite flexibilidade acadêmica e curricular com altos padrões de qualidade.

De acordo com o Plano Nacional de Educação – PNE, o programa de ampliação do ensino superior tem como meta o atendimento a pelo menos 30% de jovens da faixa etária de 18 a 24 anos até o final desta década. A implantação da Universidade Federal do ABC insere-se nesse programa estabelecido pelo Ministério da Educação que prevê a expansão e ampliação da oferta de cursos superiores em instituições públicas.

Os cursos de graduação, de pós-graduação e extensão a serem ofertados deverão, estrategicamente, buscar o equilíbrio e a organização curricular interdisciplinar das áreas do saber no sentido de promover a educação integral e se constituir num pólo de referência acadêmica comprometida com o avanço do conhecimento, do desenvolvimento social e com a solução de problemas nacionais.

Durante os últimos vinte anos em que muitos processos e eventos políticos, sociais, econômicos e culturais marcaram a história da educação no Brasil, a comunidade da região do ABC, amplamente representada por seus vários segmentos, esteve atuante na luta pela criação de uma Universidade pública e gratuita nesta região.

Em 07 de julho de 2004 foi encaminhado ao Congresso Nacional o Projeto de Lei 3962/2004 que previa a criação da Universidade Federal do ABC. Em 26 de julho de 2005 o projeto de lei foi aprovado no Congresso Nacional.

No contexto da macro-política educacional, a região do ABC é uma das que apresenta maior demanda por ensino público. A demanda potencial para suprir o atendimento do crescimento da população de jovens já é crítica considerando que a região possui mais de 2,5 milhões de habitantes e uma oferta de vagas de 45.000 distribuídas em 30 Instituições de Ensino Superior sendo a grande maioria privada. A região do ABC tem aproximadamente 77 mil estudantes matriculados no ensino superior, onde, aproximadamente 65% estão em instituições privadas, 20% em instituições municipais e 15% na rede comunitária filantrópica.

Com a exceção de uma porcentagem ínfima de Instituições que promovem atividades de investigação, todas as demais focalizam suas atividades somente no ensino. No setor de Tecnologia e Engenharia poucas investem em pesquisa aplicada.

O projeto acadêmico, aqui apresentado propõe uma matriz interdisciplinar que considera a revolução no progresso da ciência originada pela intercessão de várias áreas do conhecimento científico e tecnológico. A Universidade Federal do ABC contribuirá não apenas para o benefício da região, mas também para o país como um todo. A Universidade Federal do ABC não é forjada em nenhuma matriz preparada de antemão, mas define sua identidade a partir da reflexão própria de seus professores e alunos, livres de preconceitos e padrões que freqüentemente impedem a busca de novos caminhos.

2. PRINCÍPIOS ORDENADORES E IDENTIDADE INSTITUCIONAL

O projeto de instalação de uma instituição universitária de caráter público e gratuito não pode prescindir da formulação e explicitação de sua missão institucional, seus ideais e valores culturais que constituirão sua identidade institucional. A formulação da identidade institucional é a pedra fundamental da Universidade que sustenta o rumo das suas atividades acadêmicas desde sua fundação. As organizações contemporâneas, inclusive as universidades, devem considerar que a sociedade está em constante transformação. Portanto a definição da identidade institucional deve incorporar os princípios mais permanentes da Universidade que regerão a sua relação com a sociedade civil. É necessário formular um sistema bem articulado e equilibrado de relações entre as demandas e as possibilidades, a missão e os objetivos institucionais delineando as características fundamentais que deverão prevalecer em todas as etapas da implantação e, posteriormente, ao longo da trajetória da instituição universitária.

Nesta perspectiva, a identidade institucional da Universidade se constituirá pela observância dos seguintes aspectos:

- A UFABC se compromete à formação de pessoal de nível superior científica e tecnicamente competentes e qualificados para o exercício profissional, consciente dos compromissos éticos e da necessidade de superação das desigualdades sociais e da preservação do meio ambiente.
- A UFABC assume compromissos inalienáveis com o progresso do conhecimento racional, e a busca da verdade através do método científico, respeitando os princípios éticos subjacentes a toda investigação científica e tecnológica e colocando-os disponíveis à sociedade.
- A UFABC está firmemente comprometida com a solução dos problemas sociais e para o desenvolvimento sócio-econômico e industrial do país dentro de sua competência e disponibilidade.
- A UFABC obedece aos princípios da indissociabilidade entre as atividades de ensino, pesquisa e extensão.
- A UFABC obedece aos princípios do ensino público e gratuito, sem discriminação de raça, religião, ou de qualquer outra natureza.
- A UFABC envolve áreas de atuação multi-e interdisciplinares, com a perspectiva de atuação integrada em diversas áreas de conhecimento com enfoque no desenvolvimento sustentável.
- À alta qualificação dos integrantes da UFABC, particularmente os docentes, necessária para que a Universidade alcance seus objetivos acadêmicos, deve ser agregado o compromisso com a identidade institucional da mesma. A sinergia entre os

cursos e programas de pesquisa e extensão será um vetor de promoção da interdisciplinaridade e do desenvolvimento do conhecimento.

- O caráter universal da UFABC é a base para promover o intercâmbio de conhecimento através de constante interação do corpo docente com professores e cientistas no Brasil e no exterior, além do intercâmbio de estudantes com outras universidades brasileiras e do exterior.
- A UFABC é uma Instituição que privilegia a educação integral, que articula a formação humanística ao avanço do conhecimento racional através da pesquisa científica e tecnológica.
- Diante das novas características interdisciplinares do desenvolvimento científico, do avanço vertiginoso do conhecimento e de suas aplicações junto à necessidade da formação integral dos seus estudantes e de seus professores, a UFABC admite na sua estrutura acadêmica os setores de Humanidades e Ciências Sociais que melhor atendem às aspirações pela plenitude de formação integral dos seus alunos e os objetivos de sua constituição acadêmica.
- A UFABC também privilegia a difusão do conhecimento para o público em geral e promoção da educação continuada como contribuições importantes para a sociedade.

3. CARACTERÍSTICAS DA FORMAÇÃO NA UFABC

3.1 -O contexto da formação profissional para o mundo moderno

As diretrizes acadêmicas têm como base o compromisso da comunidade universitária com a formação de indivíduos capazes de uma ação interativa e responsável na sociedade.

A nova dinâmica da construção do conhecimento e da transmissão da informação tem um reflexo particularmente significativo. A velocidade com que os novos conhecimentos científicos e tecnológicos são gerados, difundidos, distribuídos e absorvidos pela sociedade em geral elimina das instituições educacionais a responsabilidade exclusiva de transmissoras de informações. Assim, há uma ênfase nas atribuições mais complexas de construção de saberes em detrimento daquelas relacionadas com sua mera disponibilização.

A transformação da aprendizagem em um processo autônomo e contínuo para os egressos dos cursos torna-se uma das grandes responsabilidades de todos os níveis educacionais e, principalmente, do ensino superior. Tal formação implica não apenas o domínio de tecnologias de informação e comunicação permitindo o acesso aos conhecimentos social e historicamente acumulados, mas também a capacidade de selecioná-los, segundo critérios de relevância, rigor e ética; de reorganizá-los e de produzi-los autonomamente.

Na sociedade atual, o conhecimento ocupa papel central e as pessoas precisam lidar com ele tanto

como cidadãos quanto como profissionais. A ciência passa a ser não só um bem cultural, mas a base do desenvolvimento econômico e social. No mundo do trabalho, a produtividade está diretamente associada à produção de novos conhecimentos científicos e técnicos, à introdução de inovações, à aplicação de conhecimentos. Os espaços de trabalho passam a ser cada vez mais espaços de formação e, assim, é cada vez mais imperioso que as instituições educacionais se aproximem deles. A reorganização sistêmica do mundo do trabalho e sua flexibilização trazem, além das mudanças anteriormente especificadas, novas exigências ao processo formativo.

Competências sociais, antes desconsideradas no ambiente produtivo, passam a ser valorizadas. O domínio de conhecimentos gerais passa a ter mais relevância, acompanhado da desvalorização precoce da especialização rígida. O empenho em preparar pessoas para enfrentar problemas da realidade dinâmica e concreta, de forma crítica e transformadora, defronta-se com a constatação de que grande parte deles transcende os limites disciplinares. A grande maioria de questões candentes hoje, na sociedade e na ciência, é inter, multi e transdisciplinar.

Diante destes elementos fica claro que a Universidade não pode nem deve reproduzir a indústria dentro do seu campus, mas, sua missão institucional deve encampar pressupostos orientados para a formação social e integral do cidadão para a sociedade.

Para tanto a Universidade tem como expectativa prover cursos que possam proporcionar aos estudantes recursos pedagógicos para a aquisição das ferramentas necessárias a uma atuação ágil e flexível no mercado de trabalho, tornando-os aptos a se adaptarem a diversas atividades de trabalho. Nesse contexto a UFABC deve forjar seus cursos numa concepção de profissionais fundamentada na formação básica densa e na formação profissional plena e não nas especializações restritivas de atuação profissional.

Também na organização do ensino, a Universidade buscará promover por meio de atividades participativas (palestras, debates, aulas, oficinas pedagógicas etc.) a conscientização sobre as questões chave da sociedade atual: as novas formas de organização social e política e oportunidades profissionais, as conseqüências da acelerada incorporação das conquistas tecnológicas na organização social, os princípios éticos que devem estar presentes em toda atividade humana, os riscos da destruição do meio ambiente, escassez de energia entre outros. Propõe-se também, a organização curricular em eixos trans e interdisciplinares que favoreçam a discussão das profundas alterações por que tem passado a civilização, refletindo sobre os valores que sustentam o mundo atual. É necessário conhecer os marcos importantes da história da civilização, da ciência e da tecnologia, inclusive para se poder dialogar com pessoas de outras gerações e atuar internacionalmente num mundo que tende à globalização. Enfim, espera-se que os jovens formandos sejam capazes de enfrentar novos desafios, e estejam preparados para a inserção social e o exercício da cidadania.

Considerando determinadas características do mundo atual e as necessidades de planejamento e organização do ensino e formação superior, destacam-se alguns elementos de impacto no delineamento do projeto acadêmico, a saber:

I.Mobilidade profissional: O jovem egresso da Universidade vê-se diante de várias opções de trabalho que não se conformam aos padrões tradicionais. Ele deve estar e se sentir preparado para enfrentar os desafios profissionais dentro do espectro mais amplo possível das ofertas existentes.

II.Novas demandas da sociedade versus profissões não regulamentadas: Algumas das novas profissões não são regulamentadas nem se encaixam nas definições clássicas. São caracteristicamente interdisciplinares envolvendo demandas novas da sociedade. Para dar alguns exemplos citamos a preservação ambiental, o uso intensivo de comunicação, a crescente automação e informatização, requisitos de conhecimento de economia e gestão de empresas, uso racional de recursos naturais energia, água, solo, a internacionalização da economia.

III.Especificidade da demanda de mercado versus perfil do profissional: Mesmo considerando as carreiras clássicas, não é mais possível formar um profissional pronto ou quase pronto para enfrentar os problemas práticos. As empresas são diversificadas, têm seus instrumentos próprios de trabalho. É impossível para a Universidade ser abrangente a ponto de atender a todo o espectro de demanda. Deve-se considerar que não estamos falando de um técnico com habilidades específicas, trata-se de uma formação universitária de quadros de profissionais. No caso da formação profissional a organização curricular deve ter a menor taxa de obsolescência possível, deve ser muito mais flexível e a educação continuada passa a ter um papel fundamental para que se evite a obsolescência prematura.

IV.A organização curricular com ênfase nas ciências básicas: O conhecimento gerado a partir de pesquisas no campo das chamadas ciências básicas tem uma taxa de obsolescência muito mais reduzida do que as disciplinas profissionais. A organização de um currículo de educação superior razoavelmente estável só se entende com ênfase em disciplinas básicas. A formação profissional é muito mais dinâmica e deve estar em contínua evolução.

V.Oportunidades de negócios versus perfil do profissional: Historicamente, tem ocorrido um estrangulamento na oferta de empregos e a alternativa de se começar mini-empresas ou negócios individuais torna-se uma possibilidade importante e única em muitas situações.

Diante deste panorama, instituir programas educacionais de ensino superior destinados à formação de pessoal e que focalizem a necessidade de ocupação de postos de comando e de liderança técnica nas empresas responde aos aspectos identificados anteriormente. Entretanto, a proposta atual que

vem sendo oferecida na maioria das IES que se orientam nesta direção não é satisfatória, pelo menos no que diz respeito à formação do engenheiro. Em primeiro lugar porque não existem mais os compartimentos estanques entre as várias denominações de Engenharia. Em segundo lugar, não é possível e nem cabe às IES atender à extraordinária diversificação do sistema industrial e de serviços, especialmente no que diz respeito à infra-estrutura laboratorial.

Os aspectos sociais, tecnológicos e econômicos que caracterizam o mundo moderno se constituem em argumento suficiente para propor um novo paradigma na formação dos jovens universitários nas áreas tecnológicas e científicas. Sobretudo, torná-los capaz de enfrentar problemas novos sem receios, com confiança nas suas potencialidades e demonstrando capacidade de investigação e inovação.

3.2 -Os eixos de formação num contexto interdisciplinar e flexível

A proposta de estrutura curricular deve atender a novas demandas e não pode repetir o modelo atual. Não se trata de priorizar as disciplinas clássicas como tem sido reconhecido, ou simplesmente incorporar novas disciplinas, mas sim de dar uma resposta abrangente que contemple os cenários e as oportunidades indicadas anteriormente.

Desta forma a proposta curricular visa:

- Ampliar o currículo básico em extensão e profundidade no que diz respeito à Informática, Computação científica, às Ciências Naturais, às Ciências de Engenharia e à Matemática.
- Estruturar o currículo profissional de modo a atender as demandas das tecnologias modernas e emergentes e incorporar disciplinas que permitam uma inserção mais rápida dos formandos na sociedade moderna.
- Incorporar disciplinas como a História da Ciência, História da Tecnologia e História do Pensamento Contemporâneo com o intuito de desenvolver a capacidade crítica no exercício da atividade profissional e da cidadania.
- Estimular e desenvolver nos estudantes as habilidades de descobrir, inventar e sistematizar, características respectivamente das Ciências Naturais, das Engenharias e das Matemáticas.
- Individualizar, ainda que parcialmente, o currículo de modo que o aluno possa desenhar sua formação profissionalizante de acordo com sua vocação e suas aspirações. Para isso é necessário um elevado grau de flexibilidade da matriz curricular da Universidade.

Nas áreas de Ciências Naturais será incluída a formação de professores nas áreas de biologia, matemática, química e física. O currículo deve ser organizado interdisciplinarmente contemplando as diversidades e especificidades dos campos do conhecimento.

Especificamente, nas áreas de Engenharia, Modelagem e Ciências Sociais aplicadas propõe-se uma

nova concepção curricular que oferece a formação em novas áreas que atendem a demanda de um mundo em rápida evolução em que a conservação do meio ambiente é uma variável indispensável em toda a atividade humana, em que a produção de energia limpa e barata é uma demanda crítica para o desenvolvimento econômico e social, em que a biotecnologia deve oferecer condições de suprir alimento e promover a saúde, em que os processos produtivos contam com uma poderosa capacidade de automação, em que os processos sociais vem sendo modelados com um poderoso ferramental matemático e computacional, em que sensoriamento remoto e as comunicações fazem parte de todos os processos de integração, monitoramento e autonomia de uma nação. Os cursos de graduação obedecerão a uma estrutura curricular organizada de tal forma que os três primeiros anos serão destinados à formação básica e os dois últimos ao ensino profissionalizante, que deve ser flexível em sua composição e que se adapte ao perfil do estudante. A formação básica será comum a todas as áreas de Engenharia, das Ciências Naturais e Matemáticas.

Na realidade propõe-se que seja oferecida uma sólida e adequada formação básica que possibilite uma complementação de estudos posteriormente em outras áreas do conhecimento que não sejam Engenharia. Consideramos que cursos bem elaborados permitirão ao egresso uma flexibilidade suficiente para se adaptar às novas demandas do mercado de trabalho logo após a formatura.

A estrutura curricular divide-se em duas etapas:

1. Ciclos iniciais de três anos, conduzindo ao Bacharelado em Ciência e Tecnologia.
2. Ciclo complementar de um ano para licenciatura ou bacharelado específico (Física, Química, Matemática, Computação, Biologia) ou Ciclo profissional de dois anos para engenharia

O ciclo inicial com duração de três anos confere o grau de Bacharel em Ciência e Tecnologia e pode ser terminal. Isto é pode ser desenhado de modo a permitir ao egresso entrar no mercado de trabalho. Os alunos que tiverem a intenção de prosseguir a formação para engenharia ou licenciatura após os três primeiros anos também poderão fazê-lo e para isso poderão desenhar parte do ciclo inicial de acordo com suas aspirações profissionais.

4. ORGANIZAÇÃO ACADÊMICA

4.1 -As Unidades Acadêmicas

Para levar a efeito o projeto de pesquisa e ensino da UFABC, procurando evitar uma separação muito grande entre áreas de conhecimento que inevitavelmente levam a construção de setores estanques, a UFABC não se organiza num modelo de divisão departamental. A eliminação de departamentos é um avanço que permite uma interlocução permanente entre os docentes e discentes trabalhando numa forma interdisciplinar.

A organização acadêmico-administrativa da UFABC é composta por três centros que de certa forma retratam as ações de descobrir, sistematizar e inventar que compõem, numa visão geral, o conjunto de atividades presentes na vida universitária. Essas atividades estão presentes nas diversas vocações universitárias, mas em doses um pouco diferentes. Assim é própria aos cientistas dedicados a ciências naturais a atração pela descoberta, aos cientistas dedicados à matemática e computação o gosto pelo rigor lógico, e aos engenheiros a tarefa de inventar e inovar.

Sendo assim organizou-se a UFABC em três grandes centros, quais sejam:

- Centro de Ciências Naturais e Humanas
- Centro de Matemática, Computação e Cognição
- Centro de Engenharia, Modelagem e Ciências Sociais Aplicadas

4.2 -Centro de Ciências Naturais e Humanas

O Centro de Ciências Naturais e Humanas compreende atividades de ensino, pesquisa e extensão nas áreas de ciências naturais abrangendo ciências físicas, químicas, biológicas consideradas num modelo integrado. Nesse centro também está incluída a área de Humanidades que tem função complementar na formação dos alunos e atua também de forma interdisciplinar com as ciências naturais em temas que envolvem o pensamento filosófico e a história da ciência.

O Centro de Ciências da Natureza e Humanas oferece disciplinas fundamentais para a formação dos estudantes, particularmente aquelas de caráter obrigatório para a obtenção do grau de Bacharel em Ciências e Tecnologia. Além disso, oferece formação e orientação acadêmica levando aos seguintes graus universitários:

- a) Bacharel e Licenciado em Física, Química e Biologia.
- b) Mestre em Física, Química e Biologia.
- c) Doutor em Física, Química e Biologia.

Disciplinas oferecidas pelo Centro de Ciências da Natureza e Humanas:

NAT 110 -Física Moderna I
NAT 111 -Física Moderna II
NAT 115 -Princípios de Mecânica Quântica
NAT 120 -Mecânica
NAT 133 -Magnetismo
NAT 135 -Óptica
NAT 138 -Teoria do Campo
NAT 140 -Termodinâmica
NAT 260 -Introdução à Cosmologia
NAT 263 -Introdução à gravitação I
NAT 264 -Introdução à gravitação II
NAT 267 -Teoria da Relatividade
NAT 277 -Física dos oceanos e atmosfera
NAT 279 -Circulação Oceano Atmosférica
NAT 281 -Física da alta atmosfera e ionosfera

NAT 283 -Astrofísica
NAT 285 -Geofísica espacial
NAT 310 -Química Moderna I
NAT 311 -Química Moderna II
NAT 312 -Química I
NAT 315 -Bioquímica I
NAT 317 -Bioquímica II
NAT 320 -Biologia da Célula
NAT 325 -Fundamentos da Evolução Molecular
NAT 430 -Introdução à Genética
NAT 440 -Evolução
NAT 443 -Evolução e Expansão de Espécies I
NAT 444 -Evolução e Expansão de Espécies II
NAT 501 -Ecologia
NAT 505 -Mudanças Climáticas
NAT 511 -Ciclo Bio-geoquímicos
NAT 515 -Ecossistemas Marinhos
NAT 517 -Ecossistemas Fluviais
NAT 601 -História da Ciência I
NAT 602 -Historia da Ciência II
NAT 607 -Introdução à filosofia da Ciência
NAT 611 -Filosofia da revolução científica

Além dessas disciplinas o Centro de Ciências da Natureza e Humanas coopera na oferta de disciplinas da classificação BAC coordenadas pela Pró-Reitoria de Graduação que fazem parte da grade do Bacharelado em Ciências e Tecnologia.

O detalhamento das ementas estará disponível no catálogo de disciplinas.

4.3 -Centro de Matemática, Computação e Cognição

O Centro de Matemática, Computação e Cognição compreende atividades de ensino, pesquisa e extensão nas áreas de matemática pura, matemática aplicada, computação, sistemas complexos e modelagem consideradas num modelo integrado. Este centro também irá cooperar intensamente com o Núcleo de Cognição a ser criado como um dos principais elementos de pesquisa integradores das atividades dos três centros universitários.

O Centro de Matemática, Computação e Cognição oferece disciplinas fundamentais para a formação dos estudantes, inclusive aquelas de caráter obrigatório para a obtenção do grau de Bacharel em Ciências e Tecnologia. Além disso, oferece formação e orientação acadêmica levando aos seguintes graus universitários:

- a) Bacharel e Licenciado em Matemática
- b) Mestre em Matemática e Computação
- c) Doutor em Matemática e Computação

Disciplinas oferecidas pelo Centro de Matemática e Computação:

MAC 105 -Cálculo Numérico
MAC 110 -Funções de varias variáveis
MAC 111 -Métodos Matemáticos I
MAC 112 -Métodos Matemáticos II
MAC 113 -Análise Real
MAC 130 -Variável complexa
MAC 140 -Elementos de Cálculo Variacional
MAC145 -Introdução à análise funcional
MAC 151 -Equações diferenciais ordinárias
MAC 155 -Equações a Derivadas Parciais I (Elípticas)
MAC 156 -Equações a Derivadas Parciais II (Parabólicas, Difusão – Reação)
MAC 157 -Equações a Derivadas Parciais III (Hiperbólica – Onda)
MAC 161 -Solução Numérica de Equações Diferenciais
MAC 211 -Álgebra Linear
MAC 255 -Modelos probabilísticos
MAC 473 -Teoria dos Jogos em Modelos Econômicos
MAC 475 -Programação Matemática
MAC 485 -Introdução á Matemática Financeira
MAC 573 -Linguística Computacional
MAC 591 -Computação/Redes
MAC 571 -Introdução a sistemas formais de computação
MAC 573 -Engenharia de Software
MAC 583 -Sistemas operacionais
MAC 585 -Arquitetura e Organização de Computadores
MAC 591 -Criptografia

Além dessas disciplinas o Centro de Matemática e Computação coopera na oferta de disciplinas da classificação BAC coordenadas pela Pró-Reitoria de Graduação que fazem parte da grade do Bacharelado em Ciências e Tecnologia.

O detalhamento das ementas estará disponível no catálogo de disciplinas.

4.4 -Centro de Engenharia, Modelagem e Ciências Sociais Aplicadas

O Centro de Engenharia, Modelagem e Ciências Sociais Aplicadas compreende atividades de ensino, pesquisa e extensão nas áreas de engenharia que compõem o conjunto de opções oferecidas pela UFABC. Nesse centro também está incluída a área de Ciências Sociais Aplicadas que tem função complementar na formação dos alunos e atua também de forma interdisciplinar com as engenharias em temas que envolvem gestão, administração e economia.

O Centro de Engenharia, Modelagem e Ciências Sociais Aplicadas não está organizado em departamentos. A idéia fundamental é manter um ambiente de cooperação interdisciplinar tão

extenso quanto possível. Isto se reflete numa economia de disciplinas e em um enfoque que explora conceitos mais básicos e permanentes em lugar de tópicos estreitos.

Reconhecendo também a importância dos alunos tomarem contato com a realidade profissional a UFABC procurar suprir essa demanda através de duas ações:

1. As disciplinas de caráter prático-profissional serão preferivelmente encomendadas a profissionais experientes que se associarão à UFABC na condição de conferencistas.

2. Implementação do Estágio Supervisionado

O Centro de Engenharia, Modelagem e Ciências Sociais Aplicadas oferece disciplinas fundamentais para a formação dos estudantes nas diversas áreas de engenharia e coopera com a oferta de algumas disciplinas de caráter obrigatório para a obtenção do grau de Bacharel em Ciências e Tecnologia. Além disso, oferece formação e orientação acadêmica levando aos seguintes graus universitários:

- a) Engenheiro, nas áreas de concentração oferecidas pela UFABC. (Algumas das áreas a serem implementadas ainda não têm reconhecimento do CONFEA. A UFABC fará gestão junto aos órgãos competentes no sentido de reconhecer essas especialidades profissionais).
- b) Mestrado em Engenharia.
- c) Doutorado em Engenharia.

Disciplinas oferecidas pelo Centro de Engenharia e Ciências Sociais Aplicadas:

ENG 105 -Geração Hidráulica
ENG 108 -Medidas Elétricas e Instrumentação
ENG 111 -Teoria Eletromagnética II
ENG 115 -Circuitos Elétricos
ENG 120 -Circuitos I
ENG 121 -Circuitos II
ENG 130 -Fundamentos de Eletrônica
ENG 133 -Eletrônica II
ENG 135 -Fotônica
ENG 141 -Transformada de Fourier
ENG 145 -Sistemas de Controle II
ENG 149 -Controle de Sistemas Interligados
ENG 151 -Máquinas Elétricas
ENG 155 -Transmissão de Energia Elétrica
ENG 159 -Análise de Defeitos em Sistemas de Potência
ENG 161 -Eletrônica de Potência I
ENG 162 -Eletrônica de Potência II
ENG 165 -Análise de Sistemas de Potência
ENG 169 -Cálculo de Transitórios Eletromagnéticos
ENG 173 -Projeto de Sistemas com Microprocessadores
ENG 175 -Aplicação de Computadores a Sistemas de Potência
ENG 177 -Distribuição de Energia Elétrica
ENG 179 -Proteção de Sistemas Elétricos
ENG 183 -Linhas Aéreas de Extra Alta Tensão
ENG 185 -Estabilidade de Sistemas de Potência
ENG 187 -Técnicas de Alta Tensão
ENG 189 -Subestações

ENG 193 -Conservação de Energia
ENG 195 -Energia Alternativa
ENG197 -Planejamento de Sistemas Energéticos
ENG 198 -Planejamento em Ambiente Competitivo
ENG 211 -Computação de Alto Desempenho
ENG 269 -Circuitos de microondas e antenas
ENG 271 -Processamento de sinais I
ENG 272 -Processamento de sinais II
ENG 273 -Fundamentos de Desenho e Projeto
ENG 275 -Introdução ao Processamento Digital de Imagem
ENG 277 -Visualização
ENG 281 -Introdução à Robótica
ENG 288 -Acionamentos
ENG 290 -Microprocessadores e micro controladores
ENG 293 -Projeto de sistemas com microprocessadores e micro controladores
ENG 295 -Sistemas fluido-mecânico
ENG 310 -Física dos corpos deformáveis
ENG 313 -Mecânica dos sólidos
ENG 314 -Análise de estruturas
ENG 315 -Geotecnia
ENG 317 -Materiais
ENG 318 -Teoria da Estabilidade
ENG 321 -Vibrações de Máquinas
ENG 331 -Fundamentos de Ciência dos Materiais I
ENG 333 -Fundamentos de Ciência dos Materiais II
ENG 335 -Termodinâmica da matéria condensada
ENG 337 -Transformação de Fase
ENG 339 -Armazenamento e Conversão Eletromecânica de Energia
ENG 341 -Difração e estrutura de materiais
ENG 420 -Mecânica dos fluidos
ENG 423 -Dinâmica de fluidos
ENG 426 -Fenômenos de transporte
ENG 429 -Sistemas térmicos
ENG 431 -Turbinas
ENG 433 -Máquinas de combustão interna
ENG 441 -Aqüíferos e Mananciais de água
ENG 451 -Projeto de máquinas
ENG 455 -Processos de fabricação
ENG 456 -Projeto e Fabricação Assistidos por Computador I
ENG 457 -Projeto e Fabricação Assistidos por computador II
ENG 459 -Elementos de máquinas
ENG 461 -Engenharia do Produto I
ENG 462 -Engenharia do Produto II
ENG 464 -Interface Produto-Usuário
ENG 503 -Projeto de mecanismos
ENG 550 -Física da informação
ENG 610 -Nanotecnologia
ENG 641 -Sistemas de informação
ENG 643 -Organizações e Informação
ENG 645 -Análise sob Incerteza
ENG 647 -Análise de Decisão
ENG 649 -Processos Decisórios em Organizações Industriais

ENG 655 -Logística
ENG 656 -Modelagem para Gestão Empresarial
ENG 657 -Gestão Financeira
ENG 658 -Gestão Administrativa
ENG 663 -Engenharia da Qualidade
ENG 667 -Contabilidade Industrial
ENG 669 -Análise de Investimento
ENG 710 -Introdução às Ciências Espaciais
ENG 713 -Mecânica Orbital
ENG 717 -Tecnologias e Aplicações Espaciais
ENG 721 -Sensoriamento Remoto Multiespectral
ENG 723 -Aplicações de Sensoriamento Remoto
ENG 724 -Sensoriamento Remoto I
ENG 725 -Sensoriamento Remoto II
ENG 731 -Engenharia Aeroespacial I
ENG 732 -Engenharia Aeroespacial II
ENG 733 -Engenharia Aeroespacial III
ENG 735 -Navegação espacial
ENG 737 -Propulsão de veículos espaciais
ENG 741 -Integração e testes
ENG 811 -Técnicas para Treinamento
ENG 815 -Avaliação de Tecnologias
ENG 817 -Gestão de Tecnologias I
ENG 818 -Gestão de Tecnologias II
ENG 821 -Instrumentação Médico-Hospitalar I
ENG 822 -Instrumentação Médico-Hospitalar II
ENG 825 -Instrumentação Hospitalar
ENG 824 -Transdutores e sensores
ENG 829 -Gestão Qualidade
ENG 837 -Ergonomia
ENG 839 -Gerenciamento de Risco: Legislação médico-hospitalar
ENG 840 -Gerenciamento de Risco: Segurança Hospitalar
ENG 843 -Desenvolvimento de Produtos
ENG 850 -Seminários em bioengenharia
ENG 861 -Desenvolvimento Sustentável
ENG 863 -Poluição atmosférica urbana
ENG 865 -Planejamento ambiental

Além dessas disciplinas o Centro de Engenharia e de Ciências Sociais Aplicadas coopera na oferta de disciplinas da classificação BAC coordenadas pela Pró Reitoria de Graduação que fazem parte da grade do Bacharelado em Ciências e Tecnologia.

O detalhamento das ementas estará disponível no catálogo de disciplinas.

5. GRAUS UNIVERSITÁRIOS CONFERIDOS PELA UFABC: DESCRIÇÃO E REQUISITOS

5.1 -O Grau de Bacharel em Ciência e Tecnologia

5.1.1 -As idéias subjacentes à proposta curricular do bacharelado

O início do século XX presenciou uma revolução extraordinária dos conceitos científicos. A teoria da relatividade e a mecânica quântica levaram a uma revisão radical dos conceitos científicos. A tecnologia foi estimulada pelos novos conceitos, particularmente os relacionados com o comportamento quântico da matéria, e foi capaz de produzir avanços cruciais que por sua vez desembocaram em outras invenções criando assim uma cadeia de retro-alimentação positiva. Basta citar a cadeia de avanços tecnológicos formada desde os primeiros semicondutores, transistores, microprocessadores e computadores até a formidável capacidade de tratamento de dados existente hoje em dia. Mas enquanto o impacto na tecnologia tornou-se evidente e faz parte do nosso dia a dia, a presença destas revoluções científicas na educação, mesmo na educação universitária, ainda não reflete o seu caráter basilar. Hoje às vésperas da conquista de novos horizontes no nosso sistema solar a teoria da relatividade nos cursos de engenharia é quase que inexistente.

Desde a metade do século passado, iniciou-se uma nova onda de revolução no conhecimento científico permitida em grande parte pelas micro-tecnologias, capacidade de observação cada vez mais precisa e em escalas cada vez menores. Portanto, uma consequência da onda anterior. Trata-se agora da biologia molecular, bioquímica, genética formando uma cadeia que permite conhecer em profundidade o que se passa com a dinâmica da vida. Mas uma vez o impacto destes avanços que se desdobram para setores de ecologia e ecossistemas ainda não está bem absorvido no ensino universitário. Isto é, não atinge a todos os alunos como deveria ser, pelo menos no nível de conhecimento universal que deve permear toda formação acadêmica.

Ao lado destes avanços nas ciências da natureza, os instrumentos de representação, simulação e modelagem de sistemas naturais vêm também se acelerando em grande parte pela expansão da capacidade computacional e o aumento da velocidade de processamento.

A informatização da biologia viabilizou o mapeamento e seqüenciamento do genoma de praticamente todas as espécies existente no planeta com grande confiabilidade. As previsões de tempo e clima tornam-se cada vez mais confiáveis devido ao tratamento matemático computacional dos fenômenos atmosféricos e suas interações com a terra e o oceano. A matemática e a computação tornaram várias áreas das ciências naturais tratáveis de modo a permitir previsões.

Toda essa revolução tem provocado também um impacto enorme na nossa civilização e levanta problemas transcendentais inerentes à condição humana. O estudo do processo cognitivo tem revelado a existência de um papel para as emoções no processo do conhecimento, levantando dúvidas sobre a neutralidade da atitude racional e, por extensão, da própria Ciência. A inter-relação

entre racional e emocional, ciência e consciência são temas de ponta na pauta de investigação das ciências naturais e da filosofia. As diferentes formas de conhecer são questões fundamentais e ainda abertas para responder a essas indagações. Nem sempre a Ciência produz uma representação satisfatória da condição humana, perpetuando assim o papel da arte, e até da religião, na produção de significados que dêem sentido à vida. Os problemas éticos que se apresentam hoje com a possibilidade de interferência nos processos vitais e até clonagem estão inevitavelmente associados a questões filosóficas que deverão pautar a investigação científica.

Toda essa evolução vem ocorrendo num período de cerca de 100 anos, ao longo de poucas gerações. Ao lado deste avanço científico único, nunca experimentado anteriormente, ocorre uma nova era de globalização em que o substrato é menos o território e os recursos naturais como no passado, mas principalmente o controle e domínio do conhecimento e da cultura. Esta pressão desmedida pela conquista tem desvirtuado a trajetória honesta da pesquisa científica com séria repercussão na credibilidade da Universidade. A corrida pelas novas conquistas científicas vem empurrando homens e mulheres de ciência a se precipitarem em divulgar idéias sem embasamento racional, uma espécie de mística da ciência, que freqüentemente recorre à convergência interdisciplinar para dissimular suas fantasias. Isto quando não ocorre simplesmente desonestidade preconcebida.

As grandes conquistas que conseguimos incorporar ao mundo moderno convivem com a ambição desmedida que pode comprometer a sua consolidação. A Universidade tem um papel central e insubstituível neste contexto. Sobre ela repousa a enorme responsabilidade de reverter a tendência de substituir a busca da verdade pela busca do sucesso a qualquer preço. Não apenas no meio científico e tecnológico, mas também na sociedade em geral, cabe à Universidade a tarefa de contribuir para a crítica dos valores que exaltam o consumidor em detrimento do pensador.

5.1.2 -Linhas pedagógicas principais do Bacharelado

As universidades são por tradição muito conservadoras, ao contrário do que elas pregam como ideal de atitude perante a vida e profissão para seus alunos. As modificações são lentas e dependem em grande parte da renovação de quadros. Mas, ao se ter uma oportunidade para começar uma nova universidade esse problema está superado na origem e é necessário que se tenha a ousadia de implementar um modelo novo que atenda, em parte pelo menos, às exigências do nosso tempo. Esta chance não deve ser perdida!

Mesmo diante das dificuldades de não se ter um modelo para comparação é preciso tentar, porque o progresso não é fruto do imobilismo, mas da ousadia, com todos os riscos que isso possa representar. É sempre oportuno lembrar dos riscos inerentes ao próprio imobilismo, na medida em que as distorções dos modelos vigentes vão se acentuando até produzir o seu esgotamento.

Dentro desse espírito a proposta da UFABC procura em suas grandes linhas, coerentemente com os princípios declarados no documento inicial:

1. Agregar o máximo possível num mesmo centro as áreas de conhecimento, pelo menos aquelas de mesma natureza.
2. Promover uma formação integral do estudante expondo-o aos conhecimentos científicos característicos do estado atual da ciência bem como a temas de origem humanística e social.
3. Promover um intenso intercâmbio interdisciplinar tanto na pesquisa como no ensino.

5.1.3 -O marco característico da formação da UFABC.

A UFABC é constituída por três centros acadêmicos por conveniência administrativa. O diálogo entre esses centros deve ser constante e concreto. Para auxiliar a viabilização dessa permanente interação propõe-se a criação de um grupo de disciplinas com a sigla BAC que estão distribuídas por áreas de conhecimento pertinentes a todos os três centros, mas que ficam diretamente subordinadas à Pró-Reitoria de Graduação. A discussão dos planos pedagógicos deve promover a contínua interação dos docentes e revisão das disciplinas básicas. Dentro de cada Centro promove-se a formação com as especializações adequadas a cada profissão.

Dentre as disciplinas do grupo BAC algumas são obrigatórias e tem com objetivo imprimir a linha pedagógica da UFABC e promover a educação integral. Os alunos devem ser expostos aos conhecimentos científicos atuais, compatíveis com as tecnologias em uso e com os novos conceitos da ciência que modificam a nossa forma de ver o mundo. Isso implica em reduzir certos conhecimentos à condição de papel histórico. Seria muito bom que se pudesse abranger um leque muito largo de conhecimento, mas isto exigiria um tempo muito maior de presença dos alunos na Universidade o que é muito difícil. Esta é, porém uma questão a ser reexaminada no futuro uma vez que a quantidade de conhecimento se acumula rapidamente. Provavelmente, pelo menos uma parcela de estudantes universitários poderá ter uma trajetória mais longa e densa na universidade.

A questão que se põe atualmente, porém, é outra. As disciplinas obrigatórias do conjunto BAC na realidade reorganizam o conhecimento em seis eixos para fins didáticos pedagógicos. Cinco são característicos da formação científica e tecnológica e o sexto refere-se à formação humanística indispensável a qualquer pessoa com formação superior.

Os cinco primeiros reúnem o conhecimento dentro de linhas que se inserem melhor na fronteira do conhecimento científico e tecnológico e respondem com maior motivação aos grandes temas postos em pauta no mundo moderno. Coerentemente com a proposta acadêmica essa reorganização está dentro de um contexto nitidamente interdisciplinar. As disciplinas obrigatórias desenvolvem-se ao longo dos seguintes seis eixos:

- Estrutura da Matéria,

- Processos de Transformação,
- Energia,
- Comunicação e Informação e
- Representação e Simulação
- Humanidades

Para se lecionar essas disciplinas obrigatórias do conjunto BAC, que fazem parte do primeiro ano, para todos os estudantes é necessário um enorme esforço e competência por parte dos docentes, principalmente porque para falar de assuntos complexos numa audiência de principiantes é necessário conhecer profundamente o assunto. Portanto, os docentes a serem contratados deverão demonstrar grande competência, gosto pelo ensino e aderência à proposta acadêmica da UFABC.

A promoção do estudo interdisciplinar está primordialmente presente nas disciplinas BAC para onde convergem várias áreas do conhecimento, tanto das ciências da natureza como das puramente lógicas, das tecnológicas e das humanas. O sexto grupo de disciplinas obrigatórias, Indivíduo e Sociedade, traz inclusive exemplos de grandes cientistas e pensadores que reconheceram a importância de uma educação integral e não se furtaram a expor seus pensamentos relativos a áreas fora de suas especializações, mas que compõem o conjunto das preocupações inerentes à pessoa humana e suas relações com o transcendente, o social, e consigo mesma. Esse encontro com questões interdisciplinares despertará o interesse dos alunos para a investigação de cunho interdisciplinar.

5.1.4 -Ingresso e Requisitos Acadêmicos

Os alunos da UFABC ingressam na universidade através do Bacharelado em Ciência e Tecnologia. Um dos motivos dessa proposta acadêmica é oferecer a todos os estudantes a oportunidade de terem uma formação básica extensa e com a profundidade adequada às exigências de um curso universitário. Compatibilizar esses dois componentes -extensão e profundidade -é um desafio que o corpo docente deve assumir. A formação da estrutura disciplinar nos três primeiros anos do curso é constituída por três grupos de disciplinas que devem perfazer no mínimo um total de 220 créditos, correspondente à soma dos dois primeiros dígitos na indicação do catálogo. A soma corresponde ao número de horas semanais ou créditos, dedicadas a aulas expositivas e a laboratórios e projeto dirigido. Não é recomendável que ultrapasse 260 créditos. Esta carga corresponde às seguintes disciplinas, a saber:

- A) -Disciplinas obrigatórias constituindo um total de 22 disciplinas, incluindo projeto dirigido, perfazendo 129 créditos, incluindo laboratório, experimental ou computacional, com a seguinte distribuição:

1. Disciplinas obrigatórias correspondentes ao tópico Estrutura da Matéria, perfazendo um total de 18 créditos em três trimestres, seis créditos por trimestre.
2. Disciplinas obrigatórias correspondentes ao tópico Energia, perfazendo um total de 18 créditos em três trimestres, seis créditos por trimestre.
3. Disciplinas obrigatórias correspondentes ao tópico Comunicação e Informação, perfazendo um total de 18 créditos em três trimestres, seis créditos por trimestre.
4. Disciplinas obrigatórias correspondentes ao tópico Representação e Simulação, perfazendo um total de 18 créditos em três trimestres, seis créditos por trimestre.
5. Disciplinas obrigatórias correspondentes ao tópico Processos de Transformação, perfazendo um total de 12 créditos em dois trimestres, seis créditos por trimestre.
6. Disciplinas obrigatórias correspondentes ao tópico Representação e Simulação, perfazendo um total de 18 créditos em três trimestres, seis créditos por trimestre.
7. Disciplinas obrigatórias correspondentes ao tópico Humanismo perfazendo um total de nove créditos em três trimestres, três créditos por trimestre.
8. A disciplina BAC 10 Base Experimental das Ciências Naturais oferecida logo no primeiro trimestre que tem uma importante carga horária de laboratório e introduz o estudante à metodologia da ciência contemporânea. Corresponde a seis créditos.
9. A disciplina BAC 100 – Projeto Dirigido oferecida ao longo dos três anos do bacharelado correspondente à atividade de desenvolvimento de um projeto selecionado. Deve preferivelmente ser um projeto executado em grupos de três a cinco alunos. Esta atividade permite aos alunos o exercício prático de solução de problemas de um modo original e criativo, acompanhado de julgamento crítico construtivo de colegas e professores. Não se trata obrigatoriamente de resolver problemas práticos apresentados pela indústria, governo ou outro setor da sociedade, embora esta possibilidade não seja excluída, mas pode ser um determinado problema proposto pelo corpo docente encarregado de orientar esta atividade ou por própria sugestão dos alunos. Corresponde a 12 créditos no primeiro ano letivo com quatro créditos por trimestre.

B) -Disciplinas, com opção limitada, selecionadas dentre um grupo pré-determinado constituindo no mínimo 60 créditos. Recomenda-se que não ultrapasse 75 créditos. O conjunto de disciplinas com opção limitada do qual o aluno deve escolher a segunda parte que integra a sua formação básica é constituído por disciplinas do grupo básico BAC e de disciplinas fundamentais das áreas de Engenharia (ENG), Matemática e Computação (MAC) e Ciências da Natureza e Humanismo (NAT).

C) -Disciplinas de livre escolha do aluno necessárias para completar o currículo constituindo no máximo 75 créditos. Essas disciplinas devem cobrir as áreas de interesse do aluno. A estrutura do currículo nesta primeira fase, particularmente no que se refere à seleção de disciplinas deste último grupo deve ser acompanhada pela cuidadosa orientação dos docentes.

O total de horas de aulas expositivas, somadas todas as disciplinas em que o aluno esteja matriculado, está limitado a 20 horas por semana. A matrícula além deste limite só será autorizada em casos excepcionais.

5.1.5 -Disciplinas obrigatórias e com opção limitada

Grupo de disciplinas obrigatórias:

BAC10 -Base Experimental das Ciências naturais
BAC20 -Estruturas Atômicas, Moleculares e cristalinas
BAC21 -Sistemas Contínuos
BAC22 -Relatividade e Física Quântica
BAC 30 -Fenômenos Mecânicos
BAC 31 -Fenômenos Eletromagnéticos
BAC 32 -Fenômenos Térmicos
BAC 41 -Processos de Transformação I: Transformações Químicas
BAC 42 -Processos de Transformação II: Transformações Bioquímicas
BAC 50 -Linguagens de Programação
BAC 51 -Metodologia e algoritmos computacionais
BAC 52 -Comunicação biológica e computacional
BAC 60 -Funções de uma variável
BAC 61 -Introdução a Equações Diferenciais Ordinárias Integração
BAC 62 -Introdução a Probabilidade e Estatística
BAC 70 -O indivíduo e a pessoa humana
BAC 71 -Formação de grupos sociais
BAC 72 -Relações internacionais e globalização
BAC 100 -Projeto Dirigido

Grupo de disciplinas com opção limitada:

BAC 105 -Metrologia
BAC 105 -A Laboratório de metrologia
BAC 110 -Fundamentos de Geologia
BAC 113 -Microestrutura e Propriedades Mecânicas
BAC 115 -Floresta amazônica I
BAC 135 -Impactos da ação humana na Biosfera
BAC 205 -Princípios da atividade cerebral
BAC 211 -Lógica, cognição e computação
BAC 350 -Modelagem de Sistemas
BAC 355 -Otimização
BAC 358 -Lógica nebulosa aplicada
BAC 367 -Sistemas de Controle I
BAC 377 -Teoria dos Jogos e Evolução
BAC 511 -História do pensamento ocidental
BAC513 -Filosofia da Religião

BAC 520 -Ética Profissional
NAT 110 -Física Moderna I
NAT 111 -Física Moderna II
NAT 115 -Princípios de Mecânica Quântica
NAT 140 -Termodinâmica
NAT 260 -Introdução á Cosmologia
NAT 267 -Teoria da Relatividade
NAT 310 -Química Moderna I
NAT 311 -Química Moderna II
NAT 312 -Química I
NAT 315 -Bioquímica I
NAT 320 -Biologia da Célula
NAT 430 -Introdução à Genética
NAT 440 -Evolução
NAT 550 -Ecologia
NAT 601 -História da Ciência I
NAT 602 -Historia da Ciência II
NAT 607 -Introdução à filosofia da Ciência
MAC 105 -Cálculo Numérico
MAC 110 -Funções de varias variáveis
MAC 111 -Métodos Matemáticos I
MAC 112 -Métodos Matemáticos II
MAC 130 -Variável complexa
MAC 140 -Elementos de Cálculo Variacional
MAC 161 -Solução Numérica de Equações Diferenciais
MAC 211 -Álgebra Linear
MAC 255 -Modelos probabilísticos
MAC 473 -Teoria dos Jogos em Modelos Econômicos
MAC 573 -Linguística Computacional
MAC 591 -Computação/Redes
ENG 105 -Geração Hidráulica
ENG 108 -Medidas Elétricas e Instrumentação
ENG 111 -Teoria Eletromagnética II
ENG 115 -Circuitos Elétricos
ENG 122 -Laboratório de Circuitos Lógicos
ENG 130 -Fundamentos de Eletrônica
ENG 135 -Fotônica
ENG 141 -Transformada de Fourier
ENG 145 -Sistemas de Controle II
ENG 193 -Conservação de Energia
ENG 195 -Energia Alternativa
ENG197 -Planejamento de Sistemas Energéticos
ENG 198 -Planejamento em Ambiente Competitivo
ENG 271 -Processamento de sinais I
ENG 273 -Fundamentos de Desenho e Projeto
ENG 275 -Introdução ao Processamento Digital de Imagem
ENG 277 -Visualização
ENG 281 -Introdução à Robótica
ENG 310 -Física dos corpos deformáveis
ENG 317 -Materiais
ENG 420 -Mecânica dos fluidos
ENG 426 -Fenômenos de transporte

ENG 641 -Sistemas de informação
ENG 655 -Logística
ENG 710 -Introdução às Ciências Espaciais
ENG 724 -Sensoriamento Remoto I
ENG 725 -Sensoriamento Remoto II
ENG 861 -Desenvolvimento Sustentável
ENG 863 -Poluição atmosférica urbana
ENG 865 -Planejamento ambiental

5.2 – Formação profissional em engenharia

5.2.1 -Novas áreas de atuação

Os cursos de formação de engenheiros da UFABC terão duração de dois anos, partindo de um substrato conceitual único conferido pelo Bacharelado em Ciência e Tecnologia. Esta duração curta deverá permitir que as ofertas curriculares sejam muito dinâmicas, adaptando-se e inclusive antecipando-se às necessidades do mercado. Os cursos serão voltados para distintos universos de aplicação, tais como: Informação, Energia, Sistemas, Infra-estrutura, Gestão, Meio Ambiente, etc.

No momento, estão em estudo propostas curriculares para os seguintes cursos de Engenharia:

- Engenharia Ambiental e Urbana
- Engenharia de “Sistemas”
- Engenharia de “Energia”
- Engenharia “Biomédica”
- Engenharia de Produtos e de Produção
- Engenharia de Gestão Organizacional
- Engenharia da Informação nas modalidades Computação, Telecomunicações e

Processamento de Sinais

- Engenharia e Ciências Espaciais
- Engenharia de Instrumentação

Todas essas denominações envolvem inovações e muitas delas ainda não estão regulamentadas pelo Conselho Federal de Engenharia e Arquitetura. No entanto a UFABC quer estar “adiante do seu tempo” isto é, quer formar jovens engenheiros que possam responder a problemas que estão se delineando como críticos em futuro próximo. Assim os alunos que ingressarem na UFABC devem ser movidos pelo mesmo espírito desbravador.

A administração da UFABC envidará todos os esforços no sentido de credenciar essas novas áreas da engenharia junto aos órgãos competentes.

Por outro lado a UFABC procurará estabelecer convênios com outras Universidades Públicas para receber os alunos que completarem o bacharelado em Ciência e Tecnologia na UFABC em cursos

clássicos de engenharia.

5.2.2 -Mobilidade acadêmica

Uma característica importante do modelo proposto é o estímulo à mobilidade dos estudantes nos dois sentidos, de dentro da Universidade Federal do ABC para outra Universidade e de outras Universidades conveniadas para a Universidade do ABC. No primeiro caso o fluxo deve ocorrer após a conclusão do ciclo básico de três anos. Com uma formação básica forte o aluno da UFABC pode se dirigir a outra Universidade onde tiver oportunidade de seguir a opção que mais lhe atrai. A UFABC quer também colocar seus estudantes nos ciclos profissionais de Universidades de prestígio. No segundo caso, a UFABC, admitirá alunos de Universidades conveniadas, sem vestibular, no seu ciclo profissional proporcionando uma formação não tradicional aos alunos que assim quiserem.

Desta forma, a mobilidade acadêmica visa promover intercâmbio entre os estudantes de várias universidades. Deverão ser instituídos mecanismos (Projetos e Acordos de Cooperação Técnica) para a criação da mobilidade acadêmica que assegure uma política de intercâmbio interuniversitário. A UFABC deverá promover um forte intercâmbio com Universidades selecionadas e de elevado nível acadêmico. As disciplinas cursadas em outras Universidades deverão ter os créditos aproveitados.

5.2.3 -Estágio Supervisionado

O estágio supervisionado deverá estar articulado com a proposta de colocação no mercado de trabalho. Deverá contribuir para a formação do estudante inclusive com a finalidade de promover a integração universidade – empresa. O programa de estágio deve ser elaborado e acompanhado de comum acordo entre universidade e empresa. A duração prevista deve ser de um trimestre. O estágio deve corresponder a uma carga de créditos obrigatória a ser completada antes dos dois últimos trimestres da carreira. Será vedada a realização do estágio no último trimestre do curso como forma de trazer o estagiário de volta para a universidade onde atuará como um multiplicador da experiência junto aos colegas e professores. Deverá ser realizado em tempo integral e dedicação exclusiva sem nenhuma outra atividade acadêmica simultânea.

5.2.4 -Ingresso e Requisitos Acadêmicos Gerais

Os alunos da UFABC ingressam na universidade através do Bacharelado em Ciência e Tecnologia. Todos os alunos devem completar o curso de Bacharelado em Ciência e Tecnologia para ingressar em alguma das carreiras de engenharia. No fim do segundo ano o aluno que quiser ingressar em uma das carreiras de engenharia deve solicitar inscrição no curso respectivo. O número de vagas em

cada curso é limitado e o critério de admissão é o desempenho acadêmico do aluno no curso de Bacharelado. Alunos com maior rendimento acadêmico terão precedência.

Depois de terminado o Bacharelado, será necessário, para cumprir exigências legais, completar mais 90 créditos no mínimo, em disciplinas específicas mais o Estágio Supervisionado correspondente a 20 créditos, perfazendo um total de créditos entre 310 e 350 correspondentes a 3720 e 4200 horas respectivamente.

Os 90 créditos para completar a formação de engenheiro são normalmente distribuídos em seis semestres letivos incluindo o estágio que também conta créditos.

Os requisitos de disciplinas para cada carreira são estabelecidos pela coordenação do Centro de Engenharia e serão publicadas oportunamente. Disciplinas oferecidas pelos outros Centros podem compor a grade curricular requerida pela carreira.

5.3 – Formação profissional: Bacharelado e Licenciatura

5.3.1 -Ingresso e Requisitos Acadêmicos

Os alunos da UFABC ingressam na Universidade através do Bacharelado em Ciência e Tecnologia. Todos os alunos devem completar o curso de Bacharelado em Ciência e Tecnologia para ingressar em alguma das carreiras de bacharelado nas denominações correntes ou licenciatura.

A UFABC oferece, após a conclusão do Bacharelado em Ciência e Tecnologia, oportunidade para os alunos que assim o desejarem completar os cursos de bacharel ou licenciatura em Física, Química, Biologia e Matemática.

A opção por uma dessas opções deve ser feita ao término do segundo ano letivo. Havendo grande demanda por uma área o atendimento será feito segundo o desempenho acadêmico no curso de bacharelado em Ciência e Tecnologia. Alunos com melhor desempenho terão prioridade.

O grau de bacharel nas áreas citadas acima exige que o candidato complete mais 50 créditos com sucesso. As disciplinas respectivas para cada área serão estabelecidas pela coordenação dos Centros de Ciência da Natureza e de Matemática e Computação.

6. A PÓS-GRADUAÇÃO

A pós-graduação na UFABC deve ser iniciada praticamente junto com a graduação. Planeja-se anunciar a chamada para admissão de pós-graduandos após seis meses contados da inauguração da graduação. Sendo a pesquisa o motor da pós-graduação a UFABC não pode deixar de estabelecer grandes diretrizes de pesquisa que norteiam os projetos que devem ter apoio institucional. Essas linhas devem ser bastante abertas para abrigar novas idéias na grande aventura de expandir o conhecimento humano, e ao mesmo tempo suficientemente focadas para permitir que a universidade contribua efetivamente para o avanço da ciência e da tecnologia. Isto significa também

que haja uma otimização dos recursos necessários para fazer boa investigação. Seguindo a filosofia básica exposta nos princípios orientadores da UFABC os temas devem procurar reunir as conquistas das diferentes áreas do conhecimento num movimento de síntese. A primeira característica pode ser, portanto traduzida como interdisciplinaridade.

Para definir as grandes linhas prioritárias da UFABC e orientar as contratações, optou-se por dar continuidade aos grandes temas que marcam o plano didático-pedagógico já na sua origem, a fim de promover a integração entre ensino e pesquisa.

A UFABC quer destacar-se pela investigação nas grandes linhas:

1. Estrutura da matéria, compreendendo o desenvolvimento de novos materiais, com particular atenção para nanotecnologia. Também nessa linha situam-se os desenvolvimentos de instrumentação miniaturizada (MEMS) para fins clínicos. Materiais biológicos devem ser também motivo de atenção especial. Ainda sob este grande tema estimula-se a engenharia de novos produtos e novos processos de produção com avaliação custo-benefício.
2. Energia, compreendendo o planejamento do uso de energia, desenvolvimento de novas fontes, como células combustíveis, avaliação dos impactos ambientais provocados pelo uso descontrolado de energia e a correspondente mitigação. As questões ambientais estarão presentes neste tema incluindo modelagem ambiental e projeção de cenários.
3. Processos de transformação, compreendendo tanto processos artificiais de fabricação de novos produtos como também processos naturais bioquímicos. Associam-se aí a descoberta e a invenção para fazer avançar o conhecimento a melhor as condições de vida. Bioengenharia é um dos tópicos de destaque nesta linha.
4. Comunicação e Informação, compreendendo tópicos especulativos sobre o processo de conhecer e transmitir conhecimento. Codificação e decodificação tanto em processos artificiais como naturais. Aqui a bioinformática tem um papel muito importante. Também aqui se encaixam os processos de observação da terra e sensoriamento remoto e telecomunicação com aplicações em telefonia e outros sistemas de radiofrequência.
5. Simulação e representação que compreende mais especificamente a modelagem matemática e computacional de fenômenos artificiais e naturais incluindo visualização. As técnicas de modelagem estão abrangendo vários setores do conhecimento com particular impacto nas ciências sociais aplicadas (economia), ecossistemas e biologia.

Esses grandes temas preenchem as grandes preocupações do nosso tempo e apontam para a direção que orienta o esforço da pesquisa científica e tecnológica atual. Deve ser ressaltado que esses temas comportam inclusive investigações com horizonte de longo prazo. Este é um compromisso da universidade que não pode ser esquecido nem minimizado. A UFABC mantém a disposição de

estimular pesquisas genuínas, isto é, aceitando riscos em função das oportunidades vislumbradas. Estas são as grandes linhas que a UFABC está se propondo a implantar. Além dessas linhas, há no projeto uma linha especial incorporada na criação de um Núcleo de Cognição, comentado a seguir. Investigação nessa linha ainda está muito incipiente, mas é extremamente promissora. Integra várias áreas que vão desde neurociências até automação e robótica, passando por matemática, computação, físico-química, biologia, bioquímica e psicologia.

7. UNIDADES COMPLEMENTARES

A estrutura será ainda dotada de unidades complementares voltadas para pesquisas e atividades fortemente disciplinares (Núcleos) envolvendo todos os Centros, e órgãos voltados para atividades interdisciplinares especializadas de suporte estratégico a objetivos da Universidade. Algumas delas são descritas abaixo.

7.1 – Central de Computação

A Central de Computação é uma unidade de serviços e atende às necessidades computacionais para ensino, pesquisa e extensão. Oferece ainda cursos de linguagens de programação para estudantes e para o público em geral. A Central gerencia toda a rede de computação do Campus.

7.2 -Núcleo de Criatividade, Inovação e Experimentação

Núcleo abrangerá atividades para o desenvolvimento do potencial criativo aplicado às áreas do conhecimento e aos projetos de iniciação a pesquisa. Será aberto mediante convênios ao público de escolas de ensino médio. É um lugar privilegiado para execução das atividades programadas na disciplina BAC 100.

7.3 -Central de assistência ao estudante: acesso e permanência

Suporte a todo estudante durante o curso para que cada um possa concluir a formação desejada com sucesso. Auxiliar a transferência dos estudantes para outras universidades.

Oferecer cursos de complementação aos estudantes do ensino médio (como por exemplo, cursos de língua estrangeira). Deverá dispor de serviços de apoio a colocação dos estudantes em estágios e outras ocupações profissionais.

7.4 -Escola de Educação Continuada

Cursos de extensão, modalidades de ensino presencial e de educação à distancia. Atende à demanda do setor industrial.

7.5 -Núcleo de Estudos Avançados (Contemporâneos)

Abrangerá atividades científicas visando discutir problemas da sociedade em geral e propor soluções alternativas. Contará com a participação de profissionais a serem convidados.

Ênfase em estudos de problemas nacionais, bem como a prestação de serviços de consultoria para atender a demandas do governo.

7.6 – Sistema de Documentação Bibliográfica

Responsável pela documentação e bibliotecas da Universidade.

7.7 -Núcleo de Cognição

Este núcleo de pesquisa alinha-se com uma das áreas de investigação mais desafiadoras do nosso tempo. Integra conhecimento desde as áreas biofísica e química, até aplicações de engenharia em robótica, passando por modelagem matemática, computação, inteligência artificial. Ainda está em elaboração e deverá ser um dos pontos de destaque da UFABC.

Anexo 8 - UNIVERSIDAD POPULAR MADRES DE LA PLAZA DE MAYO

En 1999, con la experiencia y la claridad forjada en 23 años de lucha, la Asociación Madres de Plaza de Mayo, decide crear un nuevo espacio de resistencia: la Universidad Popular. En septiembre de ese año, a partir del Seminario de Análisis Crítico de la Realidad Argentina (1983-1999) dictados en la Librería de las Madres y del Café Literario "Osvaldo Bayer", comienza a constituirse este nuevo proyecto, mientras se van levantando las futuras aulas.

En abril del año 2000, se inaugura el sueño lúcido que busca ensamblar cultura y política en la formación de los estudiantes.

Así esta Universidad Popular tiene el propósito de estimular un pensamiento crítico y organizar ámbitos grupales de reflexión creativa. Articular la teoría y la práctica, generar herramientas para disputar la hegemonía intelectual, abrir un espacio para que los sectores populares y los nuevos movimientos sociales puedan participar y crear formas de construcción política.

Esta aventura cultural se propone superar las prácticas educativas del sistema, legitimadoras de la opresión. La Universidad pretende recuperar las tradiciones de luchas populares, transformar la sociedad y a nosotros mismos, en el saber y la lucha.

Todos los espacios de discusión político-académico que construye la Universidad Popular encuentran su validez en la praxis fértil que se ha sostenido a lo largo de estos años de experiencia junto a las Madres de Plaza de Mayo.

Integran la Universidad Popular Madres de Plaza de Mayo más de ochocientos estudiantes y ciento cuarenta docentes quienes, participan en las distintas Carreras, Seminarios y Talleres apoyados todos ellos por un equipo de no docentes, llevando adelante en su conjunto este proyecto.

La Universidad dicta:

1) Carreras: Derechos Humanos, Psicología Social, Periodismo de Investigación, Economía Política y Social, Educación Popular, Cine Documental, Cooperativismo, Psicodrama, Lic. en Trabajo Social y a partir del año 2007 Abogacía, las dos últimas con título habilitante.

2) Seminarios: Leer El Capital, Introducción al Psicoanálisis, Teología de la Liberación, Arte Rehabilitación e Integración Social y Seminario de Lectura: Pensadores Marxistas Latinoamericanos.

3) Cátedras Bolivarianas: Historia Latinoamericana, Historia del Movimiento Obrero.

4) Clases Públicas: Conflictos Sociales y Lucha Obrera, La Historia Argentina que no nos contaron, Ciclo de Resumen Latinoamericano.

5) Materias de cursada obligatoria para todas las Carreras: Cátedra de Formación Política Ernesto Che Guevara, Cátedra de Formación Política Carlos Marx, Cátedra Historia de las Madres de Plaza de Mayo.

Integran la propuesta político-cultural de la Universidad, la Biblioteca "Julio Huasi", la Librería de las Madres, el Café Literario "Osvaldo Bayer", Ediciones Madres de Plaza de

Mayo y la Videoteca de las Madres, completando la oferta de material necesario para el desarrollo de los estudios e investigaciones de estudiantes y docentes.

En sus pocos años de existencia, la Universidad ha gestado numerosas producciones académicas: videos, cortos, libros, cuadernillos; además de establecer y profundizar lazos solidarios y de mutuo aprendizaje con diversos movimientos sociales: trabajadores desocupados, fábricas recuperadas, asambleas barriales, piqueteros de todo el país.

Entre los docentes que dictan clases en la Universidad se encuentran:

Osvaldo Bayer, Angel Fiasché, Gregorio Kazi, Jaime Fuchs, Claudia Korol, Alberto Guillis, Carlos Rodriguez, Néstor Kohan, Ana María del Cueto, Alfredo Luciaro, Edgardo Form, Marisa Gallego, Nicolás Iñigo Carreras, Inés Vázquez, Hernán Díaz, Raquel Angel, Ulises Gorini, Mirta Israel, Sergio Kowalewski, Carlos Zamorano, Oscar Natalichio, Francisco Ferrara y Pablo Llonto entre otros.

La Universidad está constituida por un Consejo Directivo, con representación estudiantil, docente, no docente y de las Madres de Plaza de Mayo. Un Comité Académico formado por Coordinadores de Carreras y Seminarios Anuales. Un Comité Administrativo integrado por estudiantes, docentes y no docentes. Juntas de Carrera en las que participan docentes y estudiantes de las distintas disciplinas que se dictan en la Universidad Popular.

Cada fin de Ciclo Lectivo, lo/as nuevo/as egresado/as reciben, en un acto público, un certificado de estudios labrado artesanalmente por las Madres, al tiempo que hacen suyo un compromiso ético-político hacia la lucha de las Madres de Plaza de Mayo, lo/as 30.000 desaparecido/as y la cultura revolucionaria.

¿Como nació la Universidad?

Hebe de Bonafini

Año de Publicación: 2005

Anexo 9

São Paulo, 10 de setembro de 2007

Prezados companheiros e companheiras,

Ao longo de 2006, o DIEESE iniciou um trabalho com o objetivo de refletir sobre a possibilidade e construir a viabilidade de um projeto de faculdade do Movimento Sindical.

Esse trabalho incluiu o estudo de experiências nacionais e internacionais de *produção de conhecimento e formação pelos trabalhadores*, ou seja, de *educação* em vários níveis. Também foram realizadas cinco oficinas de trabalho, com dirigentes e corpo técnico da entidade, para apresentação e discussão dessa idéia que já estava presente na criação do DIEESE. Finalmente, em outubro do ano passado, foi encaminhada a todas as entidades sócias do DIEESE uma consulta com a intenção de conhecer e analisar o que pensa o Movimento Sindical sobre um projeto de faculdade.

O trabalho em 2007 iniciou-se com a organização dos dados dessa conslta e os resultados de uma primeira leitura são apresentados a seguir.

Responderam à consulta, dentro do prazo determinado, 277 dirigentes de entidades sócias de todas as regiões do país, embora haja uma concentração de respostas maior no sudeste. Entre esses consultados, a maioria tem mais de nove anos de trabalho sindical e está diretamente ligada à direção de suas entidades sindicais.

Quase a metade dos consultados, como se vê na tabela abaixo, nunca havia pensado na possibilidade do Movimento Sindical ter uma faculdade. Entretanto, todos, independente de terem imaginado essa situação, se propuseram a refletir sobre o assunto ao longo do questionário.

Tabela 1

Como dirigente, você já tinha pensado na possibilidade do Movimento Sindical ter uma faculdade?

	Respostas *	%
Sim	131	55,3
Não	106	44,7
Total	237	100,0

• respostas válidas

O segundo dado importante que a consulta mostra é a relação de motivos que justificam uma faculdade do Movimento Sindical. Em primeiro lugar, a constatação de que uma ampla maioria acredita que existe

fundamento nessa idéia. Em seguida, uma variedade interessante de motivos para pensar uma instituição dos trabalhadores para a *produção de conhecimento e formação*.

Tabela 2

Existe fundamento na idéia do Movimento Sindical ter uma faculdade?

	Respostas*	%
Sim	214	90,7
Não	9	3,8
Não sabe	13	5,5
Total	236	100,0

• respostas válidas

Tabela 3

Motivos para pensar uma faculdade do Movimento Sindical

	Respostas	
	Nº	%
*A dificuldade de acesso às faculdades existentes	30	9,1
*As faculdades existentes não atendem aos interesses dos trabalhadores	45	13,6
*A necessidade de formar quadros para o MS	90	27,3
*A necessidade de realizar a construção do projeto político do MS	87	26,4
*Uma oportunidade a mais de acesso ao conhecimento necessário na sociedade contemporânea	53	16,1
*O MS não deve ter uma faculdade própria	13	3,9
*Outro	12	3,6
Total	330	100,0

Um projeto de faculdade, proposto e discutido pelo DIEESE e dirigentes e assessores sindicais, só se justifica se contar com um apoio significativo do próprio Movimento Sindical. As respostas dos consultados sobre essa questão mostram, de um lado, o apoio necessário para essa construção e, de outro, as motivações requeridas para apoiar o projeto.

Tabela 4

O DIEESE tem condições para criar uma faculdade do Movimento Sindical?

	Respostas*	%
Sim	155	67,7
Não	4	1,7
Não sabe	70	30,6
Total	229	100,0

*respostas válidas

Tabela 5

A sua entidade apoiaria uma faculdade do Movimento Sindical, criada pelo DIEESE?

	Respostas*	%
Sim	191	83,8
Não	1	0,4
Não sabe	36	15,8
Total	228	100,0

*respostas válidas

Tabela 6

O que motivaria sua entidade a apoiar o projeto

	Respostas	
	Nº	%
*Participar efetivamente da reflexão sobre a concepção da faculdade	39	11,6
*Participar da construção do projeto faculdade e dos cursos	34	10,1
* Ter possibilidade de formar dirigentes com mais conteúdo para a luta de classes	91	27,2
* Ter um espaço de melhor qualificação das direções para realizar as transformações que nossas entidades precisam	64	19,1
*Ter uma faculdade que se distingue das demais pelo caráter formativo que oferece e pelo projeto societário que constrói	95	28,4
*Outro	7	2,1
Total	335	100,0

Os dirigentes consultados também expressaram suas expectativas pessoais em relação ao projeto. Considerando as motivações que aparecem na tabela 6 e os dados da tabela 7, pode-se ver que não há contradição entre as motivações das entidades, ou seja aquelas de caráter coletivo, e a grande maioria das respostas abaixo que expressam expectativas pessoais.

Tabela 7**Expectativas pessoais**

	Respostas	
	Nº	%
*Ter uma boa qualificação profissional	20	6,2
*Tornar-me um quadro capacitado do movimento MS	45	14,0
*Ampliar o campo de trabalho fora do MS	24	7,5
*Poder ter um grande celeiro com vários olhares	25	7,8
*Participar da construção de uma proposta de educação para os trabalhadores	83	25,9
*Suprir nossa dificuldade de conhecimento da realidade, da nossa prática e do nosso projeto político	105	32,7
*Ter um diploma reconhecido pelo MEC	7	2,2
*Outro	12	3,7
Total	321	100,0

Anexo 10 - PROJETO FACULDADE DO MOVIMENTO SINDICAL

Relato de um processo em andamento

SUMARIO

1 – INTRODUÇÃO

2- DEBATES, CONTRIBUIÇÕES E PROPOSTAS

2.1. Primeira Oficina de Trabalho

2.1.1. Diretrizes : o novo versus o tradicional

2.1.2. Diretrizes : as experiências positivas existentes

2.1.3. Diretrizes : a natureza pública da faculdade

2.1.4. Diretrizes : o conhecimento

2.2. Segunda Oficina de Trabalho

2.2.1. Trabalho: história, arte e cultura

2.2.2. Projeto experimental de proposição de uma Univ do Trabalhador

2.2.3. Construindo uma Universidade em Rede

2.3. Terceira Oficina de Trabalho

2.3.1. Classe trabalhadora e as mudanças do trabalho no séc. XX

2.3.2. Trabalho: saber, poder e ação política

2.3.3. Os trabalhadores e a Política

2.3.4. Proposta 4

3- PROPOSTA DE CURSO EXPERIMENTAL

Trabalhadores, Política e Desenvolvimento

- versão sistematização das oficinas

PROJETO FACULDADE DO MOVIMENTO SINDICAL

Relato de um processo em andamento

1- INTRODUÇÃO

O DIEESE foi pensado, desde a sua criação em 1955, como uma entidade produtora de conhecimento e embrião de uma Universidade do Trabalhador. Dessa forma, o Dieese tem colocado o conhecimento e a informação a serviço dos interesses da classe trabalhadora em toda a sua diversidade.

Sabemos que as entidades sindicais em nosso país, assim como em outras partes do mundo, sempre se preocuparam com a educação e a produção de conhecimento dos trabalhadores que, diferente do que aparece nos textos oficiais, é uma produção histórica. O Movimento Sindical tem se envolvido na luta por um projeto educacional dessa natureza e tem participado de um debate que há décadas vem tentando, de formas diferentes, encontrar possibilidades de afirmação de um conhecimento produzido da perspectiva dos trabalhadores.

Por que esse é um bom momento para reavivar um sonho de 50 anos ?

Por que no mundo atual, em intensa mudança e com tamanha complexidade, fica impossível lidar com os problemas usando uma única abordagem. Em nossas melhores universidades há intelectuais que reconhecem que *“um modelo único de universidade ou qualquer modelo de universidade dificilmente dará conta desse nosso período em que se romperam os referentes”*⁶ ou, em que os modelos e referenciais que nos davam certezas estão contestados ou colocados em dúvida.

Sentindo ser esse o momento, o Dieese tomou a iniciativa, no início de 2005, de abrir o debate sobre a oportunidade de uma Faculdade do Movimento Sindical. Ao longo de 2006, o DIEESE iniciou um trabalho com o objetivo de refletir sobre a possibilidade e construir a viabilidade de um projeto de faculdade do Movimento Sindical. Esse trabalho incluiu o estudo de experiências nacionais e internacionais de educação superior para trabalhadores. Também foram realizadas cinco oficinas de trabalho, com dirigentes e corpo técnico da entidade, para apresentação e discussão dessa idéia que já estava presente na criação do DIEESE. Finalmente, em outubro do ano passado, foi encaminhada a todas as entidades sócias do DIEESE uma consulta com o propósito de pensar a viabilidade, conhecer e analisar o que pensa o Movimento Sindical sobre um projeto de faculdade⁷.

O trabalho em 2007 iniciou-se com a organização e divulgação dos dados dessa consulta. Quase a metade dos dirigentes consultados diz nunca ter pensado no assunto e a maioria considera que o tema é novo e inovador, precisa de debate, de aprofundamento, de cuidados.

Tendo ou não pensado no assunto, todos os que responderam a consulta, pensaram no significado de uma Faculdade do Movimento Sindical, imaginaram possibilidades, expuseram suas idéias, dúvidas, receios, expectativas e convicções. O mesmo aconteceu nos debates e contribuições nas três Oficinas de Trabalho, realizadas em 2007, onde participaram dirigentes e assessores de todas as Centrais Sindicais, além de técnicos do Dieese, para pensar em um projeto de educação formal universitária dos trabalhadores e elaborar uma proposta de curso experimental a ser implementado em meados de 2008.

Esse relato traz um resumo das contribuições das três oficinas e a proposta de curso experimental que resultou desse processo de trabalho. Um processo aberto às diferenças e diversidade de visões e

⁶ Ribeiro, Renato J (org) Humanidades um novo curso na USP, São Paulo, Editora Usp 2001:12

⁷ ler o Anexo 1, *Pesquisa de Demanda* para conhecer o resultado dessa pesquisa.

proposições, o que enriquece e valoriza o debate, o trabalho de criação conjunta e as possibilidades de uma faculdade que ainda vai nascer.

2 - DEBATES, CONTRIBUIÇÕES E PROPOSTAS

O primeiro debate, realizado na Praia Grande em junho deste ano, foi pautado pelo resultado da consulta às entidades sócias do Dieese onde restrições ao modelo de faculdade existente servem para pensar uma faculdade dos trabalhadores. As contribuições dessa oficina estão na forma de diretrizes para a faculdade.

O segundo debate, realizado em São Paulo no mês de agosto, se organiza em torno de questões mais específicas para concretizar a idéia de faculdade, curso e formação, além das grandes questões que estiveram na primeira oficina. A contribuição aparece na forma de propostas para a faculdade e para um curso experimental.

O terceiro debate, no final de setembro, partiu da apreciação crítica das propostas elaboradas na oficina anterior e trabalhou no detalhamento e elaboração de uma nova versão de curso experimental que é apresentado, no final do texto, ainda como um esboço preliminar.

2. 1. Primeira Oficina de Trabalho – junho de 2007

Direção Nacional e técnicos do DIEESE

A faculdade que conhecemos é a faculdade que queremos?

Quando perguntados sobre a faculdade que interessa ao movimento sindical, na pesquisa-consulta realizada em 2006, uma parte dos dirigentes respondeu que a Faculdade do Movimento Sindical tem que ser diferente das que já existem.

Por que a faculdade existente não é desejável? Ou por que é desejável? Se queremos criar o diferente, precisamos conhecer o existente, para não criar o velho, achando que estamos criando o novo.

Nas críticas ao modelo existente e na afirmação da necessidade de formação dos trabalhadores, apareceram três visões:

- A formação que é dada àqueles que passam pela universidade não é a desejável para os trabalhadores: levanta a discussão sobre a concepção formativa desejável para os trabalhadores;
- O conhecimento produzido serve ao sistema e não aos trabalhadores: não despreza todo o conhecimento produzido nas universidades e levanta uma discussão sobre o caráter do conhecimento a ser produzido pelos trabalhadores;
- A terceira visão crítica considera que o modelo existente não está esgotado: há cursos e grupos nas universidades que respeitam o trabalhador, há, portanto a possibilidade de aperfeiçoar o que existe com propostas voltadas tanto para o conhecimento produzido quanto para a formação tradicional.

A primeira tentativa de pensar o significado da faculdade valoriza o conhecimento existente no próprio movimento sindical, citando o DIEESE como exemplo. A idéia de que o DIEESE acumula conhecimento,

desenvolve metodologia e pesquisa, faz formação, tem reconhecimento social enquanto instituição, confirma que a instituição está autorizada a realizar esse projeto. Mas qual projeto ?

Concordam, todos, que a faculdade não deve dar formação sindical. Isso o DIEESE já faz, como também fazem os sindicatos e as escolas sindicais. E foram lembrados outros centros de estudos que formam dirigentes sindicais. *A questão é como a Faculdade dos Trabalhadores poderá se distinguir desses centros acadêmicos que formam dirigentes?*

1 - Diretrizes considerando o novo versus o tradicional

“Temos que criar uma coisa nova. Por que o que existe não é voltado para o mundo do trabalho. As faculdades formam quadros para o trabalho, mas não para o mundo do trabalhador. Precisamos de uma faculdade para formar quadros para o movimento sindical ou para o mundo do trabalho. A visão pedagógica e metodológica da faculdade somos nós que vamos dizer”.

Diretrizes

- Criar o novo se concretiza na formação de quadros.
- Nova educação com a pedagogia do oprimido – pedagogia libertadora.
- Utilização da pedagogia Paulo Freire. Expressar essa pedagogia que é do trabalhador e do oprimido para libertar.
- A Faculdade do Trabalhador é um meio para luta, não é um fim.
- Acabar com a separação entre quem pensa e quem executa. Romper com diferenças entre pensar e executar.
- A história do trabalhador como parte da formação
- Difusão do conhecimento do próprio trabalhador.

2 - Diretrizes considerando as experiências positivas existentes

Entre as experiências citadas como positivas, estavam algumas Faculdades de Sociologia e o Cesit da Unicamp. Entretanto, o que estes cursos oferecem foi considerado insuficiente para as necessidades e o projeto de educação do movimento sindical. O Cesit discute a questão do trabalho no Brasil de forma aprofundada mas oferece um curso de extensão e não de graduação.

Diretrizes

- Sistematizar o conhecimento existente sob a ótica do trabalho.
- DIEESE tem credibilidade, história e memória. Ao lado de ser uma entidade técnica e ser uma instituição de ensino, pode ter o papel de articular esse saber na academia e fora da academia

no nível nacional e internacional.

- A faculdade, como instituição de ensino, tem que aproveitar a experiência do DIEESE e dos trabalhadores para articular esses saberes, dando maior densidade ao que está disperso na história.

3 - Diretrizes quanto a natureza pública da faculdade

Refletindo sobre a pergunta: *como, não sendo pública, a faculdade do movimento sindical pode ter uma natureza pública* consideramos que é possível ter uma faculdade pública no sentido de que o público não significa ser gratuito, mas é ter os princípios da coisa pública e da política pública. Precisamos buscar parceiros. Ter olhar crítico, com uma metodologia voltada para o mundo sindical que não traga o prato pronto. Ter gestão co-participativa: sociedade – movimento sindical – governo.

A diferença entre o público e o privado em termos de educação está

- no acesso à faculdade
- na maneira como vai se dar a produção do conhecimento
- na visão menos elitista
- no controle público por meio da formação de um conselho com vários setores da sociedade participando, mas tendo como central o movimento sindical.

Diretrizes

- Gestão co-participativa
- Controle público por meio de um conselho
- Conselho formado com presença do movimento social, trabalhadores e movimento sindical.

4 - Diretrizes com foco no conhecimento

- Produzir conhecimentos políticos e técnicos para os trabalhadores.
- Conhecimento político global na visão dos trabalhadores, a partir das experiências históricas que a sociedade tem passado.
- Conhecimento sobre o trabalho na perspectiva dos trabalhadores.
- Pensar o todo do trabalho na sociedade.
- O público na dimensão do sentido da produção. A tarefa do movimento sindical ainda é o ensino público, gratuito e disputando dentro de alguns princípios.
- Ajudar a construir laços de solidariedade entre trabalhadores nas experiências, seja a nível nacional, seja internacional.
- Trazer a experiência que o DIEESE já acumulou para servir como base para a faculdade.
- Não dá para abrir essa experiência para todos os trabalhadores, então abrimos como diretriz capacitar dirigentes sindicais para fazer intervenções nas políticas públicas. Inicialmente como primeiro passo seria para os dirigentes sindicais. Pensar as experiências locais para o Brasil

afora. Não tomar São Paulo como exemplo.

Por que podemos e devemos fazer um lugar que produz conhecimento? Por que esse lugar, essa escola, faculdade, é diferente da melhor universidade do Brasil?

A diferença é dada pela forma como esse conhecimento é produzido, dentro de um projeto político pedagógico. Por trás da idéia de faculdade, existe um projeto político dos trabalhadores. O conhecimento produzido nessa sociedade serve aos interesses de uma classe. Temos possibilidade de pensar esse conhecimento de outro ponto de vista. O conteúdo histórico é fundamental. A história é anulada do ponto de vista do capital. Existe disputa pela riqueza que é produzida nessa sociedade, que também é uma disputa pelo conhecimento.

2.2. Segunda Oficina de Trabalho – agosto 2007

Participantes indicados pelas Centrais e técnicos do DIEESE

Por que criar um projeto alternativo aos atuais centros de excelência? Onde os formandos dessa Faculdade vão se inserir após o processo de formação?

- Não temos que competir com outros centros de excelência (um conceito elitista).
- Temos que criar algo novo. Algo que reflita as necessidades e valores da classe trabalhadora
- Para onde vão os formandos? Vão fazer política, implementar projetos alternativos, pensar ações políticas – intervenção
- A faculdade seria para sindicalistas, trabalhadores e quem quisesse vir.
- Desafios – distinguir este projeto, uma faculdade/escola/centro que:
 - tenha capilaridade e incorpore pluralidade nacional/rural-urbano
 - debates por ramo de produção
 - negociar para que esse projeto se dê no espaço público
 - sistematizar o conhecimento dos trabalhadores e usar o conhecimento disponível da perspectiva dos trabalhadores
 - ter autonomia diante do conhecimento, ter elementos para poder aprender e outros para usar o conhecimento
- Algumas alternativas e questões:
 - Se a idéia é o poder político na sociedade, não é necessário curso de 2º grau para ter acesso a essa Escola, Centro, Faculdade
 - Certificação do conhecimento do participante é importante, mas mais importante é a qualidade do conhecimento produzido
 - A conquista da certificação faz parte de um processo de luta
 - O que é poder político na sociedade? Faculdade deve propiciar isso. Como aliar os projetos

coletivos aos projetos individuais ?

- Usar espaços públicos de discussão qualquer que seja o conhecimento abordado, tem a ver com um projeto coletivo – poder político na sociedade

Qual o projeto político pedagógico da Faculdade? Ou qual a orientação político metodológica, a concepção de homem, de mundo, da Faculdade?

6. importante que a formação seja a mais ampla possível, humanista, crítica, integral e não restrita a uma visão classista;
7. eventualmente poderia começar de forma mais ampla para depois ir para uma especialização
8. Combinar experiência vivida e o pensamento acadêmico – da maneira mais combinada e eficaz possível – fazer uma construção coletiva de conhecimento, levando em conta o grupo no processo de aprendizagem.
9. Trabalho multidisciplinar – olhar a questão em estudo de várias perspectivas diferentes
10. Qual o papel da especificidade da faculdade do movimento sindical em relação às outras que existem:
 1. a faculdade não deveria competir com as existentes, mas deveria ter uma especificidade própria
 2. se o público é o dirigente e o objetivo é ajudar nas lutas e nas políticas públicas, em que a faculdade seria diferente do PCDA que o Dieese já fez ?
11. Pode estar localizada em um local combinando cursos presenciais e à distância, com tarefas para casa.

O ensino oferecido vai ser competitivo com os melhores do mercado?

- Este ensino que estamos propondo existe no mercado? Vamos fazer igual ou vamos fazer diferente?
- O que a gente quer com esta faculdade ?
- Tem que ser um espaço reflexivo para transformar nossas práticas. Tem que ser uma faculdade diferente, porque se não, é melhor usar nossas energias para melhorar o que já estamos fazendo.
- Negar o ensino restrito à formação para o mercado de trabalho
- Iniciativa que contemple o nosso lugar na história, onde a gente está – questionando, resistindo, nos contrapondo à dominação ideológica
- Queremos uma Escola para pensar e conhecer o mundo. Que fortaleça a capacidade, visão e forma de organização dos trabalhadores
- Não queremos uma escola que separe quem pensa e quem trabalha
- Qual conhecimento a gente quer construir ?
- Estamos falando em grupos diversos: que a Escola seja um espaço de reflexão para as diversas formas de concepção do movimento sindical.
- Compromisso da Universidade com o movimento social e operário do país.

A faculdade seria diferente das que existem? Qual a originalidade da proposta dessa faculdade?

- Uma parte dos presentes considera que a formação e o diploma são para o mercado. Outra parte considera que o escopo da faculdade não é resolver problemas de mercado, é conscientizar o trabalhador porque ele é a peça fundamental na sociedade. Outros consideram que a discussão da faculdade deve se dar em torno da disputa do conhecimento na sociedade, pelo trabalhador.
- A criação de algo novo, diferente das faculdades que já existem, envolve o conhecimento e o sentido da faculdade que está nascendo:
 - Vai ser uma faculdade para abordar o conhecimento com profundidade – trabalhar temas complexos, com rigor acadêmico.
 - Deve ser diferente a concepção e a avaliação (deve ser processual).
 - Tem que ser turmas pequenas, se não, não conseguimos trabalhar estes temas de forma qualificada. Tratar de forma criativa questões complexas
 - Essa universidade tem que pensar o Brasil no mundo.
 - Não pode ter turmas fixas, currículos fixos e nem professores fixos.
 - Tem que ter um centro que além de produzir conhecimento produza conhecimento para intervenção política, por isso tem que ter abrangência nacional, rural/urbana.
 - O aluno é quem tiver interesse
 - Certificação – se for importante do ponto de vista político ter certificado, damos certificado.
 - O trabalhador tem que saber ler e escrever por que para entender de temas complexos ele tem que saber ler e escrever.
 - Não trabalhar com disciplina – Multisetorial, transversal.
 - A formação do trabalhador tem que ser poli - pluri - multi - interdisciplinar , ao contrário do que sempre foi.
 - Não tem desafio do conhecimento que o trabalhador não possa transpor. É papel dessa faculdade trabalhar as necessidades/lacunas que o trabalhador venha a ter. Isso junto com o processo de construção do conhecimento e avaliação processual do aluno,
 - Não ter um corpo docente fixo.
 - não ter formador nesta escola, são pessoas que tem conhecimento, com outras que tem conhecimento frente a um desafio a ser desenvolvido – para o país – não é ensinar um para o outro – temos que inventar uma linguagem nova para isso que está nascendo.
 - O desafio não é repensar o movimento sindical, é repensar a sociedade, aí o movimento sindical pode se repensar também.

Como um projeto para todo o país pensa sua estrutura e o financiamento?

- poderá ter vários espaços ao mesmo tempo que poderá ter uma equipe, um grupo, ter pessoas que articulam em prédios que já existem
- ser auto-sustentável - o sindicato tem dinheiro para tudo mas não para a formação. Importante a questão da sustentabilidade
- importante que o movimento sindical se preocupe com isso para que essa experiência não dure

pouco tempo.

- Sustentabilidade é um problema que nós temos que enfrentar, dentro do sistema nacional da educação, sendo uma universidade pública federalizada. O primeiro passo é ir para a disputa na sociedade. O movimento sindical entra nessa disputa mas não financia.

Propostas para um Curso Experimental

No sentido de ir além dos receios, dos problemas mencionados, das boas idéias, era preciso concretizar as idéias sobre a Faculdade que queremos, em uma *proposta de curso experimental*, embrião de uma Faculdade do Movimento Sindical.

Experimental no sentido de que se trata de uma experiência, de que deve realizar o projeto Faculdade, lidar com os problemas, indefinições e receios mencionados.

2.2.1.- Trabalho: história, arte e cultura

O curso teria foco no *Trabalho* recuperando discussões de:

- Identidade de classe
- História de lutas dos trabalhadores
- Metodologia / epistemologia

Sujeito do processo: Sindical : o público preferencial deverá ser de dirigentes ou trabalhadores ligados ao Movimento Sindical

Acesso:

- todo candidato deve escrever um *memorial* em que apresenta sua trajetória e inquietações.
- as indicações das Centrais e CONTAG. O memorial serviria como referencial para as Centrais indicarem ou selecionarem os participantes do curso
- co-responsabilidades das entidades sindicais para liberar o diretor e recursos
- não exigência de escolaridade (não ter escolaridade não é impeditivo para participar do curso)

Experimental no sentido de “Laboratório da Faculdade”

- no próprio curso discutir a construção da faculdade (experimental /formular bases da faculdade)

Percurso Formativo

Curso experimental "Trabalho: história, arte e cultura" seria realizado em módulos com:

- uma turma de 30 participantes que escolheriam/elencariam problemas (poderiam ser por temas, regiões, discussões setoriais, entre outros), relacionados com suas realidades locais, de cada entidade ou mesmo necessidades sócio-econômicas das regiões;
- cada *Problema* escolhido seria o ponto de partida para a realização de um *Projeto* (de pesquisa,

análise e produção de conhecimento) a ser apresentado no final do curso;

- os responsáveis pelos projetos em suas regiões ou setores (os 30 participantes do curso) podem e devem envolver outras pessoas e entidades na realização do *Projeto*, podendo chegar a um número próximo de 70 colaboradores em todos projetos (Participantes do curso: 30 da turma + 70 colaboradores);
- os *Projetos* são supervisionados e acompanhados *in loco* e à distância pelos coordenadores (DIEESE) da turma;
- todos receberiam certificados, porém com graus diferentes de envolvimento.

Objetivo do percurso proposto é descentralizar a discussão; agregar novas pessoas para participar; construir projetos de pesquisa da realidade.

Curso Modular

- Itinerante (não centralizado em São Paulo)

Certificação, Parcerias, Financiamento e Estrutura não foram debatidos

2.2.2. - Projeto experimental de reflexão/proposição de uma Universidade do Trabalhador

Intenção

Construção da Universidade do Trabalhador. É um espaço de produção e aquisição coletiva de conhecimento com a finalidade de propiciar ao trabalhador agir politicamente na sociedade buscando a sua transformação, através da perspectiva da classe trabalhadora.

Proposta

Desenvolver um projeto experimental de reflexão/proposição de uma universidade do trabalhador

Tema

Saber, Poder e Ação Política - deve ser tratado sem dissociar os três

Eixos estruturantes

- *Metodologia de pesquisa* que englobaria:

Antropologia, Sociologia, Análise Institucional, outros

- *Epistemologia*

- *Diferentes dimensões de análise*

Construir propostas com diferentes olhares: cinema, arte, literatura como produção de conhecimento e não como instrumento, ferramentas

- *Tecnologia da Informação*: compartilhamento de informações e conhecimento (compartilhar, socializar a formação e a informação: como circula a informação dentro do grupo, como pode sair fora)

Eixos Temáticos (flexíveis)

Ecologia, Política, Educação, Lingüística e outros temas mas o destaque é para a flexibilidade, no sentido de cada um buscar o conhecimento que naquele momento tenha mais a ver com seu projeto, que permita, ampliar sua análise.

Metodologia

- Leituras coletivas, individuais, presenciais e à distância;
- Debates presenciais e virtuais;
- Intercâmbio:
experiências similares sobre saber, poder e ação política
Imersão / vivências

- Registro da Produção:

- Textos escritos, filmagens, diferentes manifestações (que contribuam para a memória das produções desse experimento, dessa formação)
- Elaborar coletivamente uma proposta de uma Universidade do Trabalhador com base na experiências estudadas e na experiência desse curso
- Encontro ampliado para apresentação e discussão da experiência e proposta. Este seria o final do curso/projeto: os participantes deveriam promover um encontro que possibilitasse uma discussão ampliada com a sociedade (outros acadêmicos, trabalhadores, representantes de movimentos sociais) sobre o projeto elaborado.

Público

- Acadêmicos, dirigentes sindicais, trabalhadores e técnicos do DIEESE
- Não há corpo docente

Turma – 30 participantes

Crítérios para acesso

- Disponibilidade para acompanhamento (participar de todo o processo, continuidade)
 - Possibilidade de contribuição
 - O grau de escolaridade não é pré-requisito
- *Coordenação político pedagógica*
- *Autogestão*
- A carga presencial deve ser maior que a virtual
 - Curso experimental de 01 ano
 - Como a escolaridade não é pré-requisito, seriam oferecidos cursos ou oficinas que possibilitem a aprendizagem ou ampliação de alguns conhecimentos como leitura, escrita, matemática.

2.2.3 - *Construindo uma Universidade em Rede*

Objetivos

3. Tornar-se espaço de produção do conhecimento crítico, voltado para o processo de emancipação dos trabalhadores e de construção de hegemonia
4. Formar trabalhadores como sujeitos do processo de transformação da sociedade brasileira

Referências ou pressupostos gerais

Processo de construção coletiva do conhecimento

- Considera e incorpora no processo de construção do conhecimento tanto o saber “informal” ou “espontâneo”, vindo da experiência (senso comum), quanto o conhecimento “formal”, “acadêmico”.
- Acontece através da “troca de saberes”, numa relação simétrica, de quem aprende e ensina ao mesmo tempo.
- O processo é deflagrado pelos desafios com os quais o grupo se defronta.
- O itinerário do conhecimento é construído e reconstruído constantemente pelo grupo, não sendo predeterminado nem estruturado previamente em disciplinas.
- Possibilidade de recurso a múltiplas iniciativas e recursos: atividades presenciais, atividades à distância, leituras dirigidas, trabalho em grupo, focadas no desenvolvimento de um projeto (ou no desvelamento de uma questão fundamental ao projeto no qual o grupo esteja envolvido).
- Conhecimento voltado para uma formação ampla, humanista e crítica (transformadora), sem a preocupação de “formar para o mercado de trabalho”.
- A iniciativa dos trabalhadores não visa criar um espaço privado que substitua a função do Estado no campo do ensino superior.
- Ao contrário, o projeto deve se incluir, desde o início, no espaço público de construção de políticas educacionais, como alternativa de ensino superior.
- Neste sentido, deve negociar com o MEC recursos para financiar o desenvolvimento do projeto, visto como de interesse público.
- O projeto deve buscar seu reconhecimento e legitimidade como alternativa de ensino superior de caráter público.

Universidade em Rede: Justificativa

- A natureza e dimensão do projeto devem refletir a diversidade e amplitude das entidades sindicais envolvidas na sua construção (Centrais Sindicais e Dieese), tendo, neste sentido, um caráter mais amplo, plural e nacional.
- Ao mesmo tempo, deve contemplar questões de interesse regional e/ou setorial.

- Mesmo que sua construção seja processual (por etapas) e que o seu início seja modesto (dentro das possibilidades reais), é importante que o projeto tenha, na sua origem, na sua matriz, esta perspectiva mais ampla.
 - Assim como é importante que a projeção dessas etapas seja resultado de uma ação estrategicamente planejada.
 - Duração de dois anos.
3. Objetivo: construir o projeto da Universidade em Rede.
 4. Articula as iniciativas visando a construção do projeto (conhecimentos fundamentais à formulação do projeto e à estruturação da universidade em rede).
 5. Questões matriciais do projeto (concepção de educação, objetivos estratégicos, eixos temáticos estruturantes, metodologia, funcionamento em rede, certificação etc) são trabalhadas pelo conjunto de pessoas (dirigentes e corpo acadêmico) responsáveis pela sua implementação.
 6. 01 ano de duração
 7. No segundo ano, são trabalhadas, simultaneamente, a continuidade da produção de conhecimento em torno dessas questões matriciais e a elaboração de projetos, de caráter regional ou setorial (F1 A, B e C) que se constituirão nos primeiros embriões da rede.
 8. Fase se encerra com projeto geral da universidade elaborado e instituído, do ponto de vista formal.
 9. Em seu desdobramento, a rede se amplia, incorporando novos projetos regionais ou setoriais (Fase 2).

Considerações finais da Segunda Oficina

- Devemos fazer uma disputa para que isso seja uma política de Estado, esteja dentro do aparato do Estado e que não substitua a estrutura pública. Não se pretende ser um grande projeto de formação (massa), mas de formação de quadros para a disputa.
- Dificuldade de implementar alguns processos, principalmente a proposta em rede, já que vai ter que ter uma base política para constituir os grupos, dadas as características do movimento sindical compartmentado.
- Discussão sobre o envolvimento das centrais no projeto – vai além das centrais – a base política tem que ser maior do que do movimento sindical – sustentação política. O movimento sindical que está aí não tem representatividade
- Esse projeto é muito maior que o DIEESE e que o movimento sindical, é necessário envolver outros setores da sociedade, é uma necessidade para esse projeto acontecer. É claro que as centrais vão ser protagonistas desse projeto, se não ele não avança. Esse projeto é muito grande para a gente perder porque estamos só como um ator.
- Esse não é um projeto do DIEESE, o DIEESE é um órgão do movimento sindical, tem uma direção política do movimento sindical e um corpo técnico que desenvolve o trabalho. Todas as estratégias, opções, escolhas são opções discutidas pelo movimento sindical que faz a gestão do DIEESE.

2.3. Terceira Oficina de Trabalho – setembro 2007

Participantes da segunda oficina, participante da primeira oficina, mais 18 participantes indicados

pelos Centrais e técnicos do DIEESE

Essa oficina partiu da apreciação crítica das propostas elaboradas na oficina anterior e trabalhou no detalhamento e elaboração de uma nova versão de curso experimental. Os participantes da oficina produziram quatro propostas apresentadas, a seguir, com as explicações dos grupos.

2.3.1. Classe Trabalhadora e Mudanças do Trabalho no séc. XX

O objetivo geral do curso

- Subsidiar o projeto da universidade dos trabalhadores baseada na centralidade do trabalho na sociedade.
- O objetivo específico é refletir sobre o lugar do sindicato na sociedade atual, como localizamos o sindicato na sociedade que vivemos hoje.
 - para o hoje precisamos entender o ontem, a história desse ator e dessa sociedade atual que desenvolveu. O curso pensa a história.
 - o curso experimental, precisa ser uma experiência tanto para a formação do projeto da universidade que estamos discutindo, como para experimentar a reação sobre o Movimento Sindical, visualizar o impacto dele.
 - o *conhecimento* produzido aqui é o conhecimento sobre a classe trabalhadora, diante das mudanças na estruturação do trabalho no século XX, com vista a atuação sindical em uma reflexão técnico-humanística. O conhecimento que nós vamos produzir neste curso está relacionado às mudanças na classe trabalhadora e a atuação sindical;
 - a ação sindical diante dessas mudanças o que produz? A reflexão técnico-humanística seria pensar a organização do trabalho numa perspectiva mais humana do que capitalista. A idéia de que a organização do trabalho intensifica a exploração técnica, a organização do trabalho, intensifica a exploração do trabalhador, tornando mais máquina. E nós precisamos pensar a organização do trabalho para poder atuar sobre ele.

Como as pessoas serão formadas nesse curso?

- A metodologia através do processo de mediação entre o conhecimento socialmente acumulado e o conhecimento dos participantes.
- processo de conhecimento de forma não fragmentada, garantida por contextualização histórica/local.
- Exemplo: os participantes desse curso são pessoas que têm uma história, que é uma história de militância e serão trazidas para a dinâmica do curso *O que é o socialmente acumulado*, formal, que ao longo do processo serão incorporadas experiências: “conexão dos saberes”, pesquisas, estudos acadêmicos. A experiência trazida para o curso seria pensada em relação ao conhecimento que está organizado, acumulado socialmente, pela academia, pesquisadores, por instituições de estudo. O processo de conhecimento, de formação não fragmentada é garantida pela contextualização histórica e local.

Duração do curso:

- Não inferior a um ano, por que o tempo está diretamente relacionado com a organização do curso, com a metodologia da produção de conhecimento, com esse conteúdo e com esse objetivo,
- Em *um ano ele seria formatado de maneira mista*,
 - entre momentos presenciais, na escola, sala de aula
 - o momentos não presenciais, tempo comunidade, monitorado, para: leituras, debates regionais e locais, e pesquisas, instrumentos virtuais para esse processo formativo. Para fazer uma pesquisa mais participante para socializar essas ferramentas. Monitorar para não haver uma pressão pela indisciplina com a formação, com o aprendizado, com a educação, acompanhando e ampliando da produção de conhecimento, pensando que o objetivo é ver o lugar do sindicato na sociedade atual, pensar as mudanças no contexto do mundo do trabalho sobre a atuação sindical, iria nuclear a produção do conhecimento.

Quem participa dessa experiência?

- dirigentes sindicais como público por que se trata de um curso experimental, precisamos garantir um grau de governabilidade maior sobre os participantes. Precisamos ter uma experiência que não tenha fracasso, evasão ou outros quaisquer no percurso.
- Ter dirigentes novos e dirigentes antigos, cota de gênero, de mulheres, para composição desse grupo, e a diversidade de raça, orientação sexual, equilíbrio entre setores urbano e rural, deve estar contemplado nessa composição do primeiro grupo.

qual critério de acesso?

- grau de compromisso e disponibilidade para participar do curso inteiro.
- Co-responsabilidade das centrais e da CONTAG na indicação e viabilidade da participação efetiva dos e das indicadas.

O que vai ser instituído?

- Vai ser definido por uma avaliação do curso produzida pelos formuladores da idéia do curso e pelos participantes estudantes depois de um ano.

2.3.2. Trabalho : Saber, Poder, Ação Política

Objetivos do curso:

- Configurar a proposta da Faculdade Sindical que o grupo experimental vai ajudar a pensar;
- fazer essa discussão do ponto de vista político-pedagógico

- fazer a sistematização desse olhar para a experiência com duas dimensões: a temática e a pedagógica.
- ser um embrião de um espaço de construção coletiva do conhecimento, que negue o repasse, a reprodução, a transmissão, que negue que tem alguém que sabe mais e que tem alguém que sabe menos.
- Ser um espaço de construção coletiva que vai explicitar a pluralidade dos saberes, os múltiplos conhecimentos que o grupo traz, possibilitando o rompimento do paradigma do conhecimento institucionalizado como único.
- ser embrião de um espaço de elaboração das ações, porque nós estamos o tempo todo dialogando com a realidade, dialogando com algumas outras reflexões, mas a nossa idéia é que sirva também para ajudar a planejar, para ajudar a pensar as ações políticas no mundo sindical.
- Possibilitar um diálogo entre as dificuldades, necessidades e desejos: participantes do grupo como um todo, não somente os educandos, como também os coordenadores pedagógicos, os outros dirigentes refletindo a experiência, mas que seja um espaço de diálogo para todos esses pontos.
- Superar os valores do capitalismo: da educação formatada pelo capitalismo reproduz, de hierarquia, de formação de subalternos. Afirmar valores como da solidariedade, da autonomia e o da transformação, que são um pouco suprimidos da agenda dos valores capitalistas;

Que conhecimento vai ser produzido

- o conhecimento pautado numa identidade de classe na centralidade do trabalho. Não era consenso que a centralidade ser no trabalho, ser no gênero, não era consenso que isso era dissenso.
- Conhecimento como expressão da liberdade, da autonomia e da transformação.
- “Trabalho: Saber, Poder, Ação Política”: dimensão temática, teórica, prática e a dimensão pedagógica, que é a de configuração da proposta da Faculdade Sindical,

Público do curso

- público sindical - indicado pelas centrais,
- uma turma nacional, que vai ser formada a partir do compromisso das entidades e das pessoas, tanto as centrais quanto as pessoas que vão participar dessa experiência têm que se comprometer,
- os participantes têm que conhecer o que está sendo demandado e concordar ;
- é preciso ter/criar um instrumento de concordância.

Duração do curso :

- 12 meses - período mínimo: uma semana a cada dois meses de aulas presenciais
- carga horária:
 - presencial, 200 horas no mínimo,
 - pesquisa de campo no mínimo 200 horas.

- no mínimo porque 12 meses dá 200 horas,
- se for 18 pode chegar a 300 horas, a carga horária de uma especialização.
- A cada semestre uma avaliação balanço
- pesquisa de campo, a partir do problema escolhido, então podemos ter várias pesquisas, e o processo vai apontar alguns problemas que precisam ser aprofundados e serão objeto de pesquisa dos educandos e das educandas.
- pesquisa é orientada, pode ser orientada tanto pelo grupo, por outras pessoas do grupo, ou por alguma outra pessoa de fora convidada, que reúna mais subsídios ou mais condições de orientar e de apoiar essa pesquisa;
- discussão sobre a metodologia dessa pesquisa nas aulas presenciais
- quem estiver pesquisando na própria ação sindical pode, diariamente coletar informações da sua pesquisa dentro da própria atividade sindical.
- avaliação com todo o grupo, com a coordenação, sobre os rumos dessa experiência, pensar o que a gente está fazendo, de redirecionar algumas coisas práticas, de planejar algumas outras questões, de incorporar as novas questões que vão sendo também construídas

O que vai ser instituído:

- será instituído um espaço de construção. Utilizamos o termo “espaço” por que discutimos: é escola? é faculdade? é universidade? mas não chegamos em uma conclusão definida, optamos por trabalhar com espaço.

2.3.3. Os Trabalhadores e a Política

Objetivo do curso

- formular as bases para a criação da Faculdade do Movimento Sindical;
- formular as bases para os saberes da política para produzir mudanças.

Conhecimento produzido

- ausência de diretividade no processo de construção do conhecimento
- em um campo de formação dos trabalhadores em política, numa faculdade do Movimento Sindical, que teria uma área voltada para a formação dos trabalhadores em política,
- oferecer conhecimentos necessários para alcançar os princípios fundamentais da formação humanista e crítica, tais como:
 - base de filosofia - como se aprende e se constrói conhecimento;
 - linguagens fundamentais (escrita, matemática, informática);
 - contato com diversas realidades (rural / urbano, setorial, regional)

campo de atuação:

- formação sindical;
- gestão de políticas públicas;

- assessoria parlamentar;
- pesquisadores.

Duração

1 ano com possibilidade de aprofundar / alargar.

Público do curso

- Dirigentes sindicais indicados pelas centrais. Esse trabalhador vem com um repertório de vida, de conhecimento do seu mundo do trabalho, para fazer os questionamentos, observar, porque o mundo está aí, e muitas vezes o mundo parece que é exatamente o que sempre foi ou que não existem outras opções.

Proposta e concepção formativa

- contato de diversas realidades, rural e urbano, setorial e regional, ter questionamentos que ele nunca teria estando no setor urbano ou vice-versa,
- abre um campo novo para a formação dos trabalhadores em política;
- Percurso formativo: questões geradoras, conteúdo e itinerário

Exemplo do percurso formativo: os dirigentes chegam no curso sabendo que querem trabalhar nessa área, nesse tema. O curso pode partir de notícias de um programa de TV : (a) eleições nos EUA, (b) reforma da previdência na França e a contestação da CGT e (c) o PMDB e o toma lá da cá no Brasil e perguntar o que existe de comum entre elas? Isso nos leva a pensar uma área de conhecimento que nos interessa? Os trabalhadores participam desse processo? Qual o papel do movimento sindical nessas transformações?

A partir desse questionamento, localizamos nosso grande campo de estudo. O que é a política, o mundo da política e a ação dos trabalhadores na política. O que seria importante pros trabalhadores no campo da política? O que seria interessante aprofundar, em termos de conhecimento? Há possibilidade deles intervirem na política pra mudar a sociedade? Assim dialogamos com as expectativas, fazemos essa reflexão e começamos o processo de produção do conhecimento - identificamos o campo de reflexão e as questões geradoras. Quais são as questões que despertam o interesse dos trabalhadores com relação a esse tema? Fazemos e recolhemos questões. Ao fazer essas interrogações, estaríamos identificando as questões que movem o interesse , a curiosidade do pessoal sobre o tema.

Uma pergunta se desdobra em várias outras, fazemos as conexões de sentido entre uma pergunta e outra: Mudou o modo de fazer política no Brasil? Isso leva a gente a ver como era a política na primeira republica, segunda republica e hoje em dia. O processo inicia com a definição dos conteúdos pra poder responder aquelas perguntas e a construção de um itinerário formativo. Nós vamos ficar um ano sobre essas questões. O que vamos fazer com relação a elas? Como construir o conhecimento? O que fazer na sala de aula e fora da sala de aula? Como vai ser o processo? Como a gente vai ser avaliado? Que conhecimento novo a gente vai produzir? Os estudantes podem sugerir. Se os eixos são esses, seria interessante criarmos um observatório de notícias, pra acompanhar as notícias que dizem respeito aos temas? Ou podem querer mudar a situação que nós vivemos hoje. O trabalhador vai ser sempre

explorado? Sempre dominado? É possível mudar essa situação? Como vai se dar essa mudança. O que eu tenho que saber sobre política para saber até onde vai a nossa ação? Vamos pensar até onde você consegue mudar essa questão da exploração do trabalho pela ação sindical. Você luta, faz greve, negocia, faz um acordo...chega até no contrato coletivo do trabalho...vai acabar a exploração? Não, por quê?...O que isso tem a ver com a política? Nós vivemos em qual sociedade? Uma sociedade que é capitalista.. mas onde surgiu isso? Aonde a coisa foi amarrada de tal forma que a exploração não acaba, o que foi a montagem dessa sociedade burguesa. Como foi feita a revolução industrial e as revoluções burguesas. Isso pode ser um itinerário, debruçar sobre as revoluções burguesas, pra entender como se constituiu o estado burguês, a economia burguesa e a exploração do trabalho assalariado..se o pessoa achar que tem ler mais...vamos ler algo pra entender essa coisa...é possível romper com essa estrutura?

Resumindo: não é que não tenha currículo, tem currículo mas ele não é montado previamente. Pra ser formador nesse programa, a pessoa teria que ter uma formação política sólida para navegar nesses temas e aceitar os desafios postos pelos educandos e navegar com eles. Ter a humildade de dizer 'esse tema eu não conheço bem, mas vamos pesquisar juntos, vamos atrás de quem conhece". Como esse conhecimento seria acumulado? Como dar visibilidade a esse conhecimento: fazer a divulgação do nosso conhecimento, produzir um jornal sobre o tema, fazer um vídeo, um pequeno texto de crônicas. Vamos colocar no *power point*, usando imagens, de tal maneira que as pessoas podem usar, ou então num site na internet. Ou seja, seria uma trajetória construída assim, do ponto de vista dos recursos seriam os mais variados, do ponto de vista da avaliação seriam produtos que poderiam ser utilizados pelos alunos e de um processo que acompanha o pessoal na trajetória. Não seria um processo de transmissão de conhecimento. Seria um processo de construção onde você estimula a curiosidade, a autonomia de conhecimento, socializa o conhecimento. Para fazer isso não basta ter uma idéia do que deve ser uma faculdade, tenho que ter uma concepção clara e saber construir-la.

2.3.4. Proposta 4 de Curso Experimental

O objetivo desse nosso curso

- vivenciar a faculdade a partir dos valores de classe trabalhadora, valores desejáveis e valores existentes. Esse vivenciar a faculdade é independente do objeto que tenha sido escolhido, do tema por que o objetivo principal seria testar a viabilidade de um projeto faculdade.
- Vivenciar os valores: respeito a diversidade, autonomia e emancipação, respeito ao outro, solidariedade, respeito a condição humana, coletividade, e o respeito ao dissenso .

que conhecimento produziria esse curso?

- abrir possibilidade
- a socialização do conhecimento humano, conhecimento entendido aquele conhecimento acumulado socialmente.
- conhecimento para ação transformadora.
- um conhecimento que envolva um aspecto critico que ele tenha a capacidade de avaliar criticamente, entender o que existe, por que existe, o que é da perspectiva do trabalhador e o que não é, construir a partir dos conhecimentos individuais dos trabalhadores e também através das

suas experiências coletivas.

Como as pessoas vão ser formadas?

- A partir das experiências individuais e coletivas do sujeito entendido como participante, a partir de diversas metodologias que estejam de acordo com os valores mencionados no início, não seria utilizada apenas uma metodologia, seriam várias de acordo com cada momento daquele processo formativo.

Duração

- Um ano considerando o aprendizado é individual e tem os diversos fatores que influenciam no tempo de cada.
- Tutoria para uma pessoa analfabeta aprender a ler e escrever ou para uma pessoa que não sabe mexer no computador .

A sistematização da Proposta de Curso Experimental

Terminada a terceira oficina, representantes das quatro propostas se reuniram com técnicos do Dieese para a sistematização da proposta de curso experimental.

As quatro propostas foram lidas, discutidas nas semelhanças, convergências, nas diferenças de ênfases e de sentido das expressões usadas nos textos. Dessas leituras resultou a formulação de uma proposta que contém as contribuições temáticas e formativas das quatro propostas apresentadas.

O texto da Proposta de Curso Experimental, apresentado a seguir, foi composto a partir do registro das contribuições das três oficinas. Trata-se de uma versão provisória para leitura e comentários dos participantes antes da última versão.

A versão final do projeto de curso experimental, referenciado e fundamentado segundo as exigências do convênio firmado com o MTE , está em elaboração.

3 - PROPOSTA DE CURSO EXPERIMENTAL

Trabalhadores, Política e Desenvolvimento ***- versão sistematização das oficinas***

A Faculdade do Movimento Sindical é um espaço de produção e aquisição coletiva de conhecimento com a finalidade de propiciar ao trabalhador agir politicamente na sociedade buscando a sua transformação, através da perspectiva da classe trabalhadora.

A Faculdade do Movimento Sindical, sendo um projeto dos trabalhadores

- deverá se distinguir pela sua produção, como um centro de ensino e pesquisa que reflita as necessidades e valores da classe trabalhadora, sem competir mas cooperando com outros centros de excelência existentes dentro e fora do país.

- deverá se incluir, desde o início, no espaço público de construção de políticas educacionais, como alternativa de ensino superior. A iniciativa dos trabalhadores não visa criar um espaço privado que substitua a função do Estado no campo do ensino.

- deverá lutar para estar dentro do sistema nacional da educação, o que envolve alguns desafios, encaminhamentos e negociações que o movimento sindical precisará enfrentar nesse processo.

Nesse sentido, o curso experimental tem a perspectiva de formular as bases para a criação da Faculdade do Movimento Sindical, sabendo que sua construção será processual e dentro das possibilidades existentes. O curso é experimental como laboratório da faculdade e como temática formativa por isso poderá ser repensado, modificado durante o seu andamento, com a participação dos estudantes - um grupo particular de trabalhadores sindicalistas - indicados pelas Centrais.

O curso poderá propiciar a descoberta da política como área de conhecimento. Pensar o que isso significa para trabalhadores que vão fazer política, implementar projetos alternativos, pensar ações políticas e a intervenção. Como essa área de conhecimento propõe aos trabalhadores a produção de conhecimento sobre o que é poder político na sociedade? Qual o papel do movimento sindical nas transformações que a sociedade brasileira precisa ?

O curso envolve estudo, pesquisa e o uso do conhecimento disponível, da perspectiva dos trabalhadores, para possibilitar que o trabalhador tenha autonomia diante do conhecimento, tenha elementos para aprender e outros para usar o conhecimento. A proposta formativa é multidisciplinar, mobiliza conhecimentos de várias áreas, recusa a departamentalização acadêmica do conhecimento, considerando que aos trabalhadores interessa produzir um conhecimento histórico, não fragmentado, da sua perspectiva.

O estudante desse curso compõe seu itinerário formativo a partir de seu projeto de estudo e pesquisa, sem se restringir a um currículo prévio. Assim, poderá conciliar projeto pessoal e coletivo, podendo dirigir sua formação visualizando várias áreas de atuação: na formação sindical, na gestão de políticas públicas, na assessoria parlamentar, na pesquisa.

O curso está voltado para a formação intelectual de quadros do movimento sindical, para o domínio de várias linguagens que possibilitem ao trabalhador entender o mundo em rápida transformação e intervir na realidade brasileira. A proposta parte da afirmação de que não há desafio do conhecimento que o trabalhador não possa transpor.

A realização desse Projeto, como a conquista da certificação, fazem parte de um processo de luta.

Objetivos:

- produção e aquisição do conhecimento crítico, da perspectiva da classe trabalhadora.
- formar trabalhadores como sujeitos do processo de transformação da sociedade brasileira
- 5. formular as bases para a criação da Faculdade do Movimento Sindical;
- 6. fazer a sistematização da experiência formativa do curso com duas dimensões: a temática e a pedagógica.

Objetivos específicos:

- formular as bases para os saberes da política para produzir mudanças.
- 7. refletir sobre o lugar do sindicato na sociedade em que vivemos,
- 8. Subsidiar o projeto da escola dos trabalhadores com base na centralidade do trabalho na sociedade,
- 9. explicitar a pluralidade dos saberes, os múltiplos conhecimentos do grupo
- 10. possibilitar o rompimento do paradigma do conhecimento institucionalizado como único.
- 11. ajudar a planejar, a pensar as ações políticas no mundo sindical.

Referências ou pressupostos gerais

- A metodologia produz conhecimento e aprendizagem através do processo de mediação entre o conhecimento socialmente acumulado e o conhecimento dos participantes.
- processo de conhecimento de forma não fragmentada, garantida por contextualização histórica/local.
- Conhecimento voltado para a formação humanista, crítica, integral sem a preocupação de “formar para o mercado de trabalho”.
- Combinar experiência vivida e o conhecimento acadêmico no sentido de propiciar uma produção coletiva de conhecimento da perspectiva do trabalhador no processo de aprendizagem.
- Trabalho multidisciplinar – olhar o problema em estudo de várias perspectivas diferentes oferecendo conhecimentos necessários para alcançar os princípios fundamentais da formação humanista e crítica,
 - Considera e incorpora no processo de construção do conhecimento tanto o saber tácito quanto o conhecimento formal acumulado em várias áreas do conhecimento.
 - O processo é deflagrado pelos desafios com os quais o grupo se defronta.
 - O itinerário do conhecimento é construído e reconstruído constantemente pelo grupo, não sendo predeterminado nem estruturado previamente em disciplinas.

- Possibilidade de utilização de múltiplas iniciativas e recursos: atividades presenciais, atividades à distância, leituras dirigidas, trabalho em grupo, focadas no desenvolvimento de um projeto ou no desvelamento de uma questão fundamental ao projeto no qual o grupo esteja envolvido.
- O projeto deve buscar seu reconhecimento e legitimidade como alternativa de ensino superior de caráter público.

Primeira Turma : 30 participantes

Duração : 2 anos

Seleção dos candidatos ao curso:

Os participantes desse curso serão trabalhadores, dirigentes sindicais que têm uma história de vida e de militância, um repertório de conhecimento do seu mundo do trabalho, que será trazido para a dinâmica do curso.

Os candidatos selecionados para esse primeiro curso vão compor uma turma nacional que deverá ser formada a partir do compromisso das entidades e dos participantes, com o Projeto.

Os participantes do curso serão indicados pelas Centrais, observando alguns critérios:
todo candidato deverá escrever um *memorial* em que apresenta sua trajetória e inquietações e explica por que é candidato ao curso.

o memorial servirá como referencial para as indicações dos participantes do curso

o candidato deverá ter disponibilidade para participar de todo o processo com continuidade

Ter possibilidade de dar contribuições

conhecer o que está sendo demandado pelo curso e concordar com isso

Ter a co-responsabilidades das entidades sindicais para liberar o diretor e recursos

Saber ler e escrever

O grau de escolaridade não é pré-requisito para participação mas o segundo grau é exigência para a certificação.

Proposta de organização do curso:

Curso experimental terá dois anos de duração:

O curso se organiza, nos dois anos, em torno do projeto de estudo e pesquisa dos estudantes.

- *No primeiro ano*, o curso articula iniciativas de estudo e pesquisa dos estudantes e conhecimentos fundamentais para a construção do projeto Faculdade:

- Seleciona problemas e temas que darão origem aos projetos de pesquisa voltados para a ação. Cada estudante escolhe um problema ou tema, relacionado com sua realidade, entidades ou região. Cada problema escolhido seria o ponto de partida para a realização de um projeto de estudo e pesquisa a ser apresentado no final do curso.
- O estudante desse curso compõe seu itinerário formativo.
- O programa do curso envolve o tratamento multidisciplinar dos problemas escolhidos pelos estudantes rompendo as barreiras das disciplinas, ao mesmo tempo que o problema escolhido poderá provocar diferentes desdobramentos e abordagens relacionados ao projeto de pesquisa.
- A temática ampla do curso se desdobra no estudo de temas como:
 - O século XX e as mudanças no mundo do trabalho
 - O papel do sindicalismo na sociedade atual
 - As relações entre saber, poder e ação política
 - A crítica da divisão social do trabalho
 - Estado, políticas públicas e ação sindical
- *No segundo ano*, serão trabalhadas, simultaneamente, a continuidade da produção de conhecimento em torno das questões matriciais da Faculdade e os projetos de estudo e pesquisa. O segundo ano se encerra com o projeto geral da Faculdade elaborado e instituído do ponto de vista formal.
 - O conhecimento produzido pelo projeto de estudo e pesquisa de cada estudante, será apresentado no final do curso;
 - Existe a possibilidade dos participantes do curso envolverem outras pessoas e entidades na realização do projeto.
 - O projeto de pesquisa poderá ser orientado, tanto pelo grupo, por uma pessoa do grupo ou por pessoa de fora convidada, que reúna mais subsídios ou mais condições de orientar e de apoiar essa pesquisa;
 - Aulas presenciais também servirão para fazer uma discussão sobre a metodologia dessa pesquisa e do Projeto Faculdade.
- Nos dois anos serão abordadas questões que fundamentam a concepção formativa, a metodologia de pesquisa, a concepção de educação, os objetivos estratégicos, eixos estruturantes, funcionamento, além da criação de novas formas de estudar e refletir, envolvendo estudantes, acadêmicos e responsáveis pela implementação do Projeto Faculdade,
- A avaliação sobre os rumos da experiência, com todos os participantes e com a coordenação, para pensar, redirecionar práticas, planejar, incorporar novas questões, também será processual.

Registro da Produção:

- A produção dos estudantes, escrita, áudio-visual, plástica, deverá compor o acervo da Faculdade para ser utilizado e divulgado nacionalmente
- Textos escritos, filmagens, diferentes manifestações (que contribuam para a memória das produções desse experimento, dessa formação)
- fazer a divulgação do conhecimento dos trabalhadores, escolhendo entre várias possibilidades como produzir um jornal sobre os temas, um vídeo, texto de crônicas, colocar a produção num site na internet entre outros.
- Registro coletivo de uma proposta de Faculdade/Universidade do Trabalhador com base na experiência desse curso.

Andamento do curso

- O curso será presencial no primeiro ano por impossibilidade de desenvolver uma proposta formativa EAD no curto prazo.
- Carga horária presencial em sala de aula maior no primeiro ano e menor no segundo ano, quando a carga horária será maior para as atividades relacionadas ao projeto de pesquisa.
- Quadro de professores convidados a partir do programa, que atenda aos diferentes interesses dos estudantes.
- O curso exige tempo para atividades de estudo e pesquisa de forma individual ou coletiva. Tempo para leituras e atividades culturais e de orientação do projeto individual.
- O conhecimento produzido pelos projetos de estudo e pesquisa de cada estudante, será apresentado no final do curso. Existe a possibilidade dos participantes do curso envolverem outras pessoas e entidades na realização do seu projeto, ampliando a participação no curso.
- Todos os envolvidos no curso experimental estarão contribuindo para elaborar uma proposta de Faculdade/Universidade do Trabalhador com base nas experiências estudadas e na experiência desse curso.
- Encontro ampliado para apresentação e discussão da experiência e proposta. Este seria o final do curso: os participantes deveriam promover um encontro que possibilitasse uma discussão ampliada com a sociedade (outros acadêmicos, trabalhadores, representantes de movimentos sociais) sobre o projeto elaborado.

Gestão do Curso:

- Gestão co-participativa
 - Coordenação Político-Pedagógica que acompanha o andamento e implementa o curso
 - Controle público por meio de um conselho
 - Conselho formado com presença do movimento social, trabalhadores e movimento sindical.

Certificação:

- Os estudantes que concluem o curso recebem um certificado da instituição de ensino onde o curso estiver abrigado.
- O certificado do curso experimental poderá ser validado como créditos para a conclusão de um curso de graduação da Faculdade dos Trabalhadores quando esta estiver instituída.
- O estudante formado domina linguagens que permitem a ele, ler a realidade de forma crítica e multidisciplinar.
- Com os conhecimentos do curso os dirigente formados estarão preparados para atuar em várias áreas: formação sindical, gestão de políticas públicas, assessoria parlamentar, pesquisa.

Contatos institucionais para viabilização do curso experimental:

Estão em andamento os contatos com instituições públicas de ensino para que o curso experimental venha a ser realizado em uma universidade pública estadual ou federal na cidade de São Paulo. Entre os contatos realizados estão:

- Pró-reitora de graduação da Universidade de São Paulo
- Diretor da EACH da USP Leste
- Coordenadora acadêmica da área de humanas da Unifesp
- Coordenador do Laboratório de Políticas Públicas da UERJ
- Pró-reitoria de graduação da Universidade de Campinas
- Núcleo de Estudo Educação e Trabalho da Faculdade de Educação da USP

Anexo 11 - ESCOLA DE ENSINO SUPERIOR PROJETO

RESUMO EXECUTIVO

- A Escola de Ensino Superior se institui para o ensino e pesquisa em *Trabalho e Desenvolvimento* com um projeto de intervenção propositiva que reflete necessidades e valores da classe trabalhadora;
- Curso de graduação em nível superior instituído pelo DIEESE e pelas Centrais Sindicais brasileiras;
- O curso proposto deverá se incluir no espaço público de políticas educacionais como alternativa de ensino superior;
- Áreas de conhecimento: Humanidades, Educação e Ciência e Tecnologia;
- Bacharelado Interdisciplinar *Trabalho e Desenvolvimento* com duração de três (03) anos;
- Licenciatura: complementação de um (01) ano após o bacharelado;
- Bacharel com especialização: complementação de dois (02) anos após o bacharelado interdisciplinar;
- Processo de ingresso na graduação a ser criado dentro de parâmetros não elitistas e não seletivos para a democratização do acesso;
- Corpo docente multidisciplinar identificado com o projeto da Escola em que os trabalhadores serão sujeito e não objeto de conhecimento;
- O processo de constituição da Escola de Ensino Superior se inicia em meados de 2008 por meio de um curso experimental de dois (02) anos de duração, com duas turmas de estudantes provenientes do Movimento Sindical;
- Os estudantes que participarem do *Curso Experimental Interdisciplinar* por dois anos poderão complementar essa formação e obter o diploma de bacharel.

APRESENTAÇÃO

Esse texto relata, brevemente, o processo de construção da Escola de Ensino Superior dos Trabalhadores até o momento. Um processo desencadeado por iniciativa do DIEESE, em 2005, por ocasião da comemoração de seus 50 anos, que responde à demanda do Movimento Sindical por uma formação de nível superior permanente, de qualidade e da perspectiva da classe trabalhadora.

A primeira parte do texto destaca a pesquisa e a educação na trajetória do DIEESE e a transição da formação sindical para a formação de nível superior. Na segunda parte apresenta as definições do projeto em construção, com previsão para iniciar uma experiência piloto em meados de 2008.

DIEESE : PESQUISA E EDUCAÇÃO

O DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos - é uma entidade produtora de conhecimento, criada e mantida pelo movimento sindical brasileiro para desenvolver atividades de pesquisa, assessoria e educação.

A história da entidade começou, oficialmente, em 22 de dezembro de 1955, quando um grupo de 21 dirigentes sindicais de São Paulo decidiu construir um organismo próprio dos trabalhadores, não previsto pela estrutura sindical, com o objetivo de produzir dados que embasassem suas negociações com o patronato.

Fundado há 51 anos, o DIEESE é um órgão unitário do movimento sindical brasileiro que realiza estudos e pesquisas, produz e difunde conhecimento e informação sobre o trabalho em um contexto multidisciplinar, tendo como instrumento de análise o método científico, a serviço dos interesses da classe trabalhadora.

A partir da última década de 70, o DIEESE tornou-se uma entidade nacional. Atualmente está formalmente instalado em 16 unidades da federação e em 30 grandes entidades sindicais, por meio de subseções. O quadro de sócios da instituição gira em torno de 500 entidades sindicais, entre as quais estão a Central Única dos Trabalhadores – CUT, Força Sindical, Central Geral dos Trabalhadores do Brasil – CGTB, União Geral dos Trabalhadores – UGT, Nova Central Sindical de trabalhadores – NCST e Coordenação Nacional de Lutas – Conlutas.

Além do trabalho feito diretamente para o movimento sindical, o DIEESE tem celebrado convênios com o governo federal - em especial com o Ministério do Trabalho e Emprego; com governos estaduais entre os quais se destaca a Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED - realizada em seis capitais em conjunto com instituições dos governos dos estados de São Paulo, Rio Grande do Sul, Distrito Federal, Minas Gerais, Bahia e Pernambuco. Finalmente, vários municípios têm contratado o DIEESE para trabalhos de pesquisa e formação. Os trabalhos executados para órgãos governamentais abordam não só temas de interesse estrito dos trabalhadores, mas também aqueles voltados para as necessidades da sociedade como um todo.

As transformações no mundo do trabalho ampliaram a atuação do DIEESE que, recentemente, estendeu à toda a sociedade o acesso a dados, informações e conhecimentos produzidos, por meio do sítio www.dieese.org.br

As razões que motivaram a fundação do DIEESE se mantêm, mas os objetos de estudo e trabalho da entidade ganharam novas dimensões acompanhando as mudanças sociais e econômicas que ocorreram no Brasil nos últimos 50 anos. No início, o principal objetivo da instituição era a produção de um índice que permitisse avaliar o comportamento dos preços, para se contrapor a dados oficiais apresentados pelos empresários nas negociações coletivas. Ao longo do tempo essa atividade se diversificou. Hoje o emprego e o trabalho, a renda, a negociação coletiva, o desenvolvimento e as políticas públicas são os temas prioritários que mobilizam as áreas de pesquisa, assessoria e educação do DIEESE.

Em 1955, os sindicatos fundadores do DIEESE ao escolherem o nome de *Departamento* para seu novo órgão técnico, pretendiam que este fosse o primeiro departamento de uma Universidade do Trabalhador que seria construída pelo movimento sindical brasileiro. De fato, desde o início o DIEESE aliou a produção de conhecimento a atividades informais de educação para dirigentes sindicais. A educação, como área do DIEESE, está calcada no projeto político da classe trabalhadora, e considera a formação de adultos como a possibilidade de produção e de apropriação de um conhecimento que responde aos interesses dessa classe, visto que vivemos em um mundo "(...) *no qual o vínculo entre o saber e o poder tornou-se indissolúvel (...)*".(1) O conhecimento, que nasce na atividade formativa, é produzido pela e para a classe trabalhadora e visa a transformação de sua realidade concreta.

Uma pesquisa realizada em 1979 com o movimento sindical, e que teve resultados apresentados aos sócios do DIEESE em um seminário no ano seguinte, revelou a demanda dos dirigentes por atividades de educação a serem realizadas sistemática e habitualmente pelo Departamento. É deste modo que o DIEESE inicia sua trajetória de entidade de educação sindical criando o que se chamou *Escola Sindical DIEESE*.

Entre 1983, o DIEESE elaborou o *Curso de Formação de Coordenadores de Programas de Educação Sindical* organizado em dois módulos que se estruturavam não só em sala de aula mas também como estratégia de organização sindical. O primeiro módulo com 48 horas, *A educação que interessa aos trabalhadores*, realizado 92 vezes, formou em torno de 3.600 participantes. O segundo módulo, que propunha o exercício do conhecimento produzido no módulo anterior, teve duas versões: a primeira tratou de *Salário, Renda e Negociação Coletiva* e a segunda abordava o *Processo Constituinte* em andamento naquela ocasião.

A produção escrita referentes aos dois módulos incluiu o boletim *É só fazendo que se aprende* (10 números publicados entre 1985 e 1990) que foi amplamente divulgado para os sócios do DIEESE e alguns textos metodológicos como *Metodologia para reflexão e ação*; *O trabalho com grupos*; *A escolha de uma concepção e Cuidado! As técnicas e a metodologia não são varinhas mágicas*, destinados especialmente a formadores do movimento sindical.

Com a criação das centrais, o DIEESE sensível às mudanças daquele momento, encerrou a Escola Sindical e iniciou um amplo projeto de formação de formadores para seus técnicos, visando descentralizar as atividades formativas. O mesmo *Programa de Capacitação para a Negociação* (PCN) deu continuidade à reflexão metodológica da entidade.

DIEESE: EDUCAÇÃO E ENSINO SUPERIOR

Ao longo da década de 90 e no início deste século, o DIEESE elaborou e desenvolveu um programa de formação audacioso, em conjunto com a centrais e com participantes da CONTAG – denominado *Programa de Capacitação de Dirigentes e Assessores Sindicais*, mais conhecido como PCDA.

O PCDA formou, entre 1994 e 2002, mais de quatro mil dirigentes e assessores em cursos de seis semanas (270 horas) sobre o que se chamou *Processo de Reestruturação Produtiva*. Com turmas de 30 a 35 estudantes em regime de imersão, o PCDA propiciou ao movimento sindical a produção de conhecimento do ponto de vista da classe trabalhadora sobre as transformações no mundo do trabalho a partir do conhecimento acadêmico mais atualizado e de pesquisas realizadas pelos estudantes sobre as mudanças nos processos de trabalho e de organização da produção em andamento. O curso levava em conta a experiência direta dos trabalhadores e tinha a intenção de uma intervenção sindical qualificada.

Este programa foi considerado pelos acadêmicos que fizeram parte de seu corpo docente, como de especialização em nível superior, embora não tenha fornecido certificado neste nível. Além dos formados, o programa promoveu a qualificação de um corpo docente multidisciplinar formado pelos técnicos do DIEESE, nos níveis de mestrado e doutorado, com prática de ensino no próprio PCDA, sobre o conjunto de temas que o entendimento da reestruturação produtiva exigia. Com esse programa, o DIEESE fez a transição entre a formação sindical e a formação de nível superior.

Complementando esta fase de transição, o DIEESE elaborou e publicou um conjunto de 20 *kits* para a realização de seminários, num total de 160 horas de atividades de educação, especialmente destinadas a formadores do Movimento Sindical.

É somente em 2005, ao comemorar 50 anos, que o DIEESE tomou a iniciativa de abrir o debate sobre a oportunidade de uma Faculdade do Movimento Sindical. Ao longo de 2006, com o objetivo de refletir sobre a viabilidade dessa Faculdade, a instituição procurou conhecer experiências nacionais e internacionais de educação superior para trabalhadores, realizou oficinas de trabalho com dirigentes - e seu corpo técnico - e promoveu uma consulta às entidades sócias para saber o que pensa o Movimento Sindical sobre um projeto de faculdade dos trabalhadores.

Muitas contribuições vieram em resposta a essa consulta: parte delas na forma de expectativas e desejos e outra na forma de perguntas. Os consultados disseram que é preciso rever o que tem sido historicamente

nossa escola pública, a escola tradicional destinada aos trabalhadores. Muitos têm a expectativa de “*suprir nossa dificuldade de conhecimento da realidade, da nossa prática e do nosso projeto político*”. Outros desejam, com a faculdade, “*participar da construção de uma proposta de educação para os trabalhadores*”, considerando que a faculdade precisa ser diferente das que existem, além de se distinguir pela formação e pelo projeto de sociedade que pretende construir.

“Penso que a nossa faculdade terá a tarefa de exatamente romper com os paradigmas da educação tradicional, domesticadora, geradora de homens e mulheres submissos, capazes de tudo em nome do individualismo. Deve ser uma escola libertadora que incentive uma formação centrada nas conquistas do saber coletivo tendo como base o universo da classe trabalhadora.”

“A minha experiência pessoal mostrou que durante os meus estudos (1 e 2 grau) aprendi apenas a ler e fazer contas, o que ao meu modo de pensar me limita apenas a executar tarefas e não a pensar. E aí é que entra a faculdade do movimento sindical, despertar nos trabalhadores o pensar para poder transformar o mundo em que trabalha.”

“Para o movimento sindical, formar quadros cada vez mais qualificados e que, inclusive, possam construir conhecimentos para o mundo do trabalho de uma outra perspectiva, mas com um olhar respaldado pelas contribuições dos diversos conjuntos de saberes que compõem as ciências humanas”.

Se a formação dos patrões é domesticadora, disciplinadora, controladora como no modelo fabril, como tem que ser a formação dos trabalhadores? Qual é o projeto se o que se pretende é uma faculdade que não reproduza o tradicional e o existente? Os empresários também querem que se reformule o ensino, porque este não serve mais aos interesses de acumulação do capital. Essa reformulação é a que interessa aos trabalhadores? Basta conquistar a escola tal como ela é ? Será que basta estendê-la a todos ?

Como o Projeto Faculdade pode contribuir para a formação das futuras gerações de trabalhadores desde que entram na escola fundamental? A consulta aos sócios revela que é preciso interferir para mudar a escola pública, considerando os interesses do movimento dos trabalhadores, considerando que a educação deve servir ao desenvolvimento do trabalhador e a sua capacidade para ser um coletivo dirigente.

As indagações dos dirigentes e assessores ouvidas por meio dessa breve consulta aos sócios, prosseguiram nos debates e contribuições em três Oficinas de Trabalho, realizadas em 2007, das quais participaram dirigentes e assessores indicados por todas as centrais sindicais sócias do DIEESE, além de técnicos do Departamento, para pensar um projeto de educação formal superior dos trabalhadores e elaborar uma proposta de curso experimental a ser implementado em meados de 2008.

ESCOLA DE ENSINO SUPERIOR: TRABALHO E DESENVOLVIMENTO

A educação superior é uma das ferramentas estratégicas para o desenvolvimento de um país e nosso ensino universitário está passando por profunda reforma, discutindo a inclusão social, a ampliação e expansão de vagas no ensino público e a importância das atividades de pesquisa, entre outras dimensões.

O atual governo optou pela valorização da universidade pública e defesa da educação como um direito de todos os brasileiros. Para o Ministério da Educação, a universidade tem um papel estratégico na construção de um novo projeto de desenvolvimento que compatibilize crescimento sustentável com justiça social.

A Escola de Ensino Superior surge nesse contexto como uma instituição de ensino e pesquisa em *Trabalho e Desenvolvimento* considerando que o movimento sindical tem, nesse momento, a oportunidade histórica de liderar a convergência para um processo de desenvolvimento que inclua todos os brasileiros. Trata-se de uma construção política que as centrais propõem à sociedade como um todo.

“Desenvolvimento é um processo no qual cabe aos atores sociais escolherem o caminho para que seja alcançado o bem estar comum” (2). O desenvolvimento desejado pelos trabalhadores deve também ser sustentável do ponto de vista ambiental e considerar a diversidade social, política e cultural brasileira. A articulação e a coordenação das escolhas e das decisões políticas nesse processo exigem formação, estudo e produção de conhecimento

A Escola de Ensino Superior dos Trabalhadores propõe formação multidisciplinar em nível de graduação preparando os trabalhadores para uma intervenção qualificada e diversificada na discussão nacional sobre os rumos do país.

No âmbito das inovações da Reforma Educacional em curso desde 2005, a Escola oferece um Bacharelado com duração de três (3) anos com um percurso formativo denso, amplo envolvendo várias áreas do conhecimento. Com um ano a mais de complementação, o bacharel poderá ter uma Licenciatura. Ou com mais dois anos ter um Bacharelado em uma área específica.

A proposta da Escola não está em construção e pretende que professores e estudantes assumam os desafios apresentados pelo novo curso que, à semelhança do Curso Experimental de Ciências Moleculares da USP(3), irá adequando a proposta curricular, o tempo dedicado às atividades presenciais, ao trabalho de campo, aos seminários e à orientação. Os docentes que irão atuar na formação multidisciplinar precisam ser profundos conhecedores das diferentes áreas, ter identidade com o projeto da Escola, estar envolvidos com as questões da aprendizagem e interessados no desenvolvimento metodológico de um Projeto de Pesquisa e Ensino em que os trabalhadores serão sujeito e não objeto de conhecimento.

O curso de graduação está voltado para a formação intelectual dos trabalhadores, para o domínio de várias linguagens que possibilitem a ele entender o mundo em rápida transformação e intervir na realidade brasileira. A proposta parte da afirmação de que não há desafio do conhecimento que o trabalhador não

possa transpor.

Um curso experimental, a ter início em meados de 2008, deverá constituir a Escola de Ensino Superior por meio da experiência a ser desenvolvida com duas turmas de 50 dirigentes, cada uma. Nesse período experimental de dois (02) anos, os estudantes desenvolvem projetos, participam do processo de constituição da escola e se formam para atuar em gestão de políticas públicas, assessoria parlamentar, formação sindical, docência do ensino médio e do ensino superior, pesquisa e novas áreas de ciência e tecnologia que estão surgindo.

Ao longo de sua existência o DIEESE se consolidou por ter se mantido sensível aos movimentos de transformação da sociedade, do mundo do trabalho e do movimento sindical, criando possibilidades, suprindo necessidades, se antecipando a problemas. A Escola de Ensino Superior é parte desse movimento, resgata a história e a experiência do DIEESE e responde à demanda do Movimento Sindical por uma formação de nível superior permanente, de qualidade e da perspectiva da classe trabalhadora.

O processo está em andamento, aberto às diferenças e diversidade de visões e proposições, o que enriquece e valoriza o debate e propicia o trabalho de criação conjunta e as possibilidades de uma Escola que ainda vai nascer.

Referências

- CHAUI, M. O que é ser educador hoje? Da arte à ciência: a morte do educador in BRANDÃO, C.R. (org) O educador: vida e morte, São Paulo, GRAAL, 1992
- Centrais Sindicais Agenda dos trabalhadores pelo desenvolvimento, São Paulo, Centrais Sindicais e DIEESE, 2007
- BEISIEGEL, C.R. De Ciências Moleculares a Humanidades, uma trajetória in Humanidades: um novo curso na USP, São Paulo, EDUSP, 2001

Anexo 12 - APRESENTAÇÃO



ESCOLA DE ENSINO SUPERIOR DOS TRABALHADORES



**A LUTA DOS TRABALHADORES POR CONHECIMENTO
E EDUCAÇÃO É MUITO ANTIGA**



**NO BRASIL, A HISTÓRIA RECENTE DE UMA
ESCOLA DE ENSINO SUPERIOR DOS TRABALHADORES
RECOMEÇA EM 2005**



O QUE FOI FEITO EM 2006

- **ESTUDO DE EXPERIÊNCIAS NACIONAIS E INTERNACIONAIS**
- **OFICINAS COM O MOVIMENTO SINDICAL REGIONAL E COM O CORPO TÉCNICO**
- **CONSULTA AOS SÓCIOS**



O QUE FOI FEITO EM 2007

- **REVISÃO BIBLIOGRÁFICA**
- **APROPRIAÇÃO DOS RESULTADOS DA CONSULTA**
- **03 OFICINAS METODOLÓGICAS COM O MOVIMENTO SINDICAL E TÉCNICOS DO DIEESE**
 - **VISITAS À ACADEMIA**
- **CONSULTAS INSTITUCIONAIS**



**POR QUE UMA ESCOLA DE ENSINO SUPERIOR
DOS TRABALHADORES?**

O QUE DISTINGUE ESTA ESCOLA?



QUAL A ESPECIFICIDADE DO MOMENTO

QUE VIVEMOS HOJE?



EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

O MEC CONSIDERA QUE:

**“A EDUCAÇÃO É UM ELEMENTO CONSTITUINTE DO NOVO
MODELO DE DESENVOLVIMENTO QUE ESTAMOS
CONSTRUINDO NO BRASIL.**

**ELA É VITAL PARA ROMPER COM A HISTÓRICA DEPENDÊNCIA
CIENTÍFICA, TECNOLÓGICA E CULTURAL DE NOSSO PAÍS E
CONSOLIDAR O PROJETO DE NAÇÃO DEMOCRÁTICA,
AUTÔNOMA, SOBERANA E SOLIDÁRIA”.**



EDUCAÇÃO E REFORMA UNIVERSITÁRIA

A REFORMA EM CURSO



**O PROJETO DE UMA
ESCOLA DE ENSINO SUPERIOR
NO ATUAL CONTEXTO DE
DESENVOLVIMENTO E DE REFORMA
UNIVERSITÁRIA**



1. A ESCOLA DE ENSINO SUPERIOR SE INSTITUI PARA

ENSINO E PESQUISA EM

TRABALHO E DESENVOLVIMENTO

COM UM PROJETO DE INTERVENÇÃO PROPOSITIVA

QUE REFLETE NECESSIDADES E VALORES DA

CLASSE TRABALHADORA



2. CURSO DE GRADUAÇÃO EM NÍVEL SUPERIOR
INSTITUÍDO PELO DIEESE E
PELAS CENTRAIS SINDICAIS BRASILEIRAS



**3. O CURSO PROPOSTO DEVERÁ SE INCLUIR NO
ESPAÇO PÚBLICO DE POLÍTICAS EDUCACIONAIS
COMO ALTERNATIVA DE ENSINO SUPERIOR**



4. ÁREAS DE CONHECIMENTO

HUMANIDADES

EDUCAÇÃO E

CIÊNCIA E TECNOLOGIA



5. BACHARELADO INTERDISCIPLINAR
TRABALHO E DESENVOLVIMENTO
COM DURAÇÃO DE 03 ANOS



6. LICENCIATURA

COMPLEMENTAÇÃO DE 01 ANO

APÓS O BACHARELADO INTERDISCIPLINAR



7. BACHAREL COM ESPECIALIZAÇÃO

COMPLEMENTAÇÃO DE 02 ANOS

APÓS O BACHARELADO INTERDISCIPLINAR



**8. PROCESSO DE INGRESSO NA GRADUAÇÃO
A SER CRIADO DENTRO DE PARÂMETROS NÃO
ELITISTAS PARA A DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO**



**9. CORPO DOCENTE MULTIDISCIPLINAR
IDENTIFICADO COM O PROJETO DA ESCOLA
EM QUE OS TRABALHADORES SERÃO
SUJEITO DO CONHECIMENTO**



**10. O PROCESSO DE CONSTITUIÇÃO DA
ESCOLA DE ENSINO SUPERIOR
SE INICIA EM MEADOS DE 2008 POR MEIO
DE UM CURSO EXPERIMENTAL**



**11. O CURSO EXPERIMENTAL TEM 02 ANOS
DE DURAÇÃO COM DUAS TURMAS DE ESTUDANTES
PROVENIENTES DO MOVIMENTO SINDICAL**



**12. OS ESTUDANTES QUE PARTICIPAREM DO
CURSO EXPERIMENTAL POR 02 ANOS
PODERÃO COMPLEMENTAR ESSA FORMAÇÃO E
OBTER O DIPLOMA DE BACHAREL**



**O CONTEXTO QUE TORNA VIÁVEL UM
PROJETO DE CURSO EXPERIMENTAL INTERDISCIPLINAR
NAS UNIVERSIDADES FEDERAIS INCLUI:**

- 1. CRISE DO ENSINO SUPERIOR E REFORMA UNIVERSITÁRIA**
- 2. CRISE DOS PARADIGMAS DA CIÊNCIA MODERNA**
- 3. PLANO DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO - PDE**
- 4. PROGRAMA DE AMPLIAÇÃO E EXPANSÃO DAS VAGAS DO
ENSINO PÚBLICO FEDERAL**